



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**A OFERTA DE ENSINO ATRAVÉS DOS ANÚNCIOS DE JORNAIS SERGIPANOS: A
EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA CASA DO MESTRE E DA FAMÍLIA (1880-1930)**

MARIA JOSÉ TORRES LIMA

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A OFERTA DE ENSINO ATRAVÉS DOS ANÚNCIOS DE JORNAIS SERGIPANOS: A
EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA CASA DO MESTRE E DA FAMÍLIA (1880-1930)

MARIA JOSÉ TORRES LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito
para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Aparecida Bretas

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Lima, Maria José Torres

L732o A oferta de ensino através dos anúncios de jornais sergipanos : a educação doméstica na casa do mestre e da família (1880-1930) / Maria José Torres Lima ; orientador Silvana Aparecida Bretas. – São Cristóvão, 2018.
131 f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Educação. 2. Ensino básico domiciliar (1880-1930) – Sergipe - História. 3. Sociedade de massa. I. Bretas, Silvana Aparecida, orient. II. Título.

CDU 37.018(813.7)(091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO



MARIA JOSE TORRES LIMA

**"A OFERTA DE ENSINO ATRAVÉS DOS ANÚNCIOS DE JORNAIS
SERGIPANOS: A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA CASA DO MESTRE E
DA FAMÍLIA (1880-1930)"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe e aprovada pela Banca
Examinadora.

Aprovada em: 28.02. 2018

Prof.ª Dr.ª Silvana Aparecida Bretas (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.ª Dr.ª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
Programa de Pós- Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Programa de Pós- Graduação em Educação/UFS

Prof.ª Dr.ª Carlota Boto
Universidade de São Paulo/USP

RESUMO

A presente dissertação situa no campo da História da Educação e tem por finalidade analisar a oferta de ensino anunciada por professores e professoras nos jornais do Estado, cujo local de ensino era a sua própria casa ou a da família do estudante, ao longo do período de 1853 a 1930. Para isso, fora realizada análise documental e bibliográfica, compreendendo a investigação dos documentos oficiais (nacional e sergipana) e jornalísticos disponíveis nos acervos do Conselho Estadual de Educação – CEE/SE, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, e do Arquivo Público do Estado de Sergipe, conforme o período delimitado. Para fundamentar a análise histórica, considerou-se o contexto sócio-político que conformaram as sociedades sergipana e brasileira, momento em que se vivenciavam as mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais devido a transição do sistema Imperial para o Republicano. Neste sentido, os esforços do presente estudo é compreender os processos de modernização através da história da educação doméstica existente e anterior ao sistema escolar com a criação dos grupos escolares que, conforme indica os estudos históricos da educação, se instalou de modo desigual nas diferentes regiões do estado brasileiro. Nossa hipótese é que fragilidade e os ensaios de instalação da ordem educativa pública estatal apresentada em Sergipe mantiveram e deram sobrevida à modalidade de educação realizada no espaço privado da casa que, não obstante de suas profundas transformações, persistem na realidade educacional atual, desta vez, sob o contorno do “ensino de banca”.

Palavras-chave: Educação doméstica; Sociedade; Ensino; Modernização

ABSTRACT

The present dissertation is in the field of Education History and has the purpose of analyzing the offer of education announced by teachers in the state newspapers, whose place of education was their own home or that of the student's family, during the 1853 to 1930. For that, a documentary and bibliographical analysis was carried out, including the investigation of the official documents (national and sergipana) and journalistic available in the collections of the State Council of Education - CEE / SE, of the Historical and Geographical Institute of Sergipe - IHGSE, and the Public Archive of the State of Sergipe, according to the delimited period. In order to base the historical analysis, we considered the socio-political context that conformed the Sergipe and Brazilian societies, at a time when the social, political, economic and educational changes were experienced due to the transition from the Imperial to the Republican system. In this sense, the efforts of the present study is to understand the processes of modernization through the history of existing and previous domestic education to the school system with the creation of school groups that, according to the historical studies of education, has settled unevenly in different regions of the Brazilian state. Our hypothesis is that fragility and the tests of installation of the state public educational order presented in Sergipe maintained and gave survival to the modality of education carried out in the private space of the house that, notwithstanding their profound transformations, persist in the current educational reality, under the guise of "banking teaching".

Keywords: Home schooling; Society; Teaching; Modernization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instrução Pública	31
Figura 2 – Cursos	35
Figura 3 – Ensino	36
Figura 4 – Democracia	41
Figura 5 – O ensino particular.....	54
Figura 6 – Condições materiais.....	60
Figura 7 – Comunicado.....	77
Figura 8 – Recebem casa.....	77
Figura 9 – Curso Particular	79
Figura 10 – Gratificação	80
Figura 11 – Casas Particulares	81
Figura 12 – Professora Particular.....	82
Figura 13 – Leciona	83
Figura 14 – Curso.....	84
Figura 15 – Comércio	84
Figura 16 – Ensina	85
Figura 17 – Explica	86
Figura 18 – Professor	87
Figura 19 – Habilitada.....	87
Figura 20 – Agradecimento.....	89
Figura 21 – Cordial Agradecimento.....	90
Figura 22 – Inspeção	94
Figura 23 – Contratação	98
Figura 24 – Mapadeaula.....	99
Figura 25 – Instrução Pública	101
Figura 26 – Escolas	102
Figura 27 – Fontes da Instrução.....	105
Figura 28 – Exame	107
Figura 29 – Ensino Primário	109
Figura 30 – Ensino Misto.....	110
Figura 31 – Colégio de Estância	111
Figura 32 – Aula	113
Figura 33 – Quadro Demonstrativo	114
Figura 34 – Frequência	115

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE FIGURAS

1 INTRODUÇÃO	07
2 BRASIL, EDUCAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	20
2.1 A EDUCAÇÃO NA ÚLTIMA DÉCADA DO IMPÉRIO	34
2.2 CONTEXTO EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	38
3 SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DOMÉSTICA: BRASIL-SERGIPE.....	45
3.1 O ENSINO DA CASA: POLÍTICA E SOCIEDADE.....	57
3.2 EDUCAÇÃO DOMÉSTICA E INSTRUÇÃO PÚBLICA	59
4 A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NO BRASIL: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA	65
4.1 A OFERTA DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA –SERGIPE(1880-1930).....	74
5 A OFERTA DE ENSINO NA CASA DO MESTRE E DA FAMÍLIA DO ESTUDANTE SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema a educação doméstica presente nos oitocentos e início dos novecentos nas províncias brasileiras, com interesse especial na província de Sergipe. A princípio, essa modalidade de educação pode ser definida por se realizar no interior da casa do mestre ou da família do estudante, cujo professor, preceptor ou explicador oferecem seu serviço de ensinar a quem dispuser de proventos para adquiri-lo. Ao contrário do que se imagina, a educação doméstica não ocorreu de modo informal e independente da inspeção estatal, pois sua oferta aos moradores das capitais e das cidades interioranas, especialmente o ensino das primeiras letras, era uma realidade a qual o estado brasileiro não podia fazer vistas grossas e se eximir de seu papel de supervisor no assunto de educação (FARIA FILHO, 2005). Também não se tratava de uma educação que desprezava os avanços da pedagogia moderna que descentralizava o ensino da figura do professor para as capacidades naturais do educando, pelo método simultâneo e lancasteriano¹

Para Siqueira (2006, p.26), as novas tendências de ensino estabelecidos no século XIX, adequavam-se bastante ao exercício das aulas particulares que, funcionavam sob a égide das propriedades rurais com padres ensinando aos filhos de fazendeiros e agregados, ou ainda, ocorriam na casa do professor e até na moradia do aluno. Isso acontecia, pois, o padrão escolar conhecido hoje “ainda não estava rigidamente internalizado e qualquer um que dominasse os rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo não se sentiria constrangido em transmiti-los em ambientes domésticos, privados.

Por outro lado, na obra referência sobre a educação doméstica de Vasconcelos (2005) as fontes históricas dão conta de que os professores além de apresentarem suas credenciais para exercer o ensino, também demonstravam domínio sobre o corpo de conhecimentos da nova pedagogia. Do mesmo modo, as fontes históricas as quais apresentaremos ao longo desse trabalho, também apontam para a intenção de demonstrar conhecimentos atualizados da pedagogia moderna pelos professores que se ofereciam a ensinar nas casas. Portanto, estamos diante de um tema que exige cuidadosos cruzamento de fontes históricas para melhor precisar seu objeto, pois seus sinais

¹ O método lancasteriano ou mútuo, promovido por Joseph Lancaster (1778-1838), da seita dos Quakers, e a André Bell (1752-1832), implantado no século XIX, tinha a seguinte metodologia, dividir os alunos por grupos ou classes e colocá-los a frente de monitores. O professor não se ocupa de outra coisa a não ser instruir e dirigir os monitores, passando assim a se colocar em lugar secundário no ensino [...] (SIQUEIRA, 2006). O método simultâneo consistia em um procedimento de ensino criado na França por Jean Batist de La Salle (1651-1719), no qual o ensino era dado de maneira homogênea, para a classe como um todo (*op.cit*, 2006, 23).

deixaram indícios fortes de sua presença no Brasil Imperial e início da Primeira República, mas, ao mesmo tempo, importantes lacunas para uma precisão conceitual em seu *modus operandi* na formação dos pequenos estudantes.

Como bem nos lembra Warde (2002) “o tema não traz de presente o objeto”, portanto, esclarecemos que o objeto de estudo da presente dissertação é a oferta de ensino anunciadas por professores e professoras nos jornais do Estado de Sergipe, cujo local de ensino era a sua própria casa ou a da família do estudante, ao longo do período de 1853 a 1930. Precisar, definir e, sobretudo, conceituar esse objeto de estudo exige aglutinar as fontes históricas da educação de Sergipe e do Brasil para operar uma definição, a princípio, por exclusão. Ou seja, primeiro desbastar a floresta para dizer o que essa modalidade de educação não foi para, então, nos aproximar de sua natureza, qualidade e significado para uma sociedade que contava com incipiente oferta de escolas criadas, organizadas, legalizadas, subvencionadas e inspecionadas pelo poder estatal.

Assim procedendo, é possível entender que a oferta de ensino que acontecia no seio familiar não fora as cadeiras isoladas, conforme aponta o estudo de Pinheiro (2002), pois, após a reforma pombalina, a unidade de aulas régias no sistema colonial foi substituída por cadeiras dispersas ou aulas isoladas, algumas nos centros urbanos e outras mais no interior. Com um requerimento de empregabilidade em mãos e posse de documento comprobatório de aprovação em concurso público para o magistério, qualquer pessoa podia abrir uma cadeira isolada pública, sob a fiscalização de um Diretor de Estudos (PINHEIRO, 2002).

Também não fora os grupos escolares cuja origem data do final do século XIX², projetados exclusivamente para abrigar o novo modelo escolar republicano, adquirindo características urbanas nos centros das principais cidades do estado. Programados para receber muitos alunos, muitos professores e muitas classes, sob a base de uma estrutura organizacional de métodos de ensino, composição de materiais e disciplinas. Tudo sob as ordens de funcionários públicos, membros do corpo escolar: diretor da instituição escolar, inspetores e diretor da instrução pública (AZEVEDO, 2009).

A oferta de ensino que acontecia nas casas do mestre ou da família do aluno era uma realidade prevista na legislação provincial datada no ano de 1853 sujeita à inspeção da Instrução Pública e do Governo (SERGIPE, 1853a). Desde de já, não se trata de educação informal, pois a casa do mestre ou do pai de família estava sob a égide do poder provincial. Mais que isso, no

² Ainda que tais grupos por conta dos imprevistos financeiros e de planejamento funcionassem em casa comuns de moradia.

conjunto da legislação encontramos a permissão de professores públicos receberem estudantes em suas casas e receber pelos serviços de alimentação e hospedagem, porém não os ensinavam. Encontrou-se também a permissão para “senhoras que se encontram no seio de suas famílias” ensinar as primeiras letras para crianças em sua própria casa, assim como a permissão de lecionar em função de seus “místeris individuais” (SERGIPE, 1853b e 1870).

Ao observar jornais sergipanos do período Imperial e do início da República, encontramos anúncios de professores e professoras oferecendo-se para lecionar na casa de algum aluno ou mesmo, apresentando seus serviços de mestre em sua própria moradia. Vasconcelos (2005, p.15) denomina essa modalidade como educação doméstica, pois trata-se do ensino que ocorre na casa do aprendiz ou do mestre, sob a vigilância e responsabilidade dos pais. Podendo haver uma variação que corresponde aos professores particulares, os preceptores e as aulas particulares. Esse conceito é bastante importante para os nossos estudos e, de forma geral, nos permite afirmar que essa educação doméstica esteve presente nos oitocentos sergipanos, mas ele ainda não nos é suficiente, pois, ao cruzarmos nossas fontes, jornais e legislação, a educação que ocorria nas casas sergipanas também estavam contempladas legalmente pelo poder público e sujeitas, inclusive, à prestação de informação estatística e de desempenho dos aprendizes (SERGIPE, 1875).

Portanto, entendemos a oferta de ensino por professores e professoras para lecionarem nas casas do aprendiz ou nas suas próprias, como uma educação formal, sem exigência de concurso público, de cunho particular e não acomodada nas classes isoladas, nem nas escolas tais como, paulatinamente, passou a ser a prática mais recomendada para ensinar as crianças e jovens. Por outro lado, entendemos que a estrutura física e organizacional dos diferentes estabelecimentos de instrução determinava o seu modo de ser ofertado, conduzido e de definições de responsabilização e hierarquização devidas e distintas. O fato é que nas casas privadas, a educação estava sob o julgo do presidente da província, inspetores e, ainda, dos pais e de outros familiares.

Para efeito de utilização de uma nomenclatura mais adequada nos apropriaremos dos conceitos de Vasconcelos (2005, p.15) de educação doméstica, educação na casa e aulas particulares, sem, com isso, cometer o descuido de colocar sob essas categorias as escolas estatais que, por improviso, funcionaram em prédios destinados à moradia.

Na crença de termos conseguido delimitar nosso objeto de estudo, cabe levantar questões que permitam a investigação sobre a educação doméstica no estado de Sergipe no final do século XIX e início do século XX: de acordo com os anúncios publicados nos jornais locais, quais tipos ensino eram oferecidos? Para quais etapas de ensino? Quais disciplinas? Quais as qualificações profissionais que os professores (as) que ofertavam seus serviços de ensinar em casa, anunciavam nas páginas de jornais?

Esta prática foi bastante comum em todo território brasileiro no período Imperial e início da República, quando ainda não existia um sistema de escolas organizado, subsidiado e fiscalizado pelo Estado brasileiro (de forma consistente) e, deste modo, a população mais abastada recorria aos mestres que ofereciam o ensino das primeiras letras em sua própria residência (BRETAS, 2015).

Conforme Vasconcelos (2004), a prática da educação doméstica foi perdendo sua força e desapareceu por completo na então capital do Império, Rio de Janeiro, quando a inicial ação da política educacional começou a defender a instrução pública através da construção de uma rede de grupo escolares, com forte apelo e convencimento da população de que este sistema seria a melhor maneira de educar os filhos das elites locais.

Porém, no estado de Sergipe, ainda hoje, esta prática convive com o sistema público e privado de ensino, resistindo ao tempo e à própria estrutura de educação escolar. Basta a criança ingressar nos anos iniciais do Ensino Fundamental que logo começará a frequentar a banca mais próxima de sua residência que sustentará em sua fachada uma simples placa com os dizeres "Ensina-se banca". Uma prática tão comum, tão presente no cotidiano das crianças e de suas famílias, tão incorporada no inconsciente da população que pouco, ou nada, chamou atenção dos historiadores da educação local como um objeto de estudo a ser desvendado pela pesquisa histórica, para conhecer suas oferta, suas formas e seus professores.

Sem arriscar uma leitura anacrônica da história da educação de Sergipe, não estamos tentando dizer que a educação doméstica dos oitocentos seja uma continuidade linear das "bancas" atuais, apenas identificando que a educação doméstica ainda é uma realidade significativa no cotidiano de vários professores e professoras e de crianças e jovens que, concomitantemente, frequentam as salas de aula das redes públicas e particulares consolidadas em todas as cidades sergipanas. Entendemos que profundas transformações foram operadas nessa modalidade de ensino, as quais nossa dissertação não tem a pretensão de abordá-las, apenas trazer essa questão atual da educação da população do estado para evidenciar a importância de despender nossos esforços para elaborar o passado da educação doméstica quando sua presença era tão ou mais intensa dos que as escolas estatais e particulares existentes na época.

Para isso, nossa análise também se esforçará em contextualizar a oferta da educação doméstica na realidade sócio-político brasileira/sergipana do período delimitado, buscando interpretar como os avanços da modernização do Estado brasileiro e dos diferentes setores da sociedade impulsionaram ou atrasaram os processos educacionais. Para Bretas (2004), a educação formal é um importante elemento constitutivo e indicativo do desenvolvimento social, sendo assim, ao desvendar aspectos da oferta de educação doméstica, pretendemos, revelar em que medida a sociedade sergipana avançava na tessitura social para alcançar os patamares de civilidade ditados

pelas sociedades mais avançadas, especialmente, as europeias que constituíam referências importantes para as leis de desenvolvimento sociocultural.

O período histórico delimitado, 1853 a 1930, deve-se ao nosso entendimento de que a partir da metade do Império até as primeiras décadas do período Republicano, o Brasil contava com frágeis iniciativas públicas de implantação de política educacional escolar e, conseqüentemente, com poucas escolas para atender a população de crianças e jovens que demandavam bancos escolares para a sua formação. Conforme Bretas (2014),

Basta uma breve consulta no conjunto de obras que tem discutido a constituição histórica dos grupos escolares em diversos estados brasileiros, para constatar as disparidades existentes entre os estados, a ausência de uma política robusta para o atendimento educacional da população e, principalmente, a ausência da defesa da escolaridade como um direito social (AZEVEDO e STAMATTO, 2012; CHAMON, 2008; NOGUEIRA, 2012; PERES, 2002; PINHEIRO, 2002; VAGO, 2002; SOUZA, 2009).

A partir da instauração da República no Brasil, as primeiras iniciativas educacionais públicas começaram a ter impacto na vida dos brasileiros e, após a Revolução de 1930, a política oligárquico-coronelistas que dominava o país modificou a conjuntura social na qual a política educacional passa a compor o projeto de nacionalidade da nação. O período, assim delimitado, contribuiu para a identificação da oferta de ensino anunciada por professores e professoras através dos periódicos locais, para atuarem como mestres nas suas residências ou nas residências das famílias que assim desejarem.

Para interpretar o objeto de estudo que nos dispusemos a evidenciar a partir das fontes históricas disponíveis, nos apropriamos das interpretações clássicas da tradição acadêmica brasileira que procura desvendar os processos que levaram o país a se alinhar aos padrões econômicos e sociais dos países europeus que, por seu nível de desenvolvimento, configurava-se como referência aos países em desenvolvimento. A partir da leitura das obras de Faoro (2013); Holanda (1995); Mota (1984); Fernandes (1964); Carvalho (1990); entre outros. Desse acúmulo teórico é possível afirmar que há um terreno comum entre eles, pois...

[...] pode-se evidenciar a primeira ideia convergente, segundo a qual há um descompasso entre as visões e valores próprios da modernidade, de influência europeia e, posteriormente, americana, e da constituição de uma infraestrutura necessária para dar suporte social ao seu assento (BRETAS, 2014, p.18)

Ou seja, apesar das políticas pública do Império e da Primeira República mirar seu desenvolvimento em países avançados, as elites dirigentes não se comprometem em infraestrutura necessárias para acompanhar a ideia de desenvolvimento. Deste modo, ainda que a educação escolar venha, aos poucos, ocupando as pautas nacionais e locais não fora acompanhada de estruturas físicas, legais e de recursos humanos capazes de efetivar os padrões de modernização

capitaneado pelas elites nacionais. Nossa hipótese, é que a oferta de iniciativa individual de professores e professoras nas residências (suas ou das famílias de seus pequenos estudantes), ocupou a importante e demora ausência de criação de escolas para a população brasileira e, especialmente, para a sergipana.

Deste modo, a educação doméstica foi um caminho possível e viável para as famílias e para os governos locais manterem minimamente o atendimento ao ensino das primeiras letras para as crianças e adolescentes. Portanto, o período assim delimitado, justifica-se tanto em termos de organização da pesquisa como, principalmente, por ser uma fase de maior concentração e consolidação da educação doméstica ofertada e praticada em Sergipe.

A pesquisa realizada é de cunho histórico-sociológico, visto que, descreve a interligação entre as práticas sociais, políticas, econômicas e educacionais de uma época.

A análise documental e bibliográfica tem destaque neste estudo e compreende a investigação dos documentos oficiais (nacionais e sergipanas), bibliográficos e jornalísticos disponíveis nos acervos do Conselho Estadual de Educação – CEE/SE, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, e o Arquivo Público do Estado de Sergipe. Pois, entende-se que esses acervos guardam fontes documentais importantes no que diz respeito a memória das bancas de ensino. Sobretudo os jornais sergipanos tais como: A Cruzada (1922-1930); A Notícia (1896-1897); Jornal do Aracaju (1871-1875); O Horizonte (1885-1886); O Republicano (1890); O Clarim (1890); O Porvir (1900); Gazeta de Sergipe (1890-1930); Correio de Aracaju (1906-1930); Diário da Manhã (1911-1922). Neles foi possível identificar indícios da prática da educação doméstica no estado, pois, sob forma de oferta de ensino em casa, anúncios eram alocados nas páginas dos impressos, destinando-se ao público em geral. Pessoas consideradas “habilitadas” para lecionar e professores, expunham o desejo de dar aulas particulares em sua própria moradia ou na do aluno, e ainda, pais, contratando mestres para instruir seus filhos em seu domicílio. Apesar de não haver uma seção padrão para este tipo de exposição, a maioria constava em uma página (normalmente a última), destinada exclusivamente para anunciantes de todo o tipo (comércio, mudança de endereço, parcerias entre lojas e pessoas, etc.).

Aqueles que anunciavam costumavam designar as disciplinas a serem lecionadas, ou se fosse o caso, mencionavam o ensino da instrução primária. A maioria discorria sobre seus louros, especialidades, experiências e, quase sempre, acerca da formação moral que possuía, questão principal a ser analisada pelos contratantes.

Os periódicos constituíram-se uma forma de comunicação importante na descoberta de características da educação doméstica no estado, bem como da sociedade sergipana, pois se consolidaram como um instrumento dinâmico de informações e, do modo de ser e estar da sociedade.

Dito isto, propõe-se a pesquisar a oferta desse ensino que ocorria no espaço doméstico em uma perspectiva sócio histórica que procura posicionar-se perante um assunto pouco estudado. Para desenvolver o texto proveniente da pesquisa realizada, utilizaremos considerações que se aproximam das abordagens interpretativas que se aproximam da história não culturalista. Tendo como referência a obra de Sérgio Castanho *Teoria da História e História da Educação. Por uma história cultural não Culturalista* (2010), na qual a historiografia não se faz unitária, ela reúne diversas configurações históricas em prol da explicação de determinado fenômeno. E, por este motivo, apesar de algumas concepções aqui expostas aproximarem-se do materialismo histórico, visto que lidaremos com percepções envoltas na interação entre o social e o econômico, não recorreremos apenas a esse enfoque. As definições de uma época e de uma sociedade demonstram as forças que regulamentavam a sociedade dos séculos XIX e XX, e por este motivo, exigem referenciais teóricos articulados “ao desenvolvimento do sistema capitalista [...] e as relações de dominação no interior do estado e do sistema educacional brasileiros (PINHEIRO, 2002, p.3)”.

A partir das questões elaboradas nesta pesquisa foi possível organizar o montante dos documentos e buscar informações para as possíveis respostas, assim, a orientação teórico-metodológica aqui assumida supõe que as perguntas e a abordagem do conhecimento que permitem o desvendamento dos fatos históricos registrados pelos documentos, desvendam a realidade ímpar do objeto estudado. Sendo assim, a organização do material coletado seguiu duas regras básicas: 1) plano de classificação temática, e 2) elaboração dos tipos pertinentes de fichas e folhas de coleta (CARDOSO, 1986, p.90).

Por isso, para a coleta das fontes documentais tornou-se necessário a utilização de instrumentos, como: fichas catalográficas, máquina fotográfica e computador. Os instrumentos utilizados na realização da pesquisa contribuíram significativamente para o entendimento das partes unidas em um todo, que, juntas desenvolveram aparatos intermináveis de história educacional da sociedade analisada.

O trabalho realizado na triangulação de dados provenientes desta pesquisa, proporcionaram-nos momentos de incansáveis reflexões e auto avaliação. Afinal, lidar com uma fonte extensa em conteúdo exige do pesquisador um olhar seletivo e crítico quase que todo o tempo. Não se pode deixar nada escapar dos planos traçados em volta do objeto estudado, e, consequentemente não podemos nos perder em meio a enorme gama de informações que a fonte jornalística é capaz de transmitir.

Enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, os jornais, panfletos e revistas tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas. Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural (LEITE, 2015, p.3).

Dessa forma, a análise múltipla advinda da utilização das fontes periódicas históricas, tende a desenvolver por si mesma, diversas problematizações do passado e, orientar realidades do presente. Para nós, a investigação de anúncios de educação doméstica, tornou-se uma árdua tarefa de constante busca por significações e parâmetros camuflados por trás das ofertas de ensino pelos mestres da casa, pois, ao mesmo tempo em que impunha questões sociais e educacionais diversas, também apresentava pontos político-econômicos diversos.

Ao utilizar-nos do método histórico-analítico na busca pelo montante de informações tentamos decompor o todo em partes, partindo a princípio dos estudos bibliográficos sobre a temática e período estudado, para só então observar o que cada declaração do anunciante em meio jornalístico expunha.

A conjugação dos dados qualitativos permitiu a catalogação das fontes documentais e tornaram aparente as hipóteses estabelecidas nesta pesquisa. Neste movimento de busca, análise, reflexão, reunião dos dados e escrita, foi possível situar os elementos aqui expostos não somente em uma época e em um tempo, mas, transformá-los em subsídios de colaboração na composição da História da Educação brasileira.

O montante de documentos oficiais investigados nessa pesquisa, demonstraram indicadores de informações governamentais sobre o contexto estudado, “todavia, não podem ser considerados como fontes totalmente fidedignas de leitura da realidade e, sim, como registros, por vezes, manipulados, daquilo que se desejava mostrar (VASCONCELOS, 2005, p.17) ”.

Desenvolver um texto dissertativo a partir de fontes constituídas por opiniões e pensamentos de uma época, de uma sociedade, requer de nós pesquisadores uma autoimposição disciplinar e atenção, para olhar por diversos vieses os aspectos desvendados, e ainda, conseguir discernir pontos que foram [...]

[...] negligenciados e pouco perceptíveis em pesquisas baseadas unicamente em documentos oficiais. Além disso, ao analisar a educação doméstica, deve-se levar em conta aspectos sociais, políticos e econômicos articulados entre si, que só se fazem presentes no cotidiano retratado nas obras literárias relativas ao tempo histórico focado (VASCONCELOS, 2005, p. 20).

Além disso, o enfoque dado à um objeto proveniente da História da Educação deve permitir que, uma pequena parte da historiografia educacional e social do Brasil seja contada ou recontada. Assim, lidar com diferentes olhares para a segunda metade do Brasil Império e da Primeira República, tornou-se tarefa árdua, porém pertinente, afinal, trouxemos à baila o tema da educação doméstica e, demos a esse estudo os contornos fatuais que ainda não havia sido dado.

A partir destas prerrogativas, ficou estabelecido que as seções aqui apresentadas seriam divididas em:

Seção 1: Brasil, educação e modernização. Nesta, as relações entre o final do Império e início da República serão instituídas da conotação que incide na busca da sociedade brasileira para alcançar patamares da civilidade do capitalismo industrial, sob os moldes europeus desejados nesse período. Dessa forma, foram utilizados conceitos desse tema elaborados por Harbemas (2000), Carvalho (2012), Wheling (2004), Mota (1984), Holanda (1995), Fernandes (1964), entre outros.

Para Wheling (2004), a atual conjectura do país é fruto da imposição do modelo de modernização europeu e norte-americano em nossa cultura. Já Carvalho (2012), a modernização no Brasil nunca chegou. Para explicar essa afirmação esse mesmo autor expõe as diferenças de denominação entre os termos *moderno*, *modernidade* e *modernização*. De acordo com Habermas (2000), essa diferenciação de nomenclatura, existe devido a passagem de uma época para outra, ou seja, cada conceito pertence a um período vivido, ou não, por uma sociedade. Mota (1984), discorre acerca das questões socioeconômicas provenientes do processo de modernização de um povo, para ele, somente esse aspecto poderá afirmar se houve uma evolução neste sentido. Para Fernandes (1964) e Holanda (1995), as tentativas de inserção do Brasil na era moderna, ao ser copiada de outros países geraram um descompasso cultural, social e político grave. Dessa forma, assim como Wheling (2004), eles defendem que as amarras que nos une aos estrangeiros, é o que impede o país de modernizar-se efetivamente.

Nesse primeiro capítulo, não só essas questões são expostas, mas, serão balizas para contextualizar a oferta de aulas por professores e professoras para lecionar nas casas de famílias ou nas suas próprias no período em questão.

Seção 2: Contexto sócio-histórico: Brasil-Sergipe. A caracterização da escolarização comumente aplicada no país e as mudanças e interferências estatais ganham destaque nesta parte. Além disso, a constante triangulação de dados referentes à conjuntura social, política e econômica no marco temporal apresentado e à educação doméstica se fazem presentes ao longo de toda a escrita.

Nesse capítulo pode-se perceber no corpo de seu texto a configuração do estado de Sergipe nos séculos XIX e começo do XX, nos diálogos de Nunes (1984) e Dantas (2004). Estes dois autores trazem feições da sociedade sergipana num cenário de altos índices de analfabetismo, falta de higiene e pobreza. O contraponto com o panorama brasileiro é feito a partir das observações de Carvalho (1990).

Ainda nesse capítulo desenvolve-se os parâmetros que constituem questões sociais e políticas, entre a instrução pública e a educação doméstica. Nele, uma breve exposição das opiniões que adotamos em relação a educação pública foi realizada, depois, houve um esforço no sentido de instituir a educação da casa nesse contexto. A partir daí compreendemos que a educação doméstica não pode ser dissociada de todos os paradigmas educacionais que aconteceram anterior à sua afirmação, ou que aconteceram em paralelo a ela, já que estes foram responsáveis por fortalecê-la e depois enfraquecê-la.

Seção 3: A análise documental é explicitada, sob o ponto de vista da oferta da educação na casa, sua legislação e os relatórios de inspetores do estado de Sergipe.

Os anúncios encontrados nos jornais dos séculos XIX e XX, ponto chave dessa dissertação, nos fez não somente ter a certeza do conhecimento e reconhecimento da população sergipana pela educação doméstica, como também, através deles foi possível identificar as similaridades e diferenças entre os tipos de instrução utilizados pela sociedade de uma época para educar-se.

Através das ofertas pudemos determinar não somente a existência doméstica no estado, mas, a partir de suas características, foi possível distinguir e analisar o contorno em que era praticada, quem eram seus agentes, como era o ensino, a quem destinava-se, e até em que contexto social e econômico estava inserida. Tudo através dos simples “ofereço-me”, que estampavam as seções dos anúncios em jornais.

Além disso, depois de explorar aspectos da educação pública e doméstica delimitado através de duas eras distintas, a observação das ofertas do ensino da casa, tornou possível algumas interpretações acerca da instrução da população sergipana.

Assim, a escrita das prerrogativas sobre modernização, sociedade, economia, política e, é claro, educação anterior à amostra dos anúncios tornou-se de suma importância para a explicação que seria dada posteriormente. Entendemos que a História é um todo integrado por diversas partes que se entrelaçam, não somente em um ponto, mas em vários e, assim é quase impossível saber de onde ela parte, ou onde ela termina (CASTANHO, 2010). Portanto, elaborar o passado tendo em mente as questões presentes é imprescindível para a compreensão da educação doméstica.

Na busca por fontes que nos direcionassem ao assunto tratado nesta dissertação, deparamo-nos com a pouca existência de trabalhos voltados especificamente para educação doméstica

sergipana. Mesmo em âmbito nacional, as pesquisas por este tema não foram satisfatórias, pois, como já foi dito anteriormente, é um estudo pouco realizado no Brasil.

A primeira fonte que tivemos contato foi a obra de Maria Celi Vasconcelos (2005), *A casa e seus mestres. A educação no Brasil de oitocentos*, um livro que fala sobre a educação doméstica na província do Rio de Janeiro no século XIX. A autora utiliza de fontes documentais (jornais, relatórios, cartas, etc.), para descrever essa prática, e demonstra através dessa análise, o quanto o ensino da casa contribuiu para a instrução da população residente na então capital do país.

A escrita do texto da referida autora, norteou-nos durante todo o processo de construção dessa dissertação. Através do trabalho apresentado por ela, conseguimos direcionar o nosso próprio estudo, entende-lo melhor e, sobretudo, definir o foco a ser seguido. Partimos então do princípio de que:

No Brasil, até o início do século XX, a educação doméstica era uma prática comum nas elites, constatada nos documentos pesquisados, não só para a formação elementar, ou seja, para o ensino da leitura, escrita e contas, mas também para o ensino dos conhecimentos, que eram considerados fundamentais à época, e para a continuidade da formação de jovens, principalmente as meninas, que elaboravam ou aprimoravam sua educação na Casa. Os meninos, por sua vez, na maioria das vezes, iniciavam sua educação no âmbito doméstico e, posteriormente, eram encaminhados para uma das instituições escolares existentes: particulares, religiosas ou oficiais, onde concluíam a formação secundária. Havia, entretanto, como demonstram as fontes, a possibilidade do inverso, principalmente no caso das meninas, que, após a conclusão da formação elementar em uma instituição escolar, complementavam sua educação na Casa, através das diferentes formas de educação doméstica (VASCONCELOS, 2004, p.41).

Ainda em domínio nacional, fizemos uma busca por dissertações, artigos e livros relacionados à educação doméstica. Conseguimos identificar principalmente, trabalhos que discorrem sobre a instrução no Brasil Império e na Primeira República. Esses, foram essenciais no entendimento do contexto educacional e social no qual o país estava inserido na época citada.

Na obra de Accácio (2005), *Os anos 1920 e os novos caminhos da educação*, observamos o início das mudanças no ensino numa conformação em que os movimentos em prol da melhoria da educação acentuavam-se. Nesse período, a educação doméstica já havia declinado em todo o território nacional e, já não estava entre os debates acerca da escolarização. A escola pública igualitária, havia sufocado as iniciativas do ensino da casa, e os espaços de educação que estavam sendo criados para tal fim acabavam por deslumbrar a sociedade.

Oliveira e Silva (2017), e na obra *O entusiasmo pela educação na Primeira República: uma perspectiva de progresso político-social no Brasil*, também mostra que no início da República, a educação sofre transformações que definirão ao longo de muitas décadas mais, a escola no país.

A referência nacional de grupos escolares que utilizamos, foi *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*, Pinheiro (2002). Esse autor, ao fazer uma trajetória da escolarização neste estado e, trazendo também a configuração social que determinou as mudanças por ele citadas, despontaram para nós, a possibilidade de unir a vertente histórica com a social, e através destas desenvolver um trabalho educacional majoritariamente analítico.

Os autores Vidal e Faria Filho (2005), ao escreverem *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*, permitiram que compreendêssemos mais como funcionava a escola primária na época do Império.

Em Vilela (2000), *O mestre-escola e a professora*, trouxeram-nos referências fatuais acerca da educação doméstica, e escolar, no que concerne as relações entre professor e aluno no espaço de instrução. Percebemos que enquanto no ensino da casa, o envolvimento de ambos muitas vezes se misturava ao ambiente familiar, no espaço voltado para a educação pública, a formalidade era mais evidente.

Albuquerque (2013), *Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XII*, é uma referência sergipana. O autor é o pioneiro da educação doméstica no estado, sua obra (dissertação e livro), aborda a trajetória de uma preceptora alemã contratada para a educação da casa na província sergipana. Apesar de o texto ser retratado em forma de diário, e a especificidade desse tema ser voltado mais à vida pessoal da protagonista, é possível acomodar o estilo de vida local e pensamentos da estrangeira diante da realidade da preceptoria.

Nela é possível vislumbrar os momentos em que a educação doméstica mistura-se com a vida pessoal de seus envolvidos, retratando assim, o cotidiano de alguém que se propõe a cuidar/educar suas pupilas.

Ainda na bibliografia sergipana, Amorim (2012), e a *Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)*, permitiu-nos apreciar rastros do ensino da casa em seus primórdios no estado. Tratando da configuração educacional primária na então província, pudemos perceber em relatórios, legislação, termos de visita, mensagens presidenciais, etc. Um pouco de como acontecia a instrução sergipana nesse período, e assim, conseguimos moldar a estratégia documental a seguir.

Azevedo (2010), *Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a reforma de implantação dos grupos escolares em Sergipe*, é a principal obra da educação sergipana voltada para a implantação dos grupos escolares no estado. Da criação à afirmação desses novos modelos escolares de instrução pública, podemos pôr em destaque o novo pensamento educacional da Primeira República e, concentrar a educação doméstica na direção em que ela tomava nesta época: declinava sob seu

formato original, mas adquiria uma nova roupagem calcada na informalidade. Molde que conhecemos na atualidade.

O livro de Maria Thétis Nunes (1984), *História da educação em Sergipe*, é primordial na elaboração de qualquer trabalho de educação no estado. Ao realizar um apanhado de diferentes períodos da educação, economia e sociedade sergipana, Nunes descreve e expõe estatisticamente e empiricamente a escolarização da população. As pesquisas realizadas por esta autora para a elaboração de seu estudo, também foram fundamentais para que conhecêssemos obras de autoria local que tratassem do ensino em Sergipe.

A obra de Oliveira (2016), *Ensino primário em Sergipe na Primeira República*, é um artigo que discute o funcionamento do ensino elementar no estado no início do Brasil republicano. Ele nos ajudou a compreender mais o funcionamento da educação primária sergipana, e assim, situar o nosso objeto no novo contexto ao qual estava inserido, ao perceber que as práticas educativas do período imperial haviam sido deixadas de lado apenas visivelmente, já que a precariedade das escolas públicas permanecia a mesma.

Santos (2011), ao registrar a *A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos* e Santos (2013), ao escrever a *Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX*, permitiram-nos formar um breve curso da origem da educação doméstica em Sergipe, e, verificar a concretude da existência dessa prática de ensino ainda no século XVIII e posteriormente no XIX. Além disso, estabelecemos a instrução particular e pública em momentos distintos, porém, repletos de detalhes educacionais que fomentaram a pesquisa e ajudaram a construir algumas memórias desse exercício.

A autora Silva (2013), brindou-nos em *A elite setecentista instruída em Sergipe Del Rey (1725-1800)*, com um arsenal de informações acerca da população letrada na província do século XVIII, que pudemos desenvolver o caminho percorrido pela educação doméstica no estado. Situamos as práticas de ensino da classe mais favorecida da sociedade entre os pioneiros do ensino da casa, já que esse estudo nos fez perceber o quanto ele foi essencial para construir a instrução da população sergipana.

2 BRASIL, EDUCAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Os campos de estudos da História, Sociologia, Filosofia, Política e outros têm dedicado boa parte de seus esforços intelectuais para compreender o modo pelo qual o Brasil ingressou na era moderna, século XVI, tendo como modelo os países europeus e, posteriormente, os Estados Unidos da América (WHELING, 2014). Do mesmo modo, têm-se discutido exponencialmente sobre os reflexos dessa inclusão suas consequências para a atual conjuntura do país, principalmente no âmbito educacional. Para melhor entender os propósitos que os tempos modernos instauraram na sociedade brasileira, faz-se necessário a compreensão dos conceitos provenientes dos termos utilizados por intelectuais da educação, ao referir-se ao desenvolvimento da nação.

Neste sentido, investigar a oferta de ensino por professores e professoras em sua casa ou casa de família, através dos anúncios de jornal, representa um esforço intelectual de compreender como a sociedade brasileira, especialmente a sergipana, procurava integrar-se aos parâmetros sociais do século XIX.

Para isso, trabalharemos inicialmente os termos moderno, modernidade e modernização. Reconhecemos neles importantes semelhantes e ao mesmo tempo singularidades entre si, pois são parte um do outro, porém cada um revela um contexto histórico, social, cultural e político de uma população, de uma época,

[...] afinal, não se pode dissociar o contexto de renovação aos quais todos estão imersos, porém, no cerne de cada vocábulo, residem diferenças inconciliáveis de ordem econômica. O adjetivo “*modernus*”, neologismo que guardava o sentido de “recente”, de “atual”, de “novo”, ao derivar do advérbio “modo”, que significava “agora mesmo”, “recentemente”. Nesse mesmo contexto, a palavra “*modernus*”, sustenta-se em contraponto com aquilo que seja antigo [...]. O termo moderno, sob essa perspectiva visa firmar a expressão indicadora de uma periodização, de algo que é sentido em sua estrutura nascente (CARVALHO, 2012, p.14).

Nessa passagem é possível identificar uma das diferenças referentes a impregnação social dos termos utilizados para se referir ao novo. Entre as nomenclaturas moderno e modernidade existe uma dissonância de temporização e evolução social.

A questão do tempo é algo que ocupa a mente da cultura ocidental desde o séc. XVIII, que percebe o termo “novo tempo” como esse tempo na qual vivemos, ou seja, como uma transição para o novo. Sente-se aqui, certo tipo de necessidade de rompimento com o passado, em vista de uma configuração de um futuro. Ao se compreender os exemplos do passado, é possível superá-lo e conceber todo um horizonte novo com a modernidade atual e também criar uma expectativa de um futuro, visto que a modernidade não pode mais se orientar sob padrões do passado. Com essa consciência de abandono, é conveniente a necessidade de extração de uma normatividade a partir de si mesma, unindo a

tradição e a inovação para se criar uma atualidade autêntica (HABERMAS, 1987, p.103).

A passagem para uma nova era, para um período moderno, está imbuída de diversos aspectos norteadores de ordem social, principalmente. Na mudança dos séculos XVIII para o XIX, essas aparências são percebidas com certa intensidade. Exemplifica-se o objeto desse estudo, a oferta da educação doméstica em Sergipe que, sob a tutela do Estado Imperial e aplicada à esfera privada, ganha conotação de resistência à interferência do Estado na educação dos filhos da elite. Na tensão entre o domínio da casa e do poder público na esfera da educação das novas gerações, ergue-se o projeto de escolarização no âmbito da instituição pública, evidenciando a divergência entre as expectativas de educação das diferentes classes sociais que passam a requerer escolaridade como forma de ascensão social (VASCONCELOS, 2005). Neste sentido, no acesso para a era moderna, uma determinada modalidade educacional irá sucumbir a outra ou as duas poderão caminhar simultaneamente como elementos de modernização ou de modernidade?

A lacuna que separa o termo *moderno* da nomenclatura *modernidade* surge do imperativo entre as relações entre passado e presente, daquilo que era e não é mais. A modernidade é compreendida frente às mudanças estabelecidas na estrutura das sociedades ao longo do tempo, às evoluções que desencadearam entre outras coisas, às facilidades na vida cotidiana, à melhoria nas condições de vida, advindas do desenvolvimento da tecnologia.

A palavra “modernidade” tem se prestado a diferentes interpretações de acordo com seus vários interesses de aplicação, apesar de ser traduzida, não raro, com a mesma ideia de modernização. Desse modo, ela foi interpretada e apropriada de uma maneira geral como “época da história”, em que predominariam as categorias da “novidade”, da “superação” e do “progresso” sob a égide do marco da Revolução Francesa, traduzindo-se muitas vezes como questão tratada em termos de “modernização”. Ao mesmo tempo, interpretada e apropriada como época das multidões, das cidades e da indústria, na qual predominariam as categorias do urbano e do desenvolvimento sob a égide da Revolução Industrial [...] (CARVALHO, 2012, p.26).

Modernidade é sinônimo de sociedade moderna ou civilização industrial e está associada a um conjunto de atitudes perante o mundo, como a ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; um complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa; a primazia e a centralidade do indivíduo e não do grupo, como sujeito de direitos e de decisões; o primado da subjetividade; o pluralismo e a ideologia; a concepção linear de história; a realimentação mútua entre ciência e tecnologia, com a hegemonia de sua racionalidade própria; o predomínio cada vez maior do simbolismo formal de cunho numérico-matemático (informática); a pesquisa e industrialização em níveis diversos de qualidade técnica

(transformadora, inovadora, criadora); a burocratização e a organização política da sociedade (AZEVEDO, 1991,p.73-74).

Deste modo, a modernidade também deveria trazer consigo aquilo que transpusesse o sistema industrial vigente. No aspecto educacional, portanto, avanços de práticas consideradas vanguardistas deveriam sobrepor-se às tradicionais. Nesta direção, educação da casa, em contrapartida com a educação estatal, atingia a modernidade em um nível marcadamente desafiador ante novas concepções e novos métodos apresentados aos cidadãos esperançosos por um novo tempo.

As condições sociais, psicológicas, econômicas e culturais que envolveram a educação doméstica e seus agentes estão, como não poderia deixar de ser, impregnadas das circunstâncias de uma época e de uma sociedade que lentamente deixava os últimos costumes herdados do período colonial e ingressava no estatuto da modernidade, definitivamente instaurado com a emergência do capitalismo no final do século XIX (VASCONCELOS, 2005, p. 223-224).

Já a modernização, está imbuída de preceitos que traduzem uma nação, pois, foi a partir dela que determinada sociedade definiu-se, política, econômica e socialmente. Dessa forma, a palavra “modernização” foi introduzida como termo técnico, nos anos 1950, na tentativa de conceituar um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da escola formal; à secularização de valores e de normas, dentre outros (HABERMAS, 2000, p.26).

Para uma explicação mais assentada à realidade brasileira, de uma enorme parcela da população ser e ter sido marginalizada desde que os portugueses aportaram no Brasil, entende-se que a modernização, estimula o desenvolvimento conjunto de uma nação e “provoca a marginalização de amplos setores sociais e, mesmo, de regiões inteiras, sob a força do ‘caráter imperativo da modernização’, uma vez que não haveria ‘alternativas viáveis de desenvolvimento econômico’ (CARVALHO, 2012, p.28) ”.

Como afirma Habermas:

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas (HABERMAS, 2000, p.5).

O exemplo nacional de modernização, e de quase todos os países da América Latina, mostra que a trajetória da colonização, deixaram mais que apenas uma herança cultural, linguística ou

racial, marcaram ferozmente o *modus operandi* da constituição socioeconômica do país. É por isso que [...] “a modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, etc., opera com muitas máscaras, tantas quantas as diferentes situações históricas” (FAORO, 1992, p.20).

É verdade que o modelo de modernização que a população residente no Brasil colônia, monárquico e até mesmo republicano adquiriu estava impregnado dos ideais estrangeiros. Servindo de espelho para jovens nações, os exemplos estrangeiros de civilização interviam nessas sociedades sem levar em consideração o processo cultural existente até então. Assim, a modernização neste país, instituiu-se através de ideologias que levaram à problemas de ordem social muito sérios.

Ao vislumbrar tal horizonte, a trajetória brasileira efetivou-se, como em outros lugares, na busca de formação de capitais e mobilização de recursos, na instituição de um poder centralizado e na tentativa de consubstanciação de uma identidade nacional, mas também, na expansão gradativa dos direitos de participação política, da urbanidade e da escolarização, bem como da secularização dos valores e das normas. Entretanto, os processos brasileiros vêm sendo fulcrados por características e propriedades específicas desde o transplante da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, ou da febre das estradas e dos melhoramentos urbanos no Império [...] por instituir o progresso além dos limites do comercialismo exportador e importador [...] (CARVALHO, 2012, p. 30).

O processo de modernização desencadeado através da exclusão de parte da sociedade, não trouxe o progresso esperado, pois, [...] O complexo polissêmico do termo “modernização”, no caso brasileiro, vem impregnado por elementos apartados do caminho da cidadania, convidando a investigar criticamente as suas permanências e as suas pregnâncias em diferentes intelectuais que promoveram projetos diversos para interpretar o Brasil e atual sobre o seu desenvolvimento por meio da educação nos séculos XIX e XX.³

Antes de tocar no assunto das ações educacionais realizadas no Brasil oitocentista, que se estende principalmente, até 1930, é importante discorrer brevemente acerca da historiografia nacional, que irá revelar os primeiros indícios de introdução do Brasil à modernização.

A chegada dos portugueses ao Brasil e o processo de colonização instaurado no país recém-descoberto, é o ponto de partida para o entendimento dos processos de modernização, pensada sob a forma de novas ideologias, de novas perspectivas, de uma nova era. Enquanto colônia de Portugal, o Brasil estava sujeito às amarras econômicas advindas da exportação de produtos para a Europa. Essas circunstâncias, foram cruciais para a formação do ideal de nação que almejava conviver com a modernidade. Modernidade esta, que viria, ainda que tardia, a questão é: De que modo os arranjos sociais da modernidade se acomodaram ou não em terras brasileiras?

³ Ibidem, p.31.

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. Vivemos então a modernidade através dos olhos de outros países? (HOLANDA 1995, p.40).

A economia desenvolvida no Brasil está calçada em princípios mercantilistas e paternalistas, principalmente agrários. As relações sociais advindas destas premissas interfeririam substancialmente na construção de uma sociedade individualista, muito distante daquela almejada pelos percussores das ideias iluministas, nas quais o coletivo torna-se a base das sanções político-econômicas praticadas pelo Estado. Essas práticas seriam a “recusa de aspectos centrais do chamado mundo moderno, como a negação da sociedade utilitária individualista, da política contratualista e do mercado como ordenador das relações sociais” (CARVALHO, 1990, p. 45).

Para muitos autores como MOTA (1984); FAORO (2013); HOLANDA (1995), entre outros, a era moderna no mundo surge entre os séculos XVII e XVIII, quando o homem passa a reconhecer-se como um ser inserido em um mundo diverso e multifacetário, capaz de desenvolver avanços vantajosos para a melhoria de vida da população.

A incorporação do Brasil ao mundo moderno, é [...]

[...] fruto de um processo histórico multissecular, essa incorporação não ocorreu de uma só vez, e definitivamente: ela possui diversos avatares, cujos significados variaram conforme as circunstâncias históricas. De acordo com a perspectiva escolhida, poderemos encontrá-la, sem grandes esforços, nos séculos XVI-XVII, no século XVIII, no século XIX ou no século XX. O que de resto não impede que, alterando-se a perspectiva proposta, venhamos a identificar outras “incorporações” ao mundo moderno (WHELING, 2014, p.45).

É exatamente na época em que o mundo se perfila aos contornos socioculturais da modernidade, cujo exemplo de ousadia, invenção e expansionismo é a aventura, as conquistas de territórios geográficos indevassados com suas populações originárias, que o Brasil se torna Colônia de uma nação participante da corrida ultramarina travada com países europeus. A tentativa do rei D. João II em buscar novas terras ao longo do Atlântico para majorar suas riquezas, culmina no Tratado de Tordesilhas, e na certeza de que o território já observado em outra ocasião pela esquadra portuguesa serviria como fornecedor de produtos de exportação português, em seus negócios com o restante da Europa (NUNES, 1984).

No governo de D. Manuel I, a expansão ultramarina continua e, em abril de 1500, a frota comandada por Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. A então Terra de Vera Cruz, habitada por

indígenas de diversas tribos, é empossada pelos portugueses que desejam transformá-la em um reduto de domínio do reino de Portugal.

Na década de 1540, com a ampliação das ideias calvinistas e luteranas na Europa, D. João III, rei português em exercício, toma medidas que irão influenciar definitivamente na política econômica de seu país e de suas colônias. A ruptura da integração cristã e a inserção dos jesuítas marca o começo de uma nova era para a colônia brasileira (agora denominada de Terra de Santa Cruz), nela é instaurada a sede de um governo, com o intuito de criar algo que reforçasse o domínio português e impedisse o avanço das invasões estrangeiras no litoral. Paralelo à essas preocupações, o processo civilizador imposto pelos portugueses à cultura indígena vai tomando forma, principalmente com a chegada de vários padres da ordem jesuítica (1549) em solo tupiniquim (WHELING, 2014).

Com a religião, pensavam os portugueses, viria a ordem necessária ao bom funcionamento da colônia. Dessa forma, o aumento das exportações do açúcar e do pau-brasil estaria garantido, assim como o enriquecimento dos colonizadores europeus.

As décadas após o século XVI nódia decisivamente o início da incorporação mundial à era moderna, porém, sob contorno de país colonizado, o Brasil conforma a passos lentos sua incorporação à modernidade.

Nos séculos XVII e XVIII, a expansão da colônia brasileira conta com a economia para elevar-se ao estrato jurídico e político de uma unidade portuguesa sustentável em si mesma. Os jesuítas, responsáveis por controlar a desordem nas novas terras, e estabelecer a primeira incorporação educacional existente, ainda que arraigada em princípios religiosos foram genuinamente merecedores do sustentáculo que circunstanciou as diversas resoluções necessárias à construção de uma nova sociedade, embora sem autonomia.

Como falar em autonomia num período de intensa exploração, sem qualquer possibilidade de liberdade, ou até mesmo de modernização por parte daqueles que eram economicamente explorados?

Sabe-se que dos períodos da “conquista” até hoje, os povos da América Latina só conheceram um tipo de modernização induzida e dependente. Na fase colonial, o controle do processo se nos fazia diferentes níveis de decisão, em que se envolviam os agentes e as instituições do colonialismo: do governo metropolitano e das agências que controlavam a economia colonial às forças armadas, à igreja católica e aos colonos (FERNANDES, 2009, p.133).

Nas décadas de 1770, o pensamento moderno trazido de Portugal, inebria também o jovem país. Imbuídos das premissas do pensamento Ilustrado, os reformadores portugueses

queriam transformar a dinâmica social que regia a coletividade portuguesa através de ideias baseadas no pensamento científico instituído pelo ensino estabelecido pelo governo vigente. A Reforma Pombalina, voltada para os princípios da racionalidade e concebida transversalmente com o conhecimento, pretendia pela aplicação do saber moderno, intelectualizar os portugueses, e dar-lhes instrumentos necessários à incorporação de sua sociedade ao mundo moderno. A reforma da Universidade de Coimbra, foi emblemática para a aceitação do projeto que vinculava o ensino ali implantado aos interesses da época. Para Wheling (2014), a Reforma Pombalina, conscientemente não admitia mais o modelo *afrancesado* que os portugueses apresentavam, o país precisava ter sua própria identidade intelectual. Aqueles que participaram da Reforma, estavam...

[...] preocupados com a sintonia de Portugal com “as nações polidas da Europa”, como aparece recorrentemente na legislação do período, Pombal e a elite ilustrada que liderou procuraram eliminar à *outrance* os focos do que julgavam arcaico em Portugal. O jesuitismo e o *Ratio Studiorum*, sua base intelectual, apareceram logo como principal – embora não o único – obstáculo a ser removido (WHELING, 2014, p. 52).

O Marquês de Pombal, o principal responsável por organizar a reforma do ensino português, teve participação também nas transformações sofridas no Brasil colonizado, pois, as ressalvas ao modo de ensinar praticado pelos jesuítas, fez com que a expulsão destes das colônias portuguesas, demandasse a difusão de novos métodos de aprendizagem e de novas interpretações frente à cultura construída pelos colonizados.

No Brasil oitocentista a noção de ciência amadurece e o cientificismo se enredará à racionalidade humana, esta, necessária ao desenvolvimento das novas representações políticas, econômicas, sociais e, principalmente, educacionais que comporão todo o século XVIII e início do século XIX. Essas mudanças, serão imprescindíveis para a determinação do futuro de Portugal e, é claro, do Brasil.

É também no século XIX, que a educação doméstica ganha fôlego na sociedade brasileira. Foi no período Imperial do país que o desejo da população pela instrução tornou-se mais forte, já que, inúmeras práticas educativas desenvolviam-se junto a precária rede de escolas públicas mantidas pelo Estado, denotando um aumento de incentivos à instrução em prol de seus benefícios.

No início dos oitocentos, o rei de Portugal, temendo as invasões napoleônicas a países europeus, toma uma importante decisão: fugir para a sua principal colônia, o Brasil, transferindo a sede de seu governo para o Rio de Janeiro. A deliberação da família real portuguesa transformará para sempre as configurações vigorantes na então, colônia. Com a vinda da família real ao Brasil em 1808, e o estabelecimento da corte portuguesa na província do Rio de Janeiro, se consolidará duas faces de uma mesma moeda entre o povo residente da pequena cidade. Enquanto algumas

peças viam nessa chegada a salvação para os problemas enfrentados na colônia, outros evitavam enxergar com bons olhos algo de benéfico nisso, e iniciam um longo período de revoltas que eclodirão em todo o território brasileiro ao longo do século (LIMA, 2006).

Ressaltamos que essa digressão histórica que vai do período colonial até as primeiras décadas da República, foi indispensável na escrita deste trabalho, para que a discussão acerca do panorama educacional vivido pela sociedade brasileira durante as épocas imperial e republicana seja melhor representada, pois, mesmo por uma breve explicação do que acontecera no país para que a educação tenha sido insuficiente para a grande maioria da população, é possível desenvolver parâmetros produzidos através dos fatos aqui apresentados.

Após estabelecer-se na província, D. João VI começa rapidamente a promover alterações na estrutura material carioca e traça estratégias de inserção da cultura portuguesa para a sociedade brasileira, considerada intelectualmente “atrasada”, se comparada às outras colônias. Além disso, o próprio povo começa a nutrir o desejo de participar das extravagâncias observadas cotidianamente nas ruas da cidade carioca, pois, junto com a corte portuguesa, aqui aportou todo o aparato burguês que a realeza europeia ostentava. Para enfatizar essa opulência, cria, entre outras construções, na então capital do Império, o Banco do Brasil, a academia militar, o Jardim Botânico, a Academia Imperial de Belas Artes, os Correios, a Biblioteca Real, o Museu Real⁴.

Uma das primeiras mudanças a serem instituídas pelo governo português é a determinação da abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal (1808), favorecendo o livre comércio entre o Brasil e alguns países europeus. O decreto beneficiou especialmente a Inglaterra, que passava a comercializar diretamente com a colônia economicamente mais rentável da América Latina naquele momento. Dessa forma, a exclusividade comercial entre colonizador e colonizado extinguiu-se e, o território tupiniquim poderia finalmente comunicar-se, ainda que comercialmente, com nações diferentes.

Um pouco mais tarde (1815), o príncipe regente, assina um decreto elevando o Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, fazendo assim, com que a pátria brasileira deixasse de ser colônia e passasse a ser um país independente. Essa medida permitia que Portugal pudesse participar do Congresso de Viena na reestruturação da Europa após a queda do Império napoleônico.

Nesse período, a euforia com uma possível liberdade deixa alguns brasileiros crentes de que finalmente iniciativas de modernização da nação brasileira iriam de fato acontecer e, o Brasil por fim, poderia entrar na lista dos países “adiantados” da

⁴ Ibidem

América do Sul. Porém, por ser ainda um território dividido em províncias isoladas, sem qualquer indício de unidade, os ecos da modernidade ainda eram fracos e sem muita perspectiva de melhoria. A esperança por mudanças que movia a sociedade, não levava em consideração inúmeros requisitos fundamentais à concretização do sonho de liberdade. Não importa por isso mesmo considerar a Independência como o começo de um período da vida do Estado no Brasil. Uma data ainda não é um acontecimento, se não assinala um fato de profunda revolução ou modificação geral e intensiva estrutura social (DUARTE, 1972, p. 345).

Com a tomada de medidas que paliativamente contribuíram para o crescimento econômico do Brasil, os portugueses mostravam-se insatisfeitos com o as feitorias de seu governo em terras que não a sua e exigiam a volta da família real ao país de origem, que, desde a partida da corte, estava desamparada. Além do mais, revoltas estavam eclodindo em várias províncias, e, entre outras reivindicações, a população desejava a independência do Brasil. D. Pedro I, recusando as orientações de sua esposa e de seu conselheiro para voltar a Portugal, declarou, em 7 de setembro de 1822, que o Brasil estava livre do domínio português. Ou, pelo menos é o que se lê na maioria dos livros de História do Ensino Fundamental. Na realidade, “realizar a independência com um mínimo de alterações possíveis na economia e na sociedade era o desejo de seus componentes, representantes da melhor sociedade da época (MOTA, 1984, p.118). ” Por quê? Para que a população brasileira, especialmente as elites políticas, ficassem calmos ao receber a notícia de liberdade, só que em contrapartida, no interior da política brasileira quase nada mudaria.

Nas décadas que sucederam à Independência do Brasil, o país lutava para firmar-se como país-nação autônomo, mas, a realidade enfrentada pelas províncias não era condizente com o ideário de alguns. Os brasileiros permaneciam sob o domínio monárquico do príncipe D. Pedro I, e, com a promulgação da Constituição de 1822, o poder moderador permanecia com o governante maior do país, o integrante da família real portuguesa. Dessa forma:

[...] a emancipação política realizada pelas categorias dominantes em assegurar a preservação da ordem estabelecida, cujo único objetivo era romper o sistema colonial no que ele significava de restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites. A ordem econômica seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria subordinada à economia colonial, passando do domínio português à tutela britânica. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e escravidão da maioria dos habitantes do país. Conquistar a emancipação definitiva da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais seria tarefa relegada aos pósteros. (MOTA, 1984, p. 125).

As contradições da independência do Brasil, além de não alterar sua situação econômica, pois a expansão da economia cafeeira cresce cada vez mais e a dependência agrícola de exportação do país ante os países europeus desenvolve-se vertiginosamente, a modernização tão esperada não acontece. “Indícios de passos em direção ao mundo moderno podem ser sentidos apenas na

introdução da rede ferroviária, sistema bancário e desenvolvimento de maquinarias” (MOTA, 1984, p.75).

Era evidente que a sociedade brasileira ansiava pela nacionalidade que viria somente através do conhecimento cultural de seu próprio território. Como uma nação que há muitos séculos esteve presa à prática cultural de outro país, de outro continente e de um diferente contexto sócio histórico, poderia alcançar o mesmo patamar de países que há muito já se encontravam independentes? Pensando encontrar a resposta para esse questionamento, a sociedade brasileira tentava incorporar os costumes dos europeus que aqui passavam, pois, queriam ser reconhecidos socialmente por aquilo que faziam. Mas, na verdade, um país exclusivamente agrário durante muito tempo, não conseguia acompanhar o compasso industrial e, capitalista que o processo de produção do mercado mundial se encontrava. Assim, ou o Brasil modernizava-se para acompanhar a todo custo esse ritmo, ou acabaria ficando na mesma posição em que estava. Para formular nossos argumentos, penso que não se deve colocar o processo de modernização como uma escolha: ou isso ou aquilo. Mas como um modo atropelado, sem planejamento, com absorção de ideias pela metade, com privilégios apenas para as classes sociais abastadas, sem que o grosso da população pudesse acompanhar e se integrar aos benefícios dos avanços das sociedades liberais.

É claro que a disposição instaurada após a independência continuava não dando condição para o Brasil avançar autonomicamente, as relações com a nação colonizadora eram ainda mais estreitas, e não o contrário. Vejamos o que Fernandes (2009), escreve sobre isso:

As similaridades estruturais com as sociedades centrais, a fusão e dissimulação de interesses privados “nacionais” com interesses privados “estrangeiros” através de instituições econômicas, sociais e políticas, a aparência de que os centros de decisão estavam se autonomizando ao mesmo tempo em que se internalizavam, e principalmente a ilusão de que a cultura importada era uma fonte de autonomização cultural, econômica e política forjaram uma consciência falsa da situação. Assim, ignorou-se o que representava a modernização dependente e criou-se um estado de trepidante euforia, que proclamava cada “progresso importado” como uma conquista valiosa, seja para a “independência nacional”, seja para a “consolidação da democracia.” (FERNANDES, 2009, p.134).

Para muitos, a modernização viria apenas com a difusão da instrução educacional. A educação no Brasil estava longe de ser um aspecto social capaz de alavancar as indigências preteridas pelos brasileiros. A maioria da população do país recém-independente era analfabeta, negros escravizados e uma população esparsa e residente na zona rural, dificultava ainda mais o desenvolvimento da educação que, neste momento, era um bem valioso quase exclusivo das elites.

[...] a emergência e a consolidação de processos de modernização autônoma dependeriam de um certo teto tecnológico educacional mínimo e da capacidade do país considerado de produzir uma certa massa de conhecimentos originais nas esferas da ciência pura, da ciência aplicada e da tecnologia de base científica.⁵

Essa modernização residia, entre outros fatores, no fato de o Brasil ainda depender economicamente da exportação de produtos agrícolas para a Europa, o que, o tornava, apesar das controversas, muito dependente.

Seria mesmo então a saída para a real independência, a instrução do contingente populacional? Sabe-se que na primeira metade do século XIX, a quantidade de material impresso que circulava pelas principais províncias do Brasil mostra que havia um contingente de pessoas, ainda que reduzido, letradas (VIDAL e FARIA FILHO, 2005).

Havia escolas de primeiras letras, mas, quase todas em péssimas condições de ensino, com professores despreparados e em locais de difícil acesso. Além do que, a população não conseguia ainda, perceber a importância da educação escolar na busca da formação de sua identidade e de seus costumes, bem como a afirmação da sua civilidade e política social.

Aliás, foram os impressos os percussores de uma rede de informações para a população. Em Sergipe, os jornais do século XIX foram utilizados pelos professores primários e pelos pais dos alunos como ferramenta de legitimação e divulgação de serviços, pois estes seriam divulgados onde quer que a população ilustrada estivesse. Foi por meio deles que se tornou possível afirmar que havia uma significativa rede de educação doméstica em Sergipe durante o século XIX, concorrendo com o atendimento dado nos colégios particulares e ultrapassando o atendimento dado pela escola pública controlada pelo Estado (SANTOS; AMORIM; DIAS, 2016, p.5).

Dessa forma, ressaltamos que a educação na casa em Sergipe, era quem dava subsídios para que a população das classes elevadas tornasse instruídas. Através dos jornais, que eram exclusivamente lidos por aqueles que já haviam sido alfabetizados, a alta sociedade detinha o poder da troca de serviços entre seus próprios pares, afinal, a elite letrada e os mestres compartilhavam de algo em comum: escolarização.

Para se ter uma ideia, em todos os jornais pesquisados no decorrer desta pesquisa, foi possível encontrar pelo menos uma oferta de ensino. Assim, entendemos que a grande necessidade de divulgar nos impressos a educação doméstica, não estava somente no fato de que os jornais eram o único meio de comunicação entre a burguesia, mas, que a grande quantidade de anúncios se destinava unicamente a parcela da sociedade que podia contratar para o ofício de professor da educação doméstica.

A escassez de escolas públicas, para a maioria da população, em contrapeso com o grande número de escolas domésticas, para a minoria da sociedade, tornava injusta uma competição de cunho instrucional entre esses pares.

⁵ Ibidem, p. 136.

[...] as poucas escolas existentes — por vezes, colocadas pelo próprio Estado — aliadas às limitadas expectativas da população e às necessidades de sobrevivência no Brasil Oitocentista, essencialmente rural, cujas terras eram divididas entre grandes proprietários, faziam com que grande parte da população desconhecesse a escola, não alimentando qualquer perspectiva quanto a ela ou qualquer interesse pelo seu “saber”. A realidade vivida pelas classes menos favorecidas era extremamente rude e precária, constituindo-se em uma luta diária pela sobrevivência, impedindo que se empreendessem meios de frequência à escola. Além disso, havia muitas restrições às idéias de democratização do ensino e elas confrontavam os limites políticos e culturais típicos de uma sociedade escravista, autoritária e baseada nas desigualdades sociais. O Estado Imperial tinha presença muito pequena no que tange à instrução, até porque a própria escola não havia se firmado detentora de um lugar social legítimo. Eram contestáveis a sua existência e necessidade (VASCONCELOS, 2005, p.25-26).

Cabe ressaltar que, no Império, o Brasil passava por entraves político-econômicos e sociais resultantes da governabilidade de D. Pedro I, vários setores da sociedade civil demonstravam-se insatisfeitos com as direções que o príncipe conduzia o país e, tempos nebulosos ameaçavam a paz na ex-colônia.

Um desses entraves era o descaso com a educação por parte do governo imperial. Brasileiros que saíam de suas províncias para estudar nas respectivas capitais, ou mesmo em Portugal, distinguiam as disparidades educacionais presentes no país, e, imbuídos de ideias intelectualizadas, pensavam na possibilidade de o Brasil como um todo, participar da trajetória moderna que estava redefinindo o processo civilizatório ocidental. O alcance da modernização seria inevitável, porém, para alcançá-la seria preciso enfrentá-la com armas equivalentes e desafiadoras. A mudança proposta deveria ser dirigida de dentro, ou seja, partir daqueles que mais sofriam com a atual situação do país, através da “revolução dentro da ordem” ou de uma “revolução contra a ordem” (FERNANDES, 2009, 143).

É neste sentido que, a eclosão de focos isolados de rompimento da ordem, deliberará definitivamente a estrutura da sociedade brasileira, bem como sua economia, industrialização, e é claro, a educação.

Na década de 30 dos oitocentos, muitos reclamavam que o Brasil caminhava a passos lentos para a modernização e, uma das soluções para o rápido incremento a esse novo contexto, perpassava por uma constituição organizada da instrução pública primária e secundária nas províncias.

Figura 1- Instrução Pública

INSTRUÇÃO PÚBLICA.
A Lei Provincial de 20 de Março do mesmo anno, certamente coarctou o abuso e prevaricação de muitos Professores; ella dá as melhores esperanças de que este ramo da perfeição da moral, base fundamental da civilisação, e felicidade de hum Paiz, perceberá aquelle melhoramento, de que tanto carece a nossa Provincia.

Fonte: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe,1838>

Na província sergipana, essa década foi marcada pelo desinteresse do governo com os assuntos educacionais, reflexo, claro, do descaso fustal do governo geral do Brasil para com a instrução primária e secundária. Havia no estado, uma rede de escolas públicas e privadas. E ainda existia como já foi visto anteriormente, educação doméstica, que seguia firme na oferta de ensino através dos jornais que circulavam nas cidades de Aracaju, Laranjeiras, Lagarto, Propriá, entre outras.

Em 1832 havia, em todo o Império, 162 escolas para meninos e 18 escolas para meninas, distribuídas pelo Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 1989, p.61). Em Sergipe o número de escolas chegava a 29, com um total de 1800 alunos matriculados, em 1834 (NUNES,1984).

Nesse estado, “a distribuição das escolas não obedecia ao critério da população escolar. As cidades localizadas mais próximas da capital eram mais bem atendidas que as mais distantes, mesmo que estas possuíssem uma população superior” (OLIVEIRA, 2016, p. 6). E isso, num período em que a urbanização das cidades mais importantes de uma província estava impregnada de deformidades arquitetônicas, estruturais, sanitárias, etc.

Em 1834, o Ato Adicional, torna-se a primeira grande legislação nacional voltada para a estruturação dos dois níveis de ensino. Em seus pareceres, destaca -se a extinção dos Governos Gerais das Províncias e criava as Assembleias Legislativas, dessa forma, a responsabilidade pela educação, legislação e economia ficavam a cargo de cada província, e não mais de um governo central. Essa medida dava autonomia a cada província, assim, seus governantes poderiam traçar separadamente, planos de desenvolvimento adequados a realidade de sua comarca.

Esse, porém, é o argumento utilizado por alguns autores como Castanha (2005), Azevedo (1996), e Almeida (1989), para explicar de forma geral as atribuições do Ato Adicional de 1834, em que a descentralização acabou por centralizar de vez o Brasil. O contexto político pelo qual atravessava o país revela que as disputas políticas entre liberais e conservadores estavam cada vez mais interferindo na plena governabilidade dos regentes, que, após a abdicação do imperador D. Pedro I, passaram a conduzir o território brasileiro até que o infante D. Pedro II atingisse a maioria. Por este motivo, os políticos ligados aos liberais e conservadores digladiavam-se por um domínio cada vez maior no governo. Com a promulgação do Ato Adicional, os presidentes das províncias ligados aos conservadores, começaram a criticar partes da lei elaborada pelos liberais e burlavam conscientemente o que determinava o Ato.

O monopólio português ante as províncias brasileiras havia enfraquecido, porém, a consolidação de uma política despreocupada com os anseios da população estava cada vez mais distante. O Ato Adicional decididamente distanciou uma provável articulação entre a instrução pública e o Estado. O ensino estatal, perdeu, a partir dessa iniciativa, a chance de uniformizar-se em prol de uma evolução de cunho modernizante. Para Almeida (1989, p.66) “a diversidade de leis e a ausência de regra não concorrem de modo algum – longe disso – para formar um espírito nacional uno e homogêneo”. Iniciativas como a promulgação dessa lei, acompanharam as resoluções brasileiras durante muito tempo, até que ideias vindas de intelectuais brasileiros, com opiniões modernistas chacoalhem as estruturas do governo no Brasil republicano.

Percebe-se com isso, que “os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de se refrearem as paixões particulares momentâneas, só raras vezes de pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas” (HOLANDA, 1995, p.33). Ora, como criar uma nação que caminhasse por suas pernas, por sua economia, por seu povo? Seria o brasileiro capaz de responder essas perguntas?

Para que o Brasil alavancasse o nível de instrução de sua população, necessitaria que a educação adquirisse uma conotação institucionalizada, de acesso a toda a população. O Ato Adicional seria a primeira ação enérgica nesta direção, porém, com uma diversidade de grupos populacionais, muitos desses vivendo à margem da sociedade, seria difícil o governo conseguir unificar uma ação educacional que conviesse para todos, mas era essa a intenção da lei instituída. Por falar em populações à margem da sociedade, a escravidão na ex-colônia portuguesa da América seu comércio humano intenso e ininterrupto, contrariando as estatísticas da maioria dos países vizinhos, que já haviam abolido a escravidão, ou caminhavam em prol da abolição. Condição histórica fundamental para estabelecer um processo civilizatório de arremedo, aos atropelos e solavancos sem que a população em geral pudesse acessar aos direitos básicos próprios das sociedades capitalistas liberais que, a princípio, serviam de modelo à ex-colônia, pois estava longe de modernizar-se através da instrução pública, já que o povo residente em seu território não tinha condições de interferir politicamente na vida em sociedade. Cabe ressaltar, porém, que não importa, pois, afirmar que essa população (negros, índios e portugueses), pela falta de instrução e de alfabetização, incapaz de compreender a complexa instituição política que se inaugurou no Brasil após a independência, pois ela nem chegou a corroborar com a nova política ou da politização diferenciada instaurada (DUARTE, 1972, p. 354).

Fato é que esse fortuito populacional estava voltado ainda para a economia agrícola que movia o país. Uma sociedade marginalizada quase exclusivamente rural, dependente da elite latifundiária detentora das grandes propriedades rurais, não iria definitivamente visualizar

mudanças em sua situação através somente de uma data inaugurada em meados de 1820. Além disso, defender que o Brasil deixasse de uma hora para outra de ser agrícola seria uma falácia, afinal, foi por esse motivo que a colônia acabou sendo tão explorada pelos portugueses: Para servir de suporte agrário de produtos caros para a Europa. Como bem afirma Holanda:

[...] se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples decadência delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular incomparável (HOLANDA, 1995, p.73).

Antes da abolição da escravidão no Brasil, a lei Eusébio de Queiroz (1850), determinou o fim do tráfico negreiro na ex-colônia, modificando a estrutura econômica do país, pois, “os traficantes, na maioria portugueses, foram pouco a pouco formando uma potente burguesia comercial que, assenhoreando-se do mercado escravista, vendiam os escravos a crédito e a juros altíssimos” (PINTO, 1984, p. 137). Com a mão de obra necessária ao trabalho no campo cada vez mais cara, a aplicação de investimento em outros setores da economia movimentou consideravelmente o capital nacional (PINTO, 1984).

2.1 A EDUCAÇÃO NA ÚLTIMA DÉCADA DO IMPÉRIO

Inicia-se no país, a partir desse período, uma era de industrialização crescente e o desenvolvimento das relações econômicas entre as províncias (PINTO, 1984). Nas décadas seguintes apesar de o Brasil ampliar o setor de indústria e comunicação, crises constantes confrontam a sua credibilidade enquanto país recém-independente. As consequências da guerra com o Paraguai é um dos mais graves colapsos pelo qual a economia brasileira passa antes da abolição da escravatura, marco importantíssimo da modernização tupiniquim (PINTO, 1984).

No início da década de 1880 em Sergipe, um jovem presidente da província, Herculano Inglês de Souza (1881-1882), buscou implantar reformas educacionais importantes, mas, foi duramente criticado e pressionado ao tentar consolidar a legislação educacional existente. Preocupou-se em evitar que os professores primários continuassem a serem joguetes dos interesses políticos [...] e, em 5 de junho de 1881, institucionalizou a habilitação de uma Escola Normal para ambos os sexos (NUNES, 1984).

Influenciado pelas ideias positivistas, Inglês de Souza scandalizou a sociedade sergipana e enfureceu os participantes da classe dominante, numa época em que Sergipe contava com 145

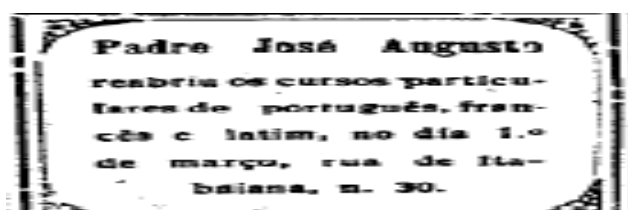
escolas, e um total de 4.282 alunos matriculados (NUNES, 1984), e um contingente enorme de gente longe das salas de aula.

A precariedade do ensino público estatal era alvo do conservadorismo deplorável da pequena província. “Só quatro prédios pertenciam ao patrimônio do Estado, sendo dois na Capital, um em Laranjeiras e o outro em Rosário” (NUNES, 1984, p.165). No final do império, o número de escolas em Sergipe aumentou, bem como o número de alunos matriculados, porém, os graves problemas educacionais continuavam existindo.

Em Sergipe, em 1888 havia 180 escolas isoladas de instrução primária pública, distribuídas em 54 para o sexo masculino, 56 para o sexo feminino e 70 mistas, com matrícula de 3.427 alunos, de ambos os sexos, e com frequência de 2.285 alunos.² Dados de 1887 informam que em Sergipe, para uma população de 370.000 habitantes, a proporção de alunos em relação à população era de 1,02%. As escolas isoladas funcionavam, em sua maioria, em prédios alugados, com professores pouco qualificados, sem condições pedagógicas para o ensino, fatos fartamente denunciados pelos Presidentes Província. As críticas às condições de funcionamento destas escolas eram recorrentes tanto do ponto de vista do ensino ministrado como da precariedade das condições físicas. Frequentavam essas escolas as camadas menos favorecidas da população (OLIVEIRA, 2016, p.3).

O frágil sistema educacional sergipano deixava margem para a edificação da educação doméstica. No estado ela era praticada por pessoas “habilitadas” ao ensino das primeiras letras, ou ao ensino de disciplinas e/ou habilidades isoladas. E, apesar de no restante do país essa modalidade de ensino estar sendo sucumbida pelas ideias republicanas de instalação de uma nova ordem educacional, em Sergipe essa prática não dava indícios de que iria extinguir-se prontamente.

Figura 2- Cursos



Fonte: A Cruzada, 1924

Conforme a figura 2: “Padre José Augusto reabriu os cursos particulares de português, francês e latim, no dia 1º de março, rua de Itabaiana, n.30 (IHGSE, A Cruzada, 13 de abril, 1924).”

A educação na casa, na última década do Império, era apresentada em solo sergipano como aulas particulares, na casa do professor ou do aprendiz, e disponibilizado nos jornais impressos que circulavam no estado por meio de anúncios, em que aqueles que iriam ensinar ofertavam seus serviços. Para chamar a atenção de alunos e alunas indistintamente, os (as) professores (as) tentavam exaltar as disciplinas mais procuradas pelos educandos naquele determinado período. O

acesso a língua estrangeira, as habilidades musicais e o ensino de matérias mais difíceis eram as que mais estampavam as páginas dos jornais que traziam anúncios desse tipo.

Figura 3- Ensino



Fonte: Diário da Manhã, 1912.

Conforme a figura 3: “Brício Cardoso oferece ao público seus serviços de professor de humanidades, podendo prestá-los em sua residência, colégios e casas particulares (IHGSE, Diário da Manhã, 1912).”

Além da ressalva da habilitação moral e social feita costumeiramente pelos professores, havia também, outros tipos de aptidões que podiam destacar para conseguir alunos. Seja um método diferenciado, uma boa eloquência nas palavras, a oferta de um ambiente de estudo mais organizado e arejado e, é claro, tentavam demonstrar afetividade extrema para com os educandos, visando conquistar os pais e garantir o emprego.

Em 1888, a lei Áurea, que proíbe o trabalho escravo no Brasil é assinada, promulgada e sancionada pela princesa Isabel que, ocupa o cargo principal do Império na ausência de D. Pedro II. As pressões sofridas para que a liberdade dos escravos acontecesse explode, justamente, em um momento em que a insatisfação com a forma atual do governo começa a adoescer para a República. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995), a abolição da escravatura, que impedia o progresso do Brasil, é o marco inicial para a era moderna:

[...] é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido, é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas (HOLANDA, 1995, p. 171-172).

E agora? Um país que se arrastava para os patamares mais avançados do processo modernizador, e não sabia o que fazer com a população negra livre, melhor dizendo, queria se livrar desse contingente. E os negros que pouco conheciam do trabalho urbano, sem instrução

e sem ter para onde ir, como se integrariam à sociedade de classe? Uma desordem social instaura-se no Brasil, conseguiria esse grande contingente de escravos abandonados à própria sorte obter a instrução necessária para sobreviver à vida que as cidades exigiam? Como pensar em modernização com essa dificuldade para resolver? Entende-se, então, que “a falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno atual. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem”.⁶

Eis que, para apaziguar a situação dos negros na nação brasileira, surge a evolução da indústria cafeeira que, ao liderar as exportações por volta de 1890, gera a necessidade de mão de obra em larga escala para o trabalho nas lavouras (em algumas regiões do Brasil). Ademais, o Brasil passa a receber um significativo número de imigrantes, principalmente europeus, que alimentados pelo sonho de enriquecer em nova terra, chegam aos montes e passam também a auxiliar no trabalho agrícola que envolvia o café.

A modernização do Brasil se faz sentir através das estradas de ferro, do sistema bancário, da introdução da maquinaria e do relativo desenvolvimento industrial. Entretanto, nenhuma alteração de estrutura é vislumbrada no período estudado. Ao contrário, com a cultura cafeeira afirmando-se, persiste e acentua-se a dependência agrícola da economia brasileira que, baseada na monocultura, permanecerá submissa às flutuações dos mercados consumidores (PINTO, 1984, p. 145).

Interessante destacar que a mesma indústria agrária que traz a modernização ao país é também aquela que afasta o Brasil cada vez mais da modernidade. Aspectos diferentes do monopólio político-econômico das famílias que detinham o poder no setor agrícola desenvolvem contradições em meio à possível industrialização da nação tupiniquim e, constituem um impasse entre campo e cidade, público e privado, Estado e sociedade (PINTO, 1984).

O início da era republicana no Brasil irá modificar para sempre a sociedade que ansiava por algo que os decidisse como uma nação autônoma e com identidade própria definida, acreditando que a prática eleitoral traria a resposta para muitos problemas relacionados à política econômica brasileira. O patriotismo, aspecto supervalorizado nas ações políticas, principalmente estatais, irá constituir o eixo principal nas primeiras décadas da Primeira República. Em outras palavras o “[...] aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura, para a inauguração de um estilo novo” (HOLANDA, 1995, p. 172).

⁶Ibidem, p.33

Esse é um período de mudanças significativas no âmbito educacional. Iniciam-se na jovem nação republicana iniciativas reproduzidas de países com ideais políticos, econômicos e culturais muito diferentes daqueles presentes na sociedade brasileira. A ordem é transformar o modelo escolar do império, trazendo para as salas de aula, comportamentos e procedimentos envoltos no alicerce do progresso e da cientificidade.

2.2 CONTEXTO EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Estabelece-se na Primeira República propostas de renovação de toda a sociedade. Nas províncias, a falaz liberdade de escolher que rumo levar os assuntos da população, transforma esse período, em especial, no verdadeiro projeto modernizador do Estado, que, ainda possuía o ônus de interferir nas questões políticas de cada estado, se assim desejasse.

Na província de Sergipe, a República, até então apoiada predominantemente pelos mais esclarecidos da sociedade, encontra no território sergipano impasses políticos que dificultam a realização de trabalhos intensos na direção de uma nova era (NUNES, 1984). A Reforma educacional que estava ocorrendo em todo o país acontecia também no estado e, iniciativas dos vários presidentes provinciais, apareciam desapareciam rapidamente. Como resultado desses vai e vem a Reforma não sobrevinha de fato, mas [...]

Também não poderiam dar resultados as tentativas de fazer prevalecerem doutrinas políticas, advindas de sociedade onde a revolução burguesa-capitalista se completara numa sociedade egressa do escravagismo em que, ainda, predominavam, em muitas regiões, as relações feudais de produção. Sergipe, como outras unidades da Federação mais atrasadas no processo desenvolvimentista, seguia os velhos métodos políticos, apenas sob novos rótulos (NUNES, 1984, p. 189).

As propostas de um novo modelo escolar pautavam-se na ideia de civilizar o homem, de modernizá-lo, de transformar a identidade nacional no principal baldrame sintonizador do percurso entre o ser e o pertencer. A escola passa a ser vista como uma das instituições capazes de garantir a unidade nacional, através da transmissão não só de um conteúdo unificado, mas também de valores culturais e morais que garantiriam o sentimento pátrio (BASTOS, 2014, p. 116).

Entre as mudanças estipuladas na época, a modernização dos materiais usados na aprendizagem tinha destaque. É claro que havia o incentivo dessa prática, algumas escolas chegaram mesmo a receber material necessário para que a partir do que os alunos experienciavam, o ensino fosse concretizado. Porém, para muitas escolas a tentativa de que a

instrução adquirisse ares modernos nunca foi uma realidade. A situação financeira de muitos municípios não permitia que o aluno se beneficiasse com as novas estratégias de ensino.

Onde a educação doméstica encontrava-se nesse novo contexto educacional? Sabe-se que no período republicano, as iniciativas de cunho educacional foram ganhando destaque nesse novo cenário, assim, a instrução pública defasada, ia recebendo destaque. O arquétipo escolar vigente já não servia para a população republicana, sendo assim, a educação doméstica, também já não satisfazia no novo projeto de educação, e, as políticas estatais advindas desse novo momento reforçavam essa prerrogativa.

Com o fortalecimento do Estado Imperial e com as discussões cada vez mais acirradas acerca da importância da instrução escolar, uma das preocupações iniciais é a de construção de espaços específicos para a escola estatal, a fim de comprovar sua ação mais eficaz junto às crianças, para êxito daqueles que defendiam sua superioridade frente às demais formas de educação. O processo de apropriação pelo Estado da instrução pública e a própria concepção dos aspectos que englobariam o projeto centralizador têm como primeira tarefa, então, o distanciamento da educação dos sujeitos das práticas exercidas até esse momento nas casas, sob a exclusiva escolha e vigilância dos familiares e voltadas para aprendizagens e compromissos bem mais restritos do que aqueles aos que o Estado aspirava (VASCONCELOS, 2005, p.36).

Mas, em Sergipe, como já foi destacado anteriormente, a educação doméstica se destaca através de novos horizontes, ela não desaparece, torna-se as atuais bancas de ensino, que, imbuídas de uma diferente significância resistiram às prescrições da época republicana.

Percebemos durante a pesquisa, que as aulas particulares domésticas haviam se tornado bancas, ao comparar as ofertas de ensino da casa nos jornais dos períodos citados nesta escrita com os anúncios fixados em moradias de Aracaju. Além disso, os traços deixados pelo ofício docente dos mestres do século XIX e início do XX, remontam aos atuais professores que desenvolvem a prática educacional domiciliar.

Na nova realidade educacional do país, para que as aulas se tornassem atualizadas, a Pedagogia moderna instituiu o Pedagogium, que tinha como objetivo:

[...] a disseminação de instituições congêneres nos demais estados da República e a organização de museus escolares nas escolas, conforme determinava o Decreto n. 980, de 1890: cada escola primária terá, além das salas de classe e outras dependências, sua biblioteca especial, um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagógicos (BASTOS, 2014, p.128).

Como mencionado anteriormente, muitas dessas ações nem chegaram a sair do papel, afinal, o Brasil ainda apresentava frágeis prerrogativas no âmbito educacional. E não era porque apostava

em iniciativas provenientes de países com cultura diferente da praticada em terras tupiniquins, mas, por um motivo bem mais particular: A tentativa de dar ao homem brasileiro a identidade que lhe pertencia, que não fazia parte de seu cerne, de sua historiografia cultural.

No cenário sergipano a educação republicana também apresentava problemas para ser instaurada. Segundo Olímpio Campos, Presidente de Sergipe em 1900, “o povo que não sabe ler, não conhece os seus direitos nem deveres, é um tutelado, que a essa posição se submete por deficiência da instrução” (SERGIPE, 1900, p.8)⁷.

Isso leva à compreensão do motivo pelo qual no projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime e regenerar a nação foi atribuída à educação popular (AZEVEDO, 2010, p.2).

Por essa razão, muitas críticas à educação pública estatal continuavam movimentando o cotidiano da população brasileira. Vários setores da sociedade perpetravam inúmeros julgamentos ao ensino que não mostrava sinais de melhoria. Neste sentido, a iniciativa de particulares no que se refere à causa da instrução popular tornou-se uma constante nas páginas dos dois jornais republicanos A Província de São Paulo (PSP), sob direção de Rangel Pestana e Américo de Campos; a Gazeta de Campinas (GC), dirigida por Francisco Quirino dos Santos, esses jornais divulgavam para a população letrada as prerrogativas necessárias à afirmação da instrução pública no Brasil. Esses veículos colocavam em evidência a iniciativa de particulares: ora vinculada aos exemplos dado das “nações civilizadas”, sobretudo, os Estados Unidos; ora mediante a ênfase nas experiências educacionais empreendidas pela iniciativa particular de origem leiga ou vinculada às escolas americanas de confissão protestante (SCHELBAUER, 2014, p. 139). Dessa maneira, as iniciativas privadas pessoais, determinavam o ritmo cotidiano da instrução pública no país.

Iniciativas essas, expostas nas páginas dos jornais sergipanos, como bem escreve Helvécio de Andrade (1864-1945).

⁷ SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1900, pelo Presidente do Estado Monsenhor Olimpio Campos. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1900.

Figura 4 - Democracia

A história da democracia está compreendida na da escola elementar, escreve um publicista da actualidade, a propósito do ensino particular e privado, que combate, em vista de não satisfazer as necessidades da educação, que é dever das democracias administrar aos cidadãos.

Se é verdade que em uma democracia bem organizada o ideal é preparar a educação nacional, necessário se torna que a educação da criança mereça do Estado toda a atenção e solicitude.

A escola moderna é parte integrante da nação e, como tal, deve ser tratada como um organismo social, etc., etc.

Como este, outros aspectos do problema educativo, de que tão brilhantemente tratou o illustre conferencista, não têm passado despercebido às nossas vistas. E o fim destas desprezíveis linhas é mostrar que sentimos e compreendemos o seu grande alcance social, d'onde resulta maior utilidade para nós da acção do exímio orador pedagogo.

A sua palavra, o fruto das suas observações, a convicção das suas idéas, farão muito mais em algumas horas do que as nossas palidas letras, se bem que não menos sinceras e convictas, em annos de esforço e dedicação.

HELVECIO DE ANDRADE.

Fonte: Diário da Manhã, 1917

Conforme a figura 4:

A história da democracia está compreendida na da escola elementar, escreve um publicista da atualidade, a propósito do ensino particular e privado, que combate, em vista de não satisfazer as necessidades da educação, que é dever das democracias administrar aos cidadãos. Se é verdade que em uma democracia bem organizada o ideal é preparar a educação nacional, necessário se torna que a educação da criança mereça do Estado toda atenção e solicitude. A escola moderna é parte integrante da nação e, como tal, deve ser tratada como um organismo social, etc. Como este, outros aspectos do problema educativo, de que tão brilhantemente tratou o ilustre conferencista, não têm passado despercebido às nossas visitas. E o fim destas desprezíveis linhas é mostrar que sentimos e compreendemos, de onde resulta maior utilidade para nós da ação do exímio orador pedagogo. A sua palavra, o fruto das suas observações, a convicção das suas ideias, farão muito mais algumas horas do que não menos sinceras e convictas, em anos de esforço e dedicação (IHGSE, Diário da Manhã, ANDRADE, 29 de maio, 1917).

As iniciativas particulares de, por meio de periódicos, apontar as falhas e organização da educação no Brasil, estabelecidas por muitos intelectuais da sociedade brasileira, questionavam incansavelmente a forma como o governo propunha deliberar a instrução da população, para eles, o Estado não era capaz de oferecer a sociedade uma escolarização coesa e organizada, portanto, defendiam a educação livre, na qual os pais decidiriam aquilo que fosse mais adequado para seus filhos serem instruídos. A escola do

século XX, pouco ou nada mudara desde o século anterior, e, as escolas monumento que estavam sendo preconizadas, além de não chegar a todos os brasileiros, continuava com os velhos hábitos da época do Brasil império: professores despreparados e mal pagos, escasso investimento financeiro, falta de material pedagógico, entre outros.

Por conseguinte, a primeira década do século XX foi marcada pelas sucessões presidenciais. Na República, os representantes poderiam ser eleitos através do voto direto, porém, a oligarquia que se instaurou no país, não permitia que o povo participasse livremente da escolha de seus governantes. Essa era mais uma razão para que, segundo a parcela intelectual nacional, o Brasil permanecesse no atraso industrial que o deixava em desvantagem econômica, política e social, com relação ao restante dos países. Para ele, somente pela educação, o povo reagiria às imposições dos grandes latifundiários. Essa, porém, era uma tarefa difícil, pois, em meados de 1910, a maioria dos brasileiros ainda vivia na zona rural e, essa mesma maioria não era alfabetizada ou, não havia passado das primeiras séries do curso primário.

As pessoas que traziam ideias para a escola recém-implantada no país, ou pelo menos, nas cidades que primeiro receberam essas novas escolas, como foi o caso de São Paulo e Santa Catarina, buscavam também assegurar que novos métodos de ensino fossem instituídos. Através das modernas técnicas de ensino, finalmente o projeto da escola identitária, da ordem e do progresso, a sociedade brasileira deixaria o retrocesso e caminharia rumo ao progresso. Será, porém, que os instrumentos utilizados para esse fim estavam de acordo com a realidade do Brasil, ou simplesmente eram aplicados conforme as práticas dos Estados Unidos, França, Itália, etc? Na América Latina a implantação da escola primária graduada – tida como panaceia para o progresso e a modernização desejados – coincidiu com o suposto desenvolvimento que vinha alcançando a Pedagogia Moderna no último quartel do século XIX (onde havia esse desenvolvimento?). Ao adaptar-se às realidades latino-americanas, contudo, tal pedagogia acabou sendo desprovida de seus fundamentos filosóficos, sendo reformulada em termos utilitaristas e normativos, como técnicas que deveriam conduzir o trabalho dos professores em sala de aula (TEIVE e DALLABRIDA, 2011).

A Pedagogia Moderna instaurada ainda no século XIX idealizava a educação da sociedade como ferramenta primeira para o alcance desenvolvimentista industrial e urbano das grandes nações. Entre suas hipóteses, a máxima de que o equilíbrio educacional era a estratégia mais adequada de ensino, já que, a escola como instrumento da modernização, não deveria mais utilizar-se das táticas falidas dos séculos anteriores, assim, o autoritarismo, desde sempre praticados, deveriam ser substituídos por novas técnicas de manutenção da ordem.

Os mecanismos de regulação colocados em marcha nessa nova forma escolar seguiam a máxima pedagógica liberal moderna: “manter, imprimir e reprimir, mas com suavidade”, ou “com o coração e o cérebro” [...] (TEIVE e DALLABRIDA, 2011, p. 26).

Deve-se ter em mente que a escola pensada para caracterizar a modernidade que o Brasil estava prestes a vivenciar, presumia os mesmos efeitos da escola frágil e precária criada pelo Estado monárquico anteriormente. Além do mais, a entrada ao mundo moderno, do país que ainda era um dos pioneiros agrícolas da América Latina não conseguia atingir a grande maioria da população, os residentes rurais, continuavam a ter dificuldade em usufruir da escola do progresso. “Em toda a parte em que foi implantada a escola graduada [ou grupo escolar] caracterizou-se por ser uma escola especialmente urbana para atender às necessidades da escolarização em massa” (SOUZA, 2011, p. 51). Questiona-se, porém, se para a população os grupos escolares tiveram essa caracterização, uma vez que para a sociedade que vivia sob o regime imperial e ansiava pela modernização, somente o fato de imponentes “palácios” ocuparem o lugar da paisagem urbana no cenário da capital Aracaju, fazia crescer o orgulho patriota de um coletivo exausto de promessas de desenvolvimento urbanístico e social.

A conveniente modernização reflete em território sergipano, a necessidade de um olhar mais próximo à intervenção do Estado na educação da sociedade. A responsabilidade desta esfera pública é inquestionável, porém, as ações idealizadas por ele, não representaram eficazmente a modernização almejada para a educação pública. Como símbolo maior dessa busca de modernização tem-se em 1911, a Reforma da Instrução Pública e a implantação dos Grupos Escolares. Estas instituições contribuíram para o projeto modernizador pelo qual passava o Estado e fizeram parte de um processo civilizatório ocorrido em Sergipe no início da República. Em Sergipe, um plano de “autonomia e modernização estivera presente desde os idos dos oitocentos com a luta pela emancipação política (1820) e a construção da sua capital planejada (1855). Pela via da educação escolar, porém, esse processo ganhou força no regime republicano (AZEVEDO, 2010). Apesar de essa iniciativa ter proporcionado ao ensino de Sergipe significantes melhorias, a roupagem educacional mostrava-se nova, mas a carcaça permanecia velha.

Em contrapartida com as ideologias preconizadas por intelectuais defensores da escola da pátria, gente que acreditava na nacionalização do ensino como proposta de transformação educacional, a modificação das instituições escolares em território brasileiro não acontecia de maneira homogênea e, a política latifundiária na qual o país estava inserido dificultava cada vez mais a organização do Brasil moderno. Pode-se também constatar que a grande diversidade cultural e territorial brasileiros impedia que o sentimento de nacionalidade adquirido por via instrucional não fosse realizado de forma satisfatória. Em outros países, a escola moderna mostrava-se um

excelente instrumento para as mudanças advindas de um novo século, já em terra tupiniquim, a realidade era outra.

[...] pode-se verificar que, a partir da instauração da modernidade na Europa, principalmente após as diversas revoluções burguesas que consolidaram após as diversas revoluções burguesas que consolidaram os Estados Nacionais, a escola teve importância fundamental para a construção das *nações*, uma vez que os conteúdos abordados em sala de aula – língua e geografia nacionais, história da pátria, de seu povo, ou, mais precisamente, de seus heróis – estavam envoltos pela ideologia do *nacionalismo patriótico*, e baseados nela se pretendia construir as diversas identidades nacionais (PINHEIRO, 2002, p. 41).

A modernização tão aguardada, agora sob o pretexto educacional, reservava para Sergipe experiências singulares de progresso e retrocesso, respectivamente. Nas escolas isoladas e na educação doméstica, sobretudo na primeira, as mudanças foram lentas e muitas vezes insuficientes, afinal, se a República instituiu o grupo escolar como padrão de atendimento para que as classes populares se integrassem à sociedade democrática, como as escolas isoladas, com insuficiente atendimento eram majoritariamente aquelas que continuavam fornecendo a precária educação às classes mais pobres, que começavam a se incorporar no meio urbano? No estado, em 1923, eram as escolas isoladas que continuavam a atender o maior número de alunos, abrangendo 80, 61% da matrícula total (OLIVEIRA, 2016, p.13).

A educação doméstica no estado também entrará em declínio vagarosamente, é possível encontrar anúncios em jornais sergipanos com oferta de ensino na casa até meados de 1930, é quando eles se tornam escassos ou mudam de configuração, pois, os cursos técnicos ganham força e começam a aparecer constantemente nos periódicos locais.

3 SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DOMÉSTICA: BRASIL-SERGIPE

Em meados da década de 1880 o Brasil contava com aproximadamente 10.112.061 habitantes, de acordo com o censo realizado em 1872, o primeiro da história (NUNES, 1984). A população residente era predominantemente rural já que nas fazendas trabalhava a maior parte da população no setor econômico que dominava o país, as atividades agrícolas.

Em Sergipe, o menor estado do Brasil, o pequeno número de moradores, em conformidade com o censo de 1890, era de 310.926 habitantes dos quais, 48% eram considerados mestiços, 30% brancos, 15% pretos e 7% caboclos, trabalhando em sua grande parte no campo, envolvidos em atividades de subsistência e/ou em economia agroexportadora, na qual o açúcar era o produto predominante, condicionando o viver social. Podemos dizer que a sociedade era dividida entre senhores proprietários, habituados a amplo mando, e trabalhadores despossuídos (DANTAS, 2004, p. 16). Ainda sobre os dados sociopolíticos do estado e, de acordo com a organização administrativa de Sergipe, havia 33 sedes de municípios reconhecidas e, além da capital, apenas 09 povoações gozavam do estatuto de cidades.⁸

Verifica-se que não há dissonância com o restante do país, Sergipe, apesar de ser muito pouco urbanizado, se comparado com outras as capitais metropolitanas como, São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a divisão social da época estava de acordo com a política econômica oligárquico-coronelistas praticada no restante do país.

A economia brasileira nesse período estava dependente da exportação cafeeira, estima-se que de 1881 a 1890, o Brasil tinha exportado aproximadamente 51.631 sacas de café (PINTO, 1984), o que representava mais da metade de toda a exportação mundial desse produto (56,63%) (IBGE, 2003).

Além do pioneirismo do café, o país também se destacava nas exportações de açúcar, borracha, algodão, couros e peles. A prosperidade econômica na última década do Brasil império proporcionou algumas melhorias de infraestrutura urbana para os moradores das cidades, como a instalação do fornecimento de água para a capital e a construção de estradas de ferro e rodovias que não paravam de crescer (PINTO, 1984, p.140 e 141).

O desenvolvimento econômico brasileiro era movido quase que exclusivamente por escravos e alguns imigrantes. A escravidão em quase todo o mundo já havia sido abolida, mas, apesar das pressões internacionais o Brasil ainda a praticava. Os abolicionistas defendiam o fim da escravidão no país desde 1871, porém, foi somente com a Lei de 13 de maio de 1888,

⁸ Ibidem, p.19

que o bem-estar econômico vai se esvaindo e a libertação dos escravos é finalmente realizada a fim do sistema econômico ingressar sistematicamente no trabalho assalariado. Período em que o país mergulha numa crise econômico-social desenfreada, e, tudo isso às portas da República, época que deveria “salvar” o povo brasileiro do buraco no qual afundava a sociedade ex-monárquica (PINTO, 1984, p. 142 e 143).

Nesse compasso, a necessidade da instrução escolar face às novas prerrogativas instaladas após a acomodação da eminente República, visava determinar o ritmo em que a sociedade deveria, a partir daquele momento, percorrer.

Os debates sobre a educação e a instrução populares, além de integrarem a temática da infância propriamente dita, englobavam um leque de problemas mais amplos, enfrentados pela sociedade naquele tempo. Preocupações com o fim do regime de trabalho escravo, com o controle social, com as "desordens" e a criminalidade, com a construção do povo e a formação de cidadãos disciplinados e úteis à pátria, eram enfatizadas. A própria reconstrução da nação brasileira encontrava-se em questão (SCHUELER, 1999, p.14).

Em terras sergipanas, as alterações sobre a instauração da República, trouxe consigo, como em outras partes da nação, esperança de melhoria de vida. Para um estado pequeno, o desejo de equiparar-se com os demais fazia com que a população copiasse hábitos e costumes daqueles que consideravam modernos. Ainda que a vida cultural em Sergipe, em meados do início da era republicana, fosse acanhada, os habitantes urbanos, especialmente da capital, contavam com a circulação de vários jornais (pelo menos seis), e havia um pequeno teatro, o São José, onde se apresentavam grupos artísticos, sobretudo de ambulantes, que saíam pela região costeira do país mostrando suas artes (DANTAS, 2004, p.18).

O panorama do país a partir de 1888 é caracterizado pelo quadro de pobreza generalizada de grande parte da população. O contingente de escravos libertos enche as cidades de negros analfabetos, sem teto e sem perspectiva de conseguir um trabalho assalariado num curto espaço de tempo. Dessa forma:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 1964, p.15).

Os ex-escravos se viram jogados à própria sorte, sem alguém que os ajudasse, além disso, com o fim da escravidão o contingente de pobres no país, que já era alto, extrapola qualquer índice de marginalidade, precariedade e sanitarismo, todos, insuficientes para pelo menos metade da população.

Sergipe apresentava também o mesmo quadro de pobreza não exclusiva da capital do país. Em Aracaju principalmente, a lenta urbanização de suas ruas, deixava o panorama do município em uma crise estrutural calamitosa.

Um dos pontos mais críticos de Aracaju, em 1890, era a precariedade de sua infraestrutura. Suas ruas não dispunham de calçamento, nem de energia elétrica e as residências não contavam com água encanada ou esgoto. A população se abastecia nas cacimbas, nos tanques naturais ou artificiais, ingerindo o indispensável líquido de qualidade suspeita. Situada na beira do rio Sergipe, suas casas, em grande parte cobertas de palha de coqueiro, estavam limitadas entre dunas, mangues ou pântanos, comportando alto potencial de insalubridade. Com as artérias da cidade situadas em terrenos baixos, o escoamento de águas se revelava problemático [...] como se não bastassem as epidemias que periodicamente grassavam o Estado, as febres palustres de Aracaju tornavam mais arriscada a vida de seus habitantes, mesmo porque os próprios recursos da medicina de então eram bastante precários (DANTAS, 2004, p. 18 e 19).

No restante do país a situação não era diferente, problemas de ordem sanitária e a precariedade das instalações urbanas e rurais contribuíam para o aumento de surtos de vírus e bactérias que dizimavam as populações mais suscetíveis às mazelas sociais, especialmente àquelas que foram deixadas à própria sorte após a deliberação de liberdade para que a oligarquia política e econômica avançasse nas formas capitalistas das recentes sociedades industrializadas.

Situação retratada no romance de Aluísio Azevedo (2001), *O Cortiço*⁹, quando o protagonista da história, João Romão, que enriqueceu pelas vias mais espúrias, ilícitas, ilegais, imorais e cruéis de exploração do outro, ao lado de sua concubina, a ex-escrava Bertoleza, que dedicou toda sua força, tempo e trabalho para ajudar o seu homem branco. Porém, bastou João Romão enriquecer e passar a frequentar os círculos da alta sociedade carioca que se viu impelido a se livrar da “mancha negra” que comprometia seu novo status social. Num lance de esperteza, opera o verdadeiro golpe perfeito, fraudando a carta de alforria de Bertoleza e a restitui ao seu ex-proprietário. Ao perceber a tramoia, a já idosa mulher negra, em ato de desespero, pois sabia que não havia a menor chance de uma saída digna, se suicida. Enquanto isso, entra pela porta da frente a comissão representativa dos ideais abolicionistas que entrega uma honraria ao novo capitalista pelo seu ato heroico de proteger uma negra. Deste modo, a relação

⁹ Publicado pela primeira vez em 1889.

de extrema exploração se aparenta amena frente aos favores à população negra e à população pobre que a elite nacional dispensa àqueles que estão sob seu julgo. De modo geral, vai se naturalizando e conformando a sociabilidade entre as classes sociais em suas persistentes desigualdades e injustiças.

O Brasil ao tornar-se República não imprimiu aos negros libertos à reforma da ordem e do progresso que se pregava na durante a campanha de sua inserção, pelo contrário, a nova configuração do governo era cada vez mais excludente. Não havia participação econômica, participação política e participação social concreta, pois, a tão sonhada democratização não havia chegado, porque

a herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas (CARVALHO, 1990, p.45).

A classe latifundiária permanecia no comando da economia e da política do país. Não era de interesse dos oligárquicos inserir o ex-escravo nas novas estruturas do trabalho assalariado, na vida urbana e, principalmente, nos possíveis avanços sociais como educação e saúde próprios da vida republicana. Alguns abolicionistas chegaram a sugerir que fosse feita uma Reforma Agrária após a abolição da escravatura, porém, efetivação dessa reforma jamais seria realizada, afinal, o governo elitista e excludente não abriria mão das preciosas terras que moviam a economia brasileira.

A preocupação pelo destino do escravo se mantivera em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea. [...] Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para seus próprios interesses. (...) A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse (FERNANDES, 1964, s/p).

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por troca de moradia de alimentação suficiente para sua sobrevivência. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados, uma vez que não estavam em condição de escravos, mas desintegrados na sociedade de classes da mesma forma. Mas era essa vida que aos ex-escravos deveria ser dada? Em vários países o fim da escravidão foi marcado por medidas de ressarcimento (ainda que pequenas e tardias) para aqueles que tanto sofreram por sua raça, alguns receberam pedaços de terras, outros, indenização e assim por diante. Por outro lado, na nação brasileira, muitos se dirigiram às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a

grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos (CARVALHO, 1990, p.52).

Enquanto a maior parte do país era movida pela indústria cafeeira, em Sergipe, a economia exportadora açucareira destacava-se exponencialmente. Além do açúcar, o algodão era outro produto de destaque na economia sergipana, na primeira década dos 1900, a indústria têxtil também se destacava, sendo que a primeira fábrica de tecido foi instalada em Aracaju, em 1822. O perfil da província monocultora, que marcou o período do Império, foi sendo modificado com a diversificação de atividades sem precedentes em Sergipe, alterando o quadro social que adquiria maior densidade (DANTAS, 2004, p. 53).

Em solo sergipano a economia também era de base agrícola, a exportação da cana de açúcar ia de vento em popa. Na zona rural a modernização demoraria a chegar e, não seria do interesse dos senhores de engenho que ela viesse rapidamente, pois, ela traria o desenvolvimento industrial, este traria a exigência de trabalhadores qualificados, com ele viria a capacitação dos empregados, e aí, pessoas mais instruídas se faria necessário, como consequência, a percepção do que acontecia no trabalho seria mais óbvia, assim como a exigência por avanços nos direitos trabalhistas. Por isso, o estado (Sergipe), continuava altamente comprometido com a classe agrária, que assim garante sua permanência no poder, construindo a República para atender melhor os seus interesses. A consequência natural é a manutenção de uma sociedade arcaica, onde poucos dominavam e controlavam os setores político e econômico. Através desse controle, a terra continua em suas mãos, marginalizando os que nela trabalham (DINIZ, 1991, p. 177).

Após a abolição um intenso fluxo imigratório começou a se instalar no Brasil. Muitos imigrantes já haviam se dirigido a região sudeste do país em busca de melhores condições de vida e de emprego, porém, com o fim da escravidão, os italianos, incentivados pelo governo provincial do estado de São Paulo, desembarcam em massa em terras brasileiras. Cerca de 85 mil italianos entram nesse estado em 1895 (ALENCASTRO E RENAUX, 1997, p. 314.)

No Brasil, os imigrantes europeus tentam fazer do novo país a sua pátria, dessa forma, constroem suas próprias comunidades, segundo sua cultura e seus princípios. Principalmente alemães e italianos desenvolvem o estilo de vida típico de sua terra natal na nação que escolheram para viver.

Os estrangeiros alemães também foram percussores na instalação de escolas voltadas para os filhos dos imigrantes. Com cartilha própria e incentivo a manutenção da identidade cultural, os imigrantes alemães implantaram a escola em casa, daí nascendo as escolas comunitárias, nas quais em geral o professor era escolhido entre os próprios colonos, cuidando da roça e criando porcos paralelamente à atividade profissional (ALENCASTRO E RENAUX, 1997, p. 333). Observa-se aqui outro elemento histórico do ensino realizado na casa do mestre ou da família do estudante com finalidades bem específicas para a manutenção da cultura através do ensino que, provavelmente, os imigrantes italianos e alemães já haviam assimilado no conjunto de seus direitos sociais e experimentado em seus países de origem. Registramos, então, a existência dessa forma de ensino na casa, porém em circunstâncias sócio-históricas bem distintas da oferta de ensino por professores e professoras em suas casas ou nas dos estudantes, nos oitocentos em no Estado de Sergipe, objeto de nossos interesses de estudo.

Aqui e em quase todo o seu entorno, o movimento era contrário ao fluxo de entrada de imigrantes estrangeiros. Havia a emigração. Muitos nordestinos, ansiando por melhores condições de vida e de trabalho, partiam para as regiões em que a industrialização havia se instalado mais cedo, principalmente. No período de 1900- 1920, apesar de manter-se diminuta a emigração nordestina, correspondendo a apenas 1.68%, da população do ano inicial do período, Sergipe perdeu 15,30% da população do ano inicial, sendo o maior perdedor, em termos nacionais, do período (PASSOS SUBRINHO, 1987, p.17). Isso mostra que a ausência de oportunidades de emprego insatisfação de ordem trabalhista no pequeno estado, era a maior do país.

Nessa mesma época, início dos anos noventa dos oitocentos, a questão da mão- de-obra e a carência de lucratividade na produção açucareira resultaram em crise generalizada, afetando vários Estados. No caso específico de Sergipe, as dificuldades em encontrar pessoas para trabalhar na fabricação de açúcar e nas lavouras das fazendas não se limitaram à última década do século XIX (DANTAS, 2004, p. 47). O motivo para esta conjuntura está na grande seca que havia atingido o Nordeste, entre as décadas de 1870 e 1900. Muitos nordestinos arriscavam-se em outros estados, a fim de fugir da morte eminente em seus estados de origem. Assim, a economia sergipana foi abalada por esse fluxo emigratório de cunho legítimo e até compreensível.

Enquanto nas regiões mais industrializadas, os imigrantes europeus gozavam de uma vida rural um pouco mais confortável, pois viviam em regiões abastecidas pelas chuvas sazonais e, por isso mesmo, terra mais fértil. Mas na outra parte do país, no Nordeste, após uma seca alarmante, trabalhadores rurais pobres, desesperados por mudanças, aderem aos movimentos radicais que pregam a derrubada do governo republicano que culmina com a Guerra de Canudos 1896 – 1897). Pessoas de diversas partes da Bahia e de estados vizinhos mobilizaram-se em prol de uma sociedade

coletiva e solidária entre si, reuniram-se e fundaram a cidade que os faria alcançar este apelo social (SEVCENKO, 1998, p. 19 e 20). O líder de Canudos, Antônio Conselheiro, baseando-se em uma ideologia religiosa, atraía cada vez mais seguidores para a cidade, até que ela foi desfeita pelo governo, temeroso que uma revolta organizada acontecesse.

A República, há um tempo desejada pelos republicanos, uma parcela da população que acreditava na modernização do Brasil através da mudança de sua prática política, ao ser instaurado traria transformações irrevogáveis na sociedade brasileira, mas, o fato de a economia e a política andarem lado a lado nas primeiras décadas da era republicana e, talvez nunca tenham se separado realmente, deixou a

[...] oligarquia republicana mais predatória que a imperial. Carente, a sociedade civil, sem instrumentos e meios de coesão, só restaria uma ou outra tutela, com a desvantagem, para a republicana, da ausência de um poder neutro acima das facções. O federalismo - a síntese possível, só a monarquia o instalaria, e, malgrado o esquema, viria a anarquia espontânea, com a sequela do terror (FAORO, 2013, p. 90) [...]

O início da República foi marcado por revoltas importantes. Além de Canudos, a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, pretendia acabar com a crueldade que os médicos sanitaristas estavam realizando nas favelas dessa cidade. As pessoas foram despejadas de suas casas sobre o pretexto de vacinação dos residentes e qualquer risco à saúde de seus moradores a residência poderia até ser demolida, sem direito a indenização, tudo em nome da erradicação da varíola. Revoltados com essa medida, uma massa populacional marchou rumo ao centro da cidade e enfrentaram a polícia, mas, somente após 10 dias de tentativas de disseminação dos revoltosos, as forças policiais conseguiram controlar os rebelados (SEVCENKO, 1998).

Sobre o pretexto civilizatório e modernizador da sociedade, da urbanização e industrialização da nação, o governo reprimia as revoltas com punhos de ferro, e, as pessoas insatisfeitas com a maneira pela a qual a República estava sendo conduzida, e não tendo visto as promessas de progresso serem cumpridas, desejavam urgentemente a instauração concreta do novo regime, o discurso belo e ideologista que antecedia a era republicana precisava se cumprir. Primeiro, os mais interessados na manutenção da nova política nacional mexeram com a imaginação da sociedade brasileira, fazendo-as crer a todo custo que essa nova ordem seria para definitivos avanços sociais, já que “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas (CARVALHO, 1990, p. 11) ”. Dessa forma, a credibilidade das propostas não sofreu grandes desafios frente a uma população conivente com as supostas melhorias a serem alcançadas no jovem regime.

É óbvio que nem toda a sociedade brasileira era cúmplice da República, havia aqueles que não concordavam com os rumos que ela estava tomando. Intelectuais, especialmente positivistas, imbuídos de preceitos estrangeiros, dos modelos republicanos que deram certo em outros países, percebiam que no Brasil o contexto político-social do povo, não permitia que o republicanismo fosse efetivado.

As dificuldades de implantação, seja de uma república à antiga, seja de uma república moderna no Brasil, preocupavam os intelectuais da época, especialmente os republicanos. O ponto central do debate era a relação entre o privado e o público, o indivíduo e a comunidade (CARVALHO, 1990, p. 30).

Os críticos da participação popular cometeram vários equívocos. O primeiro era achar que a população saída da dominação colonial portuguesa pudesse, de uma hora para outra, comportar-se como cidadãos atenienses ou como cidadãos das pequenas comunidades norte-americanas. O Brasil não passara por nenhuma revolução, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França. O processo de aprendizado democrático tinha que ser, por força, lento e gradual (CARVALHO, 1990, p.43). O segundo, era a ideia fixa de que o governo, principal interessado na suposta modernização da sociedade, galsasse planos reais e aplicáveis para que essa reforma acontecesse, o que não ocorreu.

Do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não significou grande mudança. Ela introduziu a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos. Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidentes de estado e prefeitos. Mas a aproximação se deu sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política. A aliança das oligarquias dos grandes estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, permitiu que mantivessem o controle da política nacional até 1930 (CARVALHO, 1990, p.38).

O governo patriarcal e elitista apressava-se em transformar a realidade brasileira e deixá-la equiparada aos padrões europeus e norte-americanos. Deixar o passado para trás era uma meta a ser alcançada, e se para isso fosse necessário o uso da força, não titubearia, os empoderados, em usá-la.

Sobre essa mesma questão, entende-se que:

[...] no afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos da gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso. Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico

do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado nexos co-extensivos com a cultura e a sociedade das potências industrializadas (SEVCENKO, 1998, p. 27).

Enquanto a elite nacional colocava o prestígio econômico-social acima das necessidades reais da grande parte da população, que, apinhavam-se em cortiços e em casebres minúsculos situados à margem das cidades, trabalhadores pobres vivendo em situações precárias e a mercê de todo tipo de endemias que assolavam o Brasil no início do período republicano. As circunstâncias em que a maioria da população vivia, afetava vários âmbitos do traçado social do país na Primeira República. O ensino das crianças oriundas das distintas classes sociais da nação republicana, pelo menos na primeira década da desse período, permanecia arraigada ao passado. Era na tensão da ausência de escolha entre educação escolar e educação doméstica, que se perpetuava que as mesmas condições entre as condições educativas ofertadas à população do Império e da República, além disso, as preocupações com a alternativa do ensino na própria residência levava em consideração os perigos a que estavam sujeitos os aprendizes nas escolas públicas, quais sejam: assédio de caráter moral, clausura excessiva, divisão dos alunos em classes com uniformidade devastadoras sob o ponto de vista intelectual, com o consequente nivelamento do conhecimento em nível baixo (FAORO, 1998).

Neste sentido, destacamos que a educação doméstica particular, aparecia como uma salvaguarda dos mais afortunados que podiam pagar por um ensino condizente com que a nova era exigia. Manter distância das doenças que assolavam Sergipe nas primeiras décadas do século XX, era primordial para uma população assustada com o risco de epidemias, e, para certificar-se que as endemias não chegariam até sua prole, o ensino privado era preferência entre os pais.

Não era difícil perceber essa anteposição, qualquer um tinha plena ciência das diferenças entre as duas práticas de ensino. Vejamos o que escreve acerca desse tema o então presidente de Sergipe José Rodrigues da Costa Dória (1911):

Figura 5 - O ensino particular

A Instrução Pública, ao lado da Polícia, tem sido o campo o mais fértil para a politicagem. As escolas particulares são preferidas pelos que podem pagar, porque as públicas não ensinam.

Compreendo bem a irritação que despertam as minhas palavras entre os atingidos por ellas, e os politiquinhos protectores; meu interesse, porém, não é eleitoral, não é pessoal, mas o interesse da comunidade, o interesse geral do Estado.

Ha excepções no corpo docente de Sergipe; os esforços e a boa vontade desses *rari nantes*, se inutilizam diante dos methodos atrasados, das salas sem mobília, sem ar, sem luz. A cadeira do ensino publico tem sido aqui comprehendida como emprego para salva-guardar protegidos da penuria. Muita vez tenho ouvido, a respeito de nomeações que não attenderam á competencia, a condoida approvação de ter sido justa por ter recaído em pessoa muito precisada. Em materia de ensino a precissão tem muita vez sobrepujado o saber.

Conforme a figura 5:

“A Instrução Pública, ao lado da Polícia, tem sido o campo mais fértil para a politicagem. As escolas particulares são preferidas pelos que podem pagar, porque as públicas não ensinam. Compreendo bem a irritação que despertam as minhas palavras entre os atingidos por elas, e os politiqueiros protetores; meu interesse, porém, não é eleitoral, não são pessoas, mas o interesse da comunidade, o interesse geral do Estado. Há exceções no corpo docente de Sergipe; os esforços e a boa vontade desses *rari nantes*, se inutilizam diante dos métodos atrasados, das salas sem mobília, sem ar, sem luz. A cadeira do ensino público tem sido aqui compreendida como emprego para salva-guardar protegidos da penúria. Muitas vezes tenho ouvido, a respeito de nomeações que atenderam à competência, a condoída aprovação de ter sido justa por ter recaído em pessoa muito precisada. Em matéria de ensino a precisão tem muita vez sobrepujado o saber (SERGIPE, Mensagem, DÓRIA, 1911, p.51).”

A percepção do que acontecia na instrução pública e particular do estado não era segredo para ninguém, muito menos o desejo de mudança de algumas autoridades políticas, porém, o impasse entre diferentes setores destes últimos, ditava o ritmo educacional em Sergipe. Nesse contexto, a educação doméstica saía ganhando e os mestres que a praticavam eram exaltados e bem vistos pela maioria da sociedade. Já, para os professores públicos, restava a humilhante posição de ocuparem um cargo arranjado em troca de favor.

Ainda sobre este tema, percebe-se que a preocupação com as questões higienistas, sanitárias e moral, que ditava o ritmo da separação entre as classes, deveria ser prioridade para o governo das províncias, mas, até então apenas definia o compasso de vida da população residente no Brasil República.

Epidemias e sanitarismo, intervenções e resistências, poder e multidão foram binômios que cadenciaram os ritmos da vida das cidades brasileiras da época e em cuja dinâmica imbricou-se o próprio movimento de constituição do poder social e das reformas de domínio instauradas pela República brasileira (WISSENBAACH, 1998, p. 107).

A intenção do governo, ao incentivar e exigir a adoção de medidas sanitárias nas cidades estava ligada ao intuito de civilizar o local de vivência das sociedades. A rápida expansão da população brasileira necessitava de um plano estratégico em que as pessoas pudessem ser alojadas em estabelecimentos com o mínimo de decência e higiene. Fato é que o Brasil não se encaixava ainda no modelo proposto para as novas nações independentes, enquanto o Estado tentava urbanizar e modernizar o país, os oligarco-coronelistas tomavam medidas que acabavam por deixar a população carente aumentar e o número de excluídos crescer.

A exclusão social que tomava conta do país nas primeiras décadas do período republicano foi responsável por delinear o contexto sócio-histórico do futuro do Brasil. Sem direito a voto, revoltas reprimidas violentamente, altos índices de analfabetismo e ruralismo eminente, a maioria da população esperava que mudanças acontecessem de imediato.

O imediatismo muitas vezes, levava a sociedade a adotar sanções não condizentes com as inovações propostas na era republicana, o sistema escolar incentivado pelo Estado, por exemplo, havia de cruzar fronteiras irrevogáveis rumo ao desenvolvimento da escolarização da nação, mas já é sabido que ela não se destinava a toda a população e, a seletividade tinha propósitos e justificativas, já que, parte das pessoas permaneceu utilizando as práticas já consagradas de educação no âmbito doméstico. Destaca-se aqui que a educação domiciliar era apenas um privilégio das camadas sociais mais abastadas e não ao povo (CHRIST, 2015, p.14).

Foi o que acontecera em Sergipe, apesar das novas indigências sociais, o ensino da casa permanece concomitante à parca oportunidade de educação escolar pública, contudo, com uma conotação diferenciada. Quais eram, porém, as razões que fizeram que essa modalidade de ensino continuasse? Dentre os vários motivos para que os pais daquela época decidissem que a educação de seus pupilos fosse efetuada debaixo de seus olhares e teto eram as suas preocupações com saúde, instrução dirigida e no ritmo do aprendizado e a formação afetiva e comportamental, para o qual era realçado o “valor da educação doméstica” (VASCONCELOS, 2004). No estado sergipano, essa continuidade pauta-se na necessidade de ainda haver uma prática de ensino que subsidie educacionalmente parte da população. Afinal, fortes resquícios de um ensino fraco e ultrapassado permanece presente em nosso cotidiano, além do mais, a educação doméstica, que sempre residiu em princípios de maior intelectualização daqueles que a frequentavam, segue ainda hoje por esse rumo. Os alunos que frequentam uma banca, são por vezes descritos como aqueles que possuem um melhor desempenho escolar, se comparados com os que não frequentam. Há evidentemente que se relativizar essa afirmação, afinal, não há um estudo que assevere essa colocação. Porém, ao definirmos a valoração que cada estado brasileiro deu a sobrevivência do ensino da casa, temos de lembrar das prerrogativas que sustentou essa prática durante muito tempo no estado.

A República deveria trazer consigo o progresso, a evolução social e o desenvolvimento econômico, porém, o projeto para uma nação moderna e igualitária ficou no papel. Ou tal frustração não passou das inúmeras promessas políticas dos que mais lucraram com esse modelo? O projeto do Brasil republicano permanece inacabado, e, principalmente no âmbito educacional, elemento fundante da sociedade moderna, não logrou o sucesso prometido da sociedade democrática burguesa.

O novo desenho do Brasil, que nunca saíra definitivamente do papel, não foi pensado para o povo e pelo povo, mas, pela minoria social que gozava de poderio econômico e não tencionava arredar sua posição social do lugar em que estava a não ser para elevá-la ainda mais. Outro fator importante na implantação da República contribuiu para o seu fracasso, pois,

[...] além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão (CARVALHO, 1990, p. 29).

Não foi só por este motivo, é claro, que a efetivação do governo republicano, nos moldes esperados pela grande parte da população não deu certo. Muitos questionavam e, atualmente ainda questionam, a apatia da sociedade em relação às medidas adotadas, sobre o pretexto de que o povo era incapaz de discernimento político, apático, incompetente, corrompível, enganável, tinham uma visão míope, má-fé, ou incapacidade de percepção. É evidente que não se podia esperar a população acostumar-se da noite para o dia ao uso dos mecanismos formais de participação exigidos pela parafernália dos sistemas de representação. Seria o brasileiro culturalmente incapaz de ter iniciativa para exigir seus direitos? (CARVALHO, 1990, p. 67). Assim:

[...] todos reclamavam da falta entre nós do espírito de iniciativa, do espírito de associação, do espírito empresarial burguês, enfim, para usar a terminologia atual. Conversamente criticavam a excessiva dependência em relação ao Estado como regulador da atividade social e a obsessiva busca do emprego público.¹⁰

Seria a prerrogativa acima, uma das explicações pela falta de interesse de participação sociopolítica da população brasileira? Enquanto a pequena sociedade oligárquica comandava o país de acordo com seus interesses, ainda que desagradasse a maioria da população, estes últimos não conseguiam desenvolver uma estratégia eficiente de demonstrar o descontentamento que as abatia. Mesmo com as inúmeras revoltas e movimentos revolucionários ao longo do tempo, mudanças que determinassem rumos completamente diferentes no destino da nação, pouco ou nada foram efetivamente aplicadas e praticadas.

Os contornos que perfilavam a sociedade nacional na transição entre o Brasil Império e o Brasil República, tal como estamos nos esforçando a descrever e analisar, é de maior interesse para os estudos sobre a educação doméstica oferecida na cidade de Aracaju nesse período, pois nos oferece possibilidades interpretativas a despeito da insipiente instalação de grupos escolares e da manutenção por parte das famílias mais abastadas da oferta de educação doméstica no próprio lar. Por outro lado, cremos, que nos oferecerá chaves de compreensão para averiguar que mesmo no período republicano, em que a apostava na escola pública como condição de civilizar a população

atrasada, a oferta das “bancas” se manteve persistente e forte ainda que as vagas das escolas tenham gradativamente sido ampliadas para a população infantil.

3.1 O ENSINO DA CASA, POLÍTICA E SOCIEDADE

Em meados da metade da primeira República, a população residente das cidades enfrentava, como foi visto anteriormente, não só problemas de ordem sanitária e de infraestrutura, elas também tinham que conviver com os ecos da política econômica que se desenrolava no interior do país, que determinava através do coronelismo, o futuro dos cidadãos brasileiros. Porém, nos centros urbanos, a população contava com iniciativas governamentais, ainda que escassas, para que as cidades fossem vistas como modernas, industrializadas, urbanizadas [...] dessa forma, médicos sanitaristas e engenheiros, principalmente, tentavam organizá-las para que pudessem ficar apresentáveis aos olhos dos visitantes. Mas, e a esmagadora maioria daqueles que viviam no campo? Havia ações governamentais neste sentido?

No campo, a pequena assistência social que existia era exercida pelos coronéis. Assim como controlavam a justiça e a polícia, os grandes proprietários também constituíam o único recurso dos trabalhadores quando se tratava de comprar remédios, de chamar um médico, de ser levado a um hospital, de ser enterrado. A dominação exercida pelos coronéis incluía esses aspectos paternalistas que lhe davam alguma legitimidade. Por mais desigual que fosse a relação entre coronel e trabalhador, existia um mínimo de reciprocidade. Em troca do trabalho e da lealdade, o trabalhador recebia proteção contra a polícia e assistência em momentos de necessidade. Havia um entendimento implícito a respeito dessas obrigações mútuas. Esse lado das relações mascarava a exploração do trabalhador e ajuda a explicar a durabilidade do poder dos coronéis (CARVALHO, 1990, p.64).

Em Sergipe, ao longo da Primeira República, o Estado sofreu sensíveis transformações. A urbanização crescera, sobretudo em Aracaju as mudanças foram grandes. O número de habitantes passou de 16.336 (1890), para 50.564 (1930). A cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa, os pântanos foram substituídos (ou esmagados?), por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíam [...] (DANTAS, 2004, p. 55). Porém, e no campo? Onde estão os dados que partilham o desenvolvimento urbano e industrial nesta parte do estado? Ou será que a troca de benefícios entre empregadores e empregados era suficiente para determinar o ritmo modernizador dessa região?

A manutenção da troca de favores entre o dominado e o dominador, foi uma prática bastante comum na primeira República brasileira. Para muitos, essa era o único modo de obter um mínimo de dignidade, mesmo que esta fosse obtida em uma troca de benefícios entre as duas partes.

¹⁰ Ibidem, p.50.

Novamente recorremos a arte para nos ajudar a dar maior evidência a formação social escravocrata e desigual que acomodou as relações entre diferentes classes, gêneros, etnias e religiões sob a falsa ideia de solidariedade e fraternidade. No filme de Sérgio Bianchi (2005), *Quanto vale ou é por quilo?* Tais relações são retratadas a partir do capitão do mato (ele também negro) que persegue a escrava fugitiva grávida que, ao entregá-la ao seu proprietário, recebe alguns trocados pelo serviço, mas, acima de tudo, a consideração do senhor coronel que o torna mais fiel. Outra narrativa construída no filme, mostra a luta de uma velha negra que lavava roupas diuturnamente para a sinhazinha que, num gesto de bondade, empresta dinheiro à escrava para conseguir a alforria e em troca de tão belo gesto a negra alforriada trabalha para sua credora até os últimos dias de sua vida e, ainda, lhe devendo favor. Ainda no filme, os dias atuais são abordados a partir dos altruístas projetos sociais desenvolvidos pelas ONGs que, espertamente, criam escolas de computação na periferia para justificar a lavagem de dinheiro. Assim, as trocas de favores se estabelecem nas relações macro e micro entre negros e brancos, patrões e empregados, ricos e pobres, homens e mulheres, cristãos e não cristão de tal modo falseadas de solidariedade que as verdadeiras relações de expropriação são mascaradas e assimiladas justamente por aqueles que se encontram em situação de fragilidade social.

Vale considerar que ao recorrer às obras da literatura e da cinematografia brasileira, não intencionamos estabelecer um determinismo histórico de que nossa sociedade tem essa origem e a ela não escaparemos ao seu destino de meros subservientes internacionais e de relação de classe na formação social brasileira. Muito menos pretendemos estabelecer comparação com um passado remoto aos dias atuais sem considerar os múltiplos condicionantes de cada período histórico. Nossa preocupação e intenção é captar o sentido da formação social brasileira e, portanto, sergipana para compreender a oferta do ensino por professores e professoras em suas casas ou na de seus pupilos. E porque meios será possível essa articulação analítica?

Em primeiro lugar, pelo fato de que a educação doméstica antecede a educação em instituições escolares em quase todo território nacional conforme já o demonstramos através de outros importantes estudos da História da Educação (FARIA FILHO, 2005; CASTANHO, 2010; VILLELA, 2000; SEVECENKO, 1998; ALMEIDA, 1989).

Nesse sentido, tentaremos contribuir com um possível acúmulo de conhecimento sobre a existência dessa modalidade em terra sergipana. Em segundo lugar, nos esforçaremos para demonstrar que a educação doméstica, pelo menos em Aracaju, tem uma sobrevida mais extensa do que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro como podemos verificar nos estudos de Vasconcelos (2005). Na verdade, o que se percebe é a tensão entre o ensino em casa e o ensino na instituição

escola e o papel do poder local, conforme a força de sua economia, que será fundamental para manutenção ou não desta forma originária da educação.

A partir dessa formação, o Brasil sempre esteve atrelado a uma política voltada aos interesses privados em detrimento dos interesses públicos que dominava toda e qualquer relação entre sociedade e Estado, defendendo, é claro, primeiro os negócios da elite, e depois, os negócios da população, mas sempre resguardadas as especificidades de cada região brasileira.

Enquanto políticos de Minas Gerais e São Paulo revezavam-se no governo, em Sergipe dois grupos políticos brigavam pelo poder de governar o Estado, eram os Pebas e os Cabaús. Até 1906, esses dois grupos enfrentaram-se publicamente, na tentativa de dominar o território sergipano de acordo com seus princípios e leis.

Não foi por acaso que o estado (Sergipe), na Primeira República foi qualificado de Liberal-Oligárquico. Embora a Carta de 1891 estabelecesse o sufrágio universal e as eleições passassem a ser periódicas, o número elevado de analfabetos tornava o eleitorado muito reduzido (DANTAS, 2004, p.30).

Fato é que não era somente em Sergipe que o analfabetismo prevalecia, em todo o país a situação era a mesma. Como então o Brasil conseguiria emergir para fora desse jogo de veemências entre mais fracos e mais fortes? A justificativa para responder a essa pergunta permanecia a mesma, “o extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite, ou as tentativas de operar tal extravasamento [...] não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com mais baixo nível de educação formal [...] (CARVALHO, 1990, p.10)”. Mais uma vez, a escolarização da população entrava em pauta na busca pelas mudanças que tardam a chegar.

3.2 EDUCAÇÃO DOMÉSTICA E INSTRUÇÃO PÚBLICA

Sobre a escolarização da população das primeiras décadas da República, Carvalho (1990, p.6) diz que “na república que não era a cidade não tinha cidadãos”. Havia uma maneira de suplantando a herança perversa e, dar ares democráticos ao novo regime: a expansão da instrução pública. O processo de aprendizado democrático seria lento e gradual. Carvalho (1990, p.6) asseverou que seria um equívoco achar que o aprendizado do exercício dos direitos políticos pudesse ser feito por outra maneira que não na sua prática continuada e num esforço por parte do governo de difundir a educação primária.

Em Sergipe, na área educacional somente as cidades dispunham de cursos de ensino secundário, mas há indicações de que a frequência era bastante reduzida. Embora houvesse uma

elite letrada, formada, sobretudo pelos bacharéis diplomados fora do Estado, o Censo de 1890 registrou que 89% da população não sabia ler e escrever (DANTAS, 2004, p.22). O privilégio de um contingente enorme de não instruídos não era somente dos sergipanos, no país como um todo, mais da metade da população era analfabeta.

Cabe ressaltar que a partir de 1900 e com a nova propaganda do governo de incentivo à instrução pública primária, algumas iniciativas foram realizadas neste sentido. Em Sergipe, por exemplo,

[...] nas décadas republicanas o número de escolas primárias cresceu, porém evidenciava-se uma grande evasão, principalmente nas zonas rurais. Um exemplo é que em 1915, havia 13 escolas na capital, 64 nas cidades, 4 nas vilas e 103 nos povoados. A matrícula era de 8.740, porém a frequência não passava de 5.812 alunos (NUNES, 1984, p. 222).

E se havia problemas de infraestrutura e higiene em todos os estados do país, é claro que os ambientes de instrução não ficariam de fora. As casas-escolas que abrigavam a instrução pública, especialmente, referendavam dificuldades organizacionais de grandes precedências em seu interior. Muitos desses lugares eram verdadeiros antros de transmissão de doenças. Ainda no Império, a situação em que se encontrava esses estabelecimentos, era do conhecimento de todos:

Figura 6 - Condições materiais

Tudo o que for prodigalizar uma boa instrução às crianças da hoje e que serão homens amanhã, é no meu entender concorrer directamente para o bem estar da sociedade, e para o futuro prospero do paiz.

As condições materiaes das escolas da provincia são más. Faltão-lhes todos os objectos indispensaveis de mobilia, e além d'isto as aulas fuoccionão em casas improprias, e onde não se podem observar as regras hygienicas tão necessarias em taes lugares.

E' preciso que providencieis á respeito, senhores; a despeza que houverdes de decretar com relação a instrução publica não pertence ao numero d'aquellas a que se pôde dar o nome de improductivas, não; a semente hoje lançada em terra produzirá no futuro abundantes messes que compensão perfeitamente o sacrificio feito.

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1075/000001.html>

Conforme a figura 6:

Tudo o que for prodigalizar uma boa instrução às crianças da hoje e que serão homens amanhã, é no meu entender concorrer diretamente para o bem-estar da sociedade, e para o futuro próspero do país. As condições materiais das escolas da província são más. Faltam-lhes todos os objetos indispensáveis de mobília, e além disto as aulas funcionam em casas impróprias, e onde não se podem observar as

regras higiênicas tão necessárias em tais lugares. É preciso que providencias a respeito, senhores; a despesa que houverdes de decretar com relação a instrução pública não pertence ao número daquelas a que se pode dar o nome de improdutivas, não; a semente hoje lançada em terra produzirá no futuro abundantes meses que compensam perfeitamente o sacrifício feito (SERGIPE, 1075, FONTES, 1878, p.33).

No final do Império as casas-escolas foram comparadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, eram as escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. Sob o manto desta representação em negativo, era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e lugares de memória para a educação republicana (SCHUELER, 1999, p.35).

A limpeza pretendida pelo governo brasileiro não era somente das ruas da cidade, por exemplo, ou das moradias de cada indivíduo, mas almejava-se modificar todo o contexto social ao qual estava inserido o homem monárquico, e assim, dar um novo panorama ao Brasil. O distanciamento do passado para com o presente republicano era o objetivo principal do novo governo. O que ninguém contava é que a imaturidade do país, sua desarticulação econômica e cultural, os vícios de formação só se corrigiriam mediante a longa educação, de cima para baixo, do estamento burocrático, civil ou militar (FAORO, 2011, p.639). Desse modo, as medidas educacionais tomadas pelo Estado no início da República, eram competências imediatistas que pouco contribuiu para a real mudança educacional brasileira ao longo do tempo. O projeto inacabado, nunca foi realmente associado à realidade sociopolítica e econômica dos brasileiros e do Brasil.

A educação como arma política para estabelecer a verdadeira mudança, era instigada por diversas pessoas, que, munidos de uma base articulada em princípios da suposta quebra da supremacia coronelista, oligárquica e paternalista em que o país estava imerso, creditava a instrução escolar a “salvação” para a alienação social da população. Assim, o argumento mais utilizado era de que o seu voto (mesmo que não fosse da maioria) precisava ser feito de modo consciente, e, esta consciência somente viria pela educação. Porém, já que o votante somente poderia realizá-lo se fosse alfabetizado, qualquer resquício rudimentar de uma alfabetização pífia seria suficiente para que tal objetivo fosse cumprido. Seria então a educação uma arma social enganosa a que forjavam? Dessa forma, apesar de a educação ser uma arma na luta contra a alheamento, a falta desta, acabava por justamente gerar esse sentimento.

A função política da educação se faz na medida em que é chamada a formar as muitas categorias existentes do homem, sejam estes “os homens novos”, que é o “cidadão” que vota e o homem “consciente”. Neste sentido, a “visão enganosa” a respeito da educação, corresponde aos apelos de esperança e a certeza explícita nas mensagens da burguesia em melhorar o país através da alfabetização: a porta de

entrada para que a classe popular participasse diretamente do processo político (OLIVEIRA E SILVA, s/ano, p.2).

No entanto é importante ressaltar que mesmo com esse plano mordaz dos governantes, a educação escolar deveria ser mesmo uma saída útil e eficaz para que as mudanças sociais fossem finalmente significativas para a maioria excluída da população. “A difusão do ensino, era assim, o instrumento pelo qual seria possível combater a aristocracia agrária, detentora da hegemonia política do país” (PAIVA, 1985, p.97).

Em território sergipano, distante da capital brasileira e dos grandes centros urbanos do país, o sistema educacional era ainda mais precário. Mesmo que a República tenha trazido consigo competências educacionais através de novas leis e regulamentos, em Sergipe, as mudanças custaram a aparecer. É o que mostra Oliveira (2016).

Até 1910, a instrução primária foi regida pelo Decreto 501 de 1901. Esse foi o período mais longo sem que a instrução primária fosse submetida a alterações em sua organização. Mesmo sem as permanentes mudanças, em 1910, em Mensagem dirigida à Assembléia o então Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação de atraso em que se encontra a instrução pública. Informava que as aulas primárias funcionavam em prédios impróprios, acanhados e quase sem mobílias, e as existentes encontravam-se em situação precária. Considerava que “os regulamentos decretados uns sobre os outros atropelam o serviço, e não deixam ver, pela observação, as falhas dos anteriores”. A distribuição das escolas não obedecia ao critério da população escolar. As cidades localizadas mais próximas da capital eram melhor atendidas que as mais distantes, mesmo que estas possuíssem uma população superior [...]” (OLIVEIRA, 2016, p.6)¹¹.

É possível observar na citação acima que a questão do público e do privado entra mais uma vez em pauta no estabelecimento de ajustes na sociedade sergipana. O argumento de que as escolas privadas eram melhores baseia-se também, no fato de que a organização particular somente era concebida através de recursos financeiros de qualquer ordem, neste caso, apenas os que possuíam custosas verbas podiam oferecê-lo e somente aqueles que eram abastados podiam tê-lo. Por conseguinte, o interesse de várias instâncias para que as esferas privadas funcionassem plenamente preparadas era, óbvio, mediatizada pelo Estado.

A educação escolar pública oferecida à população pelo Estado seria então um reflexo do contexto social até aqui apresentado? Afinal, para a população de menor poder aquisitivo, havia a falta de diversos itens básicos para a sua sobrevivência, e, além disso, a atual gestão de cada estado não permitia que as circunstâncias fossem outras, já que mudanças significativas ameaçariam a política econômica unilateral praticada em todo o território.

¹¹ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1911, pelo Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Doria (1911, p. 5), apud Oliveira (2006).

No estado de Sergipe, após uma Reforma educacional proposta pelo então atual presidente do Estado, Rodrigues Dória, os Grupos Escolares passam, a partir de 1911, a fazer parte do cenário urbano da capital sergipana que apesar de enfrentar problemas estruturais como serviço de saneamento, vivenciava nas primeiras décadas da República, grande aumento populacional e era “o centro político-administrativo onde os poderes constituídos, fossem quais fossem suas dependências, engendraram suas decisões, era também o maior centro industrial e comercial de Sergipe” (DANTAS, 2004, p.45).

Percebe-se o quanto as questões mal resolvidas de cunho estrutural e sanitárias, ainda influenciavam exponencialmente a sociedade brasileira, afinal, o exemplo sergipano serve também para os outros estados que, lentamente começavam a urbanizar-se. Ainda em Sergipe...

Os Grupos [escolares] contribuíram para elevar o padrão de qualidade dos serviços públicos, uma vez que antes da instalação da escola graduada, só se encontravam em Sergipe escolas primárias mal distribuídas, sem obedecer a critérios demográficos de localização ou de importância sócio-econômica da região e em algumas vezes na dependência das relações entre chefes políticos do estado. A contratação do professor Carlos Silveira pelo Governo de José Rodrigues da Costa Dória fazia-se no intuito de promover melhorias nesse cenário problemático (AZEVEDO, 2010, p. 13).

Intrínsecos à má-qualidade da urbanização social no estado estavam os empecilhos de ordem educacionais, políticas, econômicas, raciais, étnicas, administrativas, e outras mais. Pois, não havia como afastar uma coisa da outra. Como cobrar frequência em sala de aula a uma turma de alunos que vivem em moradias sob constante risco de desabamento e enchente? Ou ainda, como desejar que a indústria crescesse mediante a contratação de ex-escravos analfabetos ou pobres abandonados à própria sorte e, portanto, iletrado e mal preparado para o trabalho na indústria?

Ao entrar nos anos 20 da primeira República, o panorama social brasileiro permanece quase o mesmo dos anos anteriores, porém, pequenas mudanças vão sendo sentidas no novo contexto cultural da época.

A produção cultural vai se politizando, na emergência dessa nova identidade intelectual, que deseja construir a nação, o povo e o moderno reformando a sociedade brasileira. A questão nacional, presente em outros momentos, aparece como desafio, em várias linguagens que explicam a mestiçagem, imaginam a democracia racial, procuram desigualdades regionais, origens lusitanas, africanas, indígenas. Em 1922, a realização da Semana de Arte Moderna representa o desafio público que demonstra a ruptura com o padrão cultural vigente. Entretanto, a ambigüidade dos intelectuais em manter-se parte de uma elite e ir ao encontro do povo impregna o movimento de pressão por participação política, direitos civis e sociais, moralidade no trato do público. A ideologia organicista e antiliberal, que se radicaliza nas críticas, vai trazendo a perspectiva do Estado como unificador do país – em termos culturais, políticos, sociais – e construtor da nação moderna (ACCÁCIO, 2005, p. 111- 112).

Uma diferente configuração, porém, com antigos princípios. Apesar das inovações, no âmbito das produções intelectuais, as insuficientes práticas de escolarização seguirão inalteradas até meados dos anos 1930.

No vago da política pública de educação está a educação doméstica. De sua origem aos primórdios da era imperial e republicana, a prática do ensino da casa demonstra os motivos pelo qual persiste no século XXI. Através das ofertas estampadas nas páginas dos jornais sergipanos, desponta questões que estabelecem escola e casa, numa configuração determinante para a instrução da sociedade. Dessa forma, temos aí, o ponto de partida para a elucidação de sua permanência.

4 A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NO BRASIL: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

A educação doméstica ofertada nas casas dos mestres ou da família do estudante, que ocorria externa às instituições escolares, mas, ainda assim, sob o controle do poder público e, especialmente, da família, ganha espaço entre as elites em tempos anteriores a instalação da instrução pública estatal por volta século XIX no mundo Europeu e, no final do mesmo século, em território brasileiro. Essa modalidade como um processo e forma de ensino foi amplamente praticada em diferentes etapas etárias e para diferentes conteúdos disciplinares, expandindo também para a aprendizagem dos comportamentos sociais e, com finalidade para público feminino, o que se convencionou educação para o lar.

Preceptores, amas e mestres, faziam parte do cotidiano da classe abastada, sobretudo de príncipes e princesas do continente europeu. Como pessoas de confiança da coroa, essas pessoas tinham o privilégio de residir na moradia suntuosa e gozar de regalias sociais na corte (VASCONCELOS,2004).

No Brasil, não se tem indícios concretos de quando essa prática foi inaugurada, porém, é sabido que aqueles que detinham grande valor econômico ainda no Brasil Colônia, contratavam pessoas letradas para ensinar-lhes e aos seus filhos as primeiras letras, mesmo que rudimentarmente. Além disso, padres jesuítas e suas aulas-régias, eram alocadas em residências na qual se ensinava leitura, escrita e religião.

Foi exatamente neste ponto que talvez essa prática tenha começado no país, com os religiosos. Numa época em que aqueles que desejavam seguir a vida religiosa necessitavam alfabetizar-se, algo que iria muito além da vocação.

Diante do princípio da obrigatoriedade de conhecimentos imposto pela igreja aos pretendentes à vida religiosa, os pais eram livres para a escolha de como se daria essa instrução, optando entre os conventos, as escolas imperiais, ou confiando seus filhos a padres que os instruíam em suas casas, como também nas casas dos próprios aprendizes, variando conforme a condição social de ambos, padres e famílias. Discípulos educados por membros da Igreja tornaram-se mestres hábeis, fazendo dos ‘recintos dos claustros e dos conventos’ lugares ‘acanhados para conter toda a ciência que ali se acha’. E, através desses mestres, vão sendo difundidos e popularizados os conhecimentos a quem era permitido e o que era permitido saber, rompendo-se com os limites dos seminários religiosos e tornando-se a educação doméstica uma opção bastante utilizada nessa finalidade.¹²

¹² Ibidem, p.24

Sendo assim, aos religiosos era incumbida a função de transferir os seus conhecimentos aos residentes na Colônia, e, durante muito tempo, não foi de interesse português a organização de uma esfera educacional no país. Somente após a expulsão dos jesuítas e a instauração da Reforma Pombalina, algo foi finalmente desenvolvido nesse sentido.

É, assim, no Brasil do século XVII que a prática da educação doméstica vai começando a ganhar espaço. Mesmo num período em que a leitura e a escrita não eram competências consideradas importantes pela maior parte da sociedade devido ao fato de suas funções sociais e trabalhistas se restringirem a atividades práticas e manuais. Tanto a aristocracia portuguesa recém-chegada quanto a emergente burguesia local, compreendiam ser uma grande oportunidade de destacar-se ainda mais diante do restante da população. Através da aprendizagem da escrita e da leitura, a elite letrada eleva consideravelmente seu status de detentores do poder. Assim, aqueles que podiam arcar com as despesas de um mestre exclusivo para seus filhos, com a regalia de conceber a aprendizagem destes no seio de sua residência, sobressaía aos demais.

Na modernidade, a prática da educação doméstica aplicada às elites ganha fôlego, incentivada pelas mudanças paradigmáticas, nas quais o conhecimento passa a ser valorizado, integrando o estatuto de qualidades necessárias àqueles destinados à condução dos demais. Dessa forma, a educação doméstica, ou seja, as práticas educativas realizadas intencionalmente nas casas dos aprendizes, antes um privilégio de príncipes e nobres, vão, a partir do século XVIII, tornando-se populares entre as classes abastadas, constituídas, também, por altos funcionários do governo e por ricos comerciantes, que aspiram para os seus filhos uma educação “esmerada”, de acordo com aquilo que, à época, era considerado parte do estatuto de distinção entre os sujeitos: saber ler e escrever, ter conhecimentos de teologia, filosofia, retórica e línguas¹³

No século XVIII, as tentativas de organização da escola pública, e os frustrantes exemplos que dela ocorrem, reforçam cada vez mais as práticas educativas fora do sistema governamental, pois,

[...] o modelo cultural e educativo, forjado a partir das práticas educacionais utilizadas pela Igreja, já não correspondem mais às exigências econômicas, políticas e sociais da população e o Estado, progressivamente, toma o lugar da Igreja, buscando a institucionalização e estatização da educação. Nessa perspectiva, desenvolve-se a forma escolar que, sob a tutela do Estado, pretende uniformizar e reunir a educação da população em espaços adequados para esse fim. No entanto, o sistema escolar incitado pelo Estado não se destina a toda a população e parte dela permanece utilizando as práticas já consagradas de educação realizada no âmbito doméstico, porém, inaugura-se a discussão quanto à adequação de tais espaços para a educação: a Casa e a escola. Todavia, a questão da educação e a escolha entre as modalidades possíveis eram colocadas somente às camadas situadas nos estratos sociais mais elevados e não ao povo.¹⁴

¹³ Ibidem, p.25

Nesse mesmo século, cresce as iniciativas de contratação da preceptora ou do mestre particular para ensinar lições de leitura e escrita à elite brasileira. Para a preceptoria, as estrangeiras eram as preferidas para a aprendizagem dos pupilos. Com poucas profissões aceitas socialmente para o sexo feminino, a instrução de crianças era uma saída para mulheres solteiras e viúvas, principalmente, conseguirem um meio de ganhar dinheiro.¹⁵

Dessa forma a educação da pequena burguesia estava garantida através do ensino doméstico, que, realizado dentro de suas próprias casas, com a preceptora na maioria dos casos, residindo no âmbito de trabalho, visava a aprendizagem de trabalhos manuais, línguas estrangeiras, manifestações artísticas e, é claro, da escrita e da leitura.

A preceptoria, como principal estratégia de educação doméstica das elites no contexto europeu, [...] se dá pelo fato de os preceptores terem sido, durante o século XIX, os grandes difusores e intérpretes das ideias “modernas” dos filósofos e pensadores. Seja pelo isolamento das cidades, mais ainda, das grandes propriedades territoriais, onde se situavam as mansões senhoriais, seja pelo excesso de riqueza e ostentação, contrastado com a extrema miséria dos preceptores, esses fatores favoreceram “violentas” originalidades, entre as quais o desejo de influenciar aqueles que, no futuro, representariam a classe dominante.¹⁶

No começo do século XIX, muitas preceptoras começaram a chegar ao Brasil, desmotivadas pela queda da oferta da preceptoria na Europa e dos baixos salários, muitas mulheres resolveram arriscar-se nos países que supostamente encontravam-se a pleno vapor no quesito modernização. Além disso, a profissionalização da profissão docente na Europa, fez com que muitas delas desembarcassem em terras tropicais, pois, a partir de 1800, as preceptoras que quisesse trabalhar no ensino doméstico deveria ter diplomas do “Queen’s College, aprovações em exames no Junior e Senior Local University ou até mesmo diploma universitário. Caso contrário, teria que mostrar um nível de instrução comparável ao das professoras especializadas” (ALBUQUERQUE, 2013, p.57).

Já a educação dos meninos costumava ser realizada por um mestre particular que frequentava a casa dos aprendizes em um horário estipulado diariamente, ensinando-lhes além das primeiras letras, algumas matérias que serviriam mais tarde para os exames de admissão do curso secundário.

Em Sergipe, pôde ser constatado que a educação doméstica é praticada desde a período Colonial e é através dos poucos materiais impressos na comarca de Sergipe Del Rey (1696-1821),

¹⁴ Ibidem, p. 27

¹⁵ Ibidem

¹⁶ Ibidem, p. 155

que percebe-se uma pequena sociedade letrada residente nesse velho território, pelo menos a partir dos anos setecentos, como mostra os estudos feitos por Santos (2011) e Silva (2013).

Devido à pouca circulação de livros no final do século XVII, e não havendo ainda um fluxo de jornais, as únicas maneiras de descobrir quem eram aqueles que tinham o domínio da escrita e da leitura, era por meio de cartas, bilhetes, testamentos, atestados de óbitos e prestação de contas, além dos documentos oficiais relacionados aos assuntos da comarca.

Sergipe contava com um número reduzido de vilas e um território maior que o atual, com uma população escassa e predominantemente rural, assim era demarcado:

[...] a cidade de São Cristóvão, fundada em 1590, por Cristóvão de Barros, próxima à foz do Rio Sergipe, denominada no século XVIII como cidade de Sergipe e/ou Sergipe d'El Rey, foi capital de Sergipe até 1855. Com a instalação da Comarca de Sergipe em 1696, por determinações do Governador Geral D. João de Lancastro, foram criadas as primeiras vilas pelo Ouvidor Diogo Pacheco Pereira: Santo Antonio e Almas de Itabaiana (freguesia desde 1675); Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (freguesia em 1679); Santa Luzia do Itanhy (freguesia desde 1680), duas léguas acima do sítio Areticuíba, onde estava instalada a Vila de Santa Luzia, desenvolveu-se a povoação de Estância em torno da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, causa que induziu os habitantes reivindicarem a elevação de título de vila que era de Santa Luzia, fato que se concretizou em 1831, mas desde 1757, por Provisão Régia, foi concedida a povoação autonomia para realizar atos jurídicos como vereações, audiência, rematações entre outros; Santo Amaro das Brotas (freguesia em 1761) e vila em 1699 devido às disputas políticas. Já Vila Nova do Rio São Francisco era denominada de vila, mas era uma povoação, que só foi elevada à vila em 1731. (NUNES, 1996 *apud* SILVA, 2013, p.38).

A ruralidade predominantemente marcada na comarca sergipana, também foi aquela que desenvolveu naqueles que ali residiam estratégias para que seus filhos tivessem acesso ao conhecimento das primeiras letras já que, a distância entre uma vila e outra não permitia que um sistema organizado de escolarização acontecesse. É óbvio, porém, que essas táticas de educação estavam vinculadas quase que exclusivamente com os filhos das classes mais abastadas.

Havia ainda capitães, senhores de engenho e outros detentores de poder econômico na província sergipana que proferiam aos escravos domésticos, a oportunidade de receber alguma instrução, juntamente com seus filhos. O depoimento a seguir, marca essa afirmação.

Se ao menos todos os escravocatas deste país procedessem como o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello nesta provincia, suavizando a condição do infeliz escravo, a abolição poder-se-ia fazer com lentidão e sem perturbação da ordem social, infelizmente porem nesta provincia é ele o único que tendo um crescido número de escravos velhos em sua fazenda, os trata com mais zelo do que trata aqueles que lhe estão prestando serviços, a todos dizendo que aqueles pretos velhos são seus conselheiros de estado, que se acham aposentados por ele. Ainda é elle o único, nesta provincia, que tem um professor pago à sua custa para ensinar a ler aos ingênuos filhos de suas escravas, levando o seu zelo ao ponto de mandar o

mesmo professor leccionar á noite os escravos adultos (ALVES *apud* ALBUQUERQUE, 2013, p. 37).

Através de um estudo realizado por Silva (2013), que resultou em sua tese de doutorado, tendo como fonte os testamentos de uma pequena parcela da população sergipana no período setecentista, fica explicitadas as profissões encontradas nesses documentos e observa-se que, invariavelmente, essas pessoas pertenciam a classe social privilegiada da sociedade. Deste modo, vale destacar os dados encontrados pela pesquisadora:

Quanto à vinculação entre o nível de alfabetismo e letramento e o pertencimento a cargos, ficou comprovado que havia, pois dos 64 indivíduos que sabiam ler e escrever (alfabetizados), 77% eram portadores de cargos: capitão-mor das entradas (1), escrivão (1), licenciado (1), tenente coronel (1), juiz (2), sargento-mor (3), capitão-mor (4), coronel (4), tenente (4), padre (7), alferes (8), capitão (11), todos eles alfabetizados. Dos 14 restantes não encontrei nenhuma menção a pertencimento de cargos, apenas que cinco eram portugueses (SILVA, 2013, p.219).

É possível observar alguns militares, capitães e padres com destaque nas profissões que formavam basicamente a elite letrada sergipana em meados da época colonial, já familiarizados com a escrita e a leitura e, conseqüentemente, ocupavam cargos de comendo na nascente sociedade local.

Outro artifício da leitura em Sergipe colonial é observado mediante ao acervo de livros encontrados nas vilas e pertencente a bibliotecas particulares de alguns residentes. Na pesquisa realizada por Santos (2008), foi possível identificar um estoque pessoal de livros de propriedade do senhor Antônio Cazimiro que constituía uma importante evidência de prenúncios de uma cultura letrada na comarca de Sergipe Del Rey. Segundo Santos (2008) esse senhor mantinha uma biblioteca com cerca de 500 livros em sua casa, conforme o inventário deixado para a sua esposa. Assim, a autora conclui que “[...] a referida livraria como uma necessidade criada pela própria estrutura daquela cidade que certamente, tinha um público consumidor dos impressos de Antonio Cazimiro” (SANTOS, 2008, p. 9). Fica evidente que Antonio Cazimiro tinha conhecimento da escrita e da leitura, e em uma época em que a esmagadora maioria da população era analfabeta, a posse de uma biblioteca particular o sobressaía dos demais. Então, é coerente afirmar que este senhor tinha um elevado poder aquisitivo e, provavelmente, fora alfabetizado através da educação doméstica.

Ainda no mesmo estudo, foi possível observar que havia também outros registros de pessoas leitoras que possuíam acervos particulares de livros em Sergipe:

[...] Feliz Francisco Nunes, da Freguesia de Santo Amaro das Brotas, filho natural de José Francisco Nunes e de Anna Cardoso, escrava forra, crioula, já falecida, casado com Francisca Caetana da Conceição, também falecida na época do inventário, teve oito filhos, desses, três casados. Era possuidor de

um sítio de terras, denominado Calumby, com casas de morada, de outro sítio, onde morava, o sítio Nossa Senhora da Conceição e também possuía uma casa na Vila de Santo Amaro. Era proprietário de 15 escravos, mas apesar de ser filho de uma liberta, deixa em seu inventário vestígios de que fora educado, ao informar, em seu testamento, que utiliza um livro de contas para registrar suas dívidas ativas, passivas e contas de sua fazenda. Fica, desta forma, evidente a existência de uma escrituração contábil e com ela a educação elementar que era ler, escrever e contar. Deixa também um livro, pequeno, arrolado em seu inventário pelo valor de sessenta réis. O outro possuidor de livros era o Padre Antônio Correia Dantas, que deixa quatro breviários no valor de cinco mil réis, arrolados em seu inventário, juntamente com um sinete com pé de prata no valor de trezentos réis. Não deixa testamento e tem como inventariante o Sargento-mor, seu irmão, Joze Correa Dantas. (SILVA, 2013, p. 138- 139).

Esses desvendamentos demonstram que ainda no período Colonial, onde não havia um sistema integrado de escolas estatais, existia um pequeno grupo de pessoas que era capaz de ler e escrever. Provavelmente esses conhecimentos foram realizados com o auxílio de um mestre particular, ou seja, na prática da educação da casa. Sendo assim, é imprescindível destacar que o ensino em domicílio dava conta de uma pequena parte da sociedade, porém, para a maioria, as opções eram limitas, ou simplesmente não havia alternativa.

A educação doméstica em Sergipe e no Brasil setecentistas reproduzia, de certa forma, aos modelos europeus, na medida que ocorria no espaço doméstico, porém as professoras e professores nem sempre eram pessoas formadas para tal fim, mas, aquele que soubesse um pouco mais que outrem, estava apto a ensinar, “[...] qualquer um que dominasse os rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo não se sentiria constrangido em transmití-los em ambientes domésticos, privados (SIQUEIRA, 2006, p. 9) ”. Essa era a premissa principal do ensino na casa.

Apesar de Sergipe ser no século XVIII uma capitania subalterna administrativamente à Bahia, de não ser de ponta da economia colonial, nem urbana nem mineradora, cuja maioria da população morava na zona rural, havia uma elite não só econômica, política e social, mas também instruída. Tal elite era composta não só por agentes judiciários (juízes, escrivães, tabeliães, avaliadores, partidores, oficiais de justiça, dentre outros), agentes administrativos (ouvidores, capitães-mores, sargentos-mores, camareiros etc.), profissionais liberais (advogados, médicos), religiosos, militares, como também negociantes, e os despossuídos desta instrução elementar (ler, escrever e contar) recorriam a eles, aos profissionais da escrita, aos escreventes, parentes e amigos para terem e fazer valer seus direitos legais, não alterando em muito o seu cotidiano social, jurídico e religioso pelo fato de não serem instruídos (SILVA, 2013, p.26).

Embora haja a informação de que a primeira escola instalada em Sergipe Del Rey se deu no ano de 1575 (NUNES, 1984), sabe-se que outras escolas foram alojadas em algumas vilas anos mais tarde, assim como alguns mestres foram trazidos para ensinar aqueles que nelas residiam, porém, à distância e a pouca assistência que as cadeiras de primeiras letras tinham, fizeram com que não vingassem.

A educação doméstica era, então, a maneira de suprir a falta da atuação do poder público, já que com a expulsão dos jesuítas da Colônia brasileira o governo não havia assegurado a educação estatal de qualidade para seu povo e as aulas aconteciam “[...] em sua maioria no interior das casas-grandes engenhos e fazendas, responsáveis pela alfabetização dos filhos dos senhores de terra e agregados à sociedade patriarcal”. (NUNES, 1996, p.265-266).

No início dos oitocentos, devido à estagnação das escolas organizadas pela coroa portuguesa em território sergipano, a educação doméstica vai ganhando destaque. A função de mestre público em território nacional é menosprezada, já que, com salários baixíssimos e constantemente atrasados, não há aquele que permaneça realizando plenamente as suas funções (VASCONCELOS, 2005).

Ainda assim, as novas exigências de uma educação moderna e modernizadora continuava a avançar nos países mais desenvolvidos e seus requisitos cada vez mais complexos. Na análise da relação entre educação doméstica e educação estatal no século XIX percebe-se que:

[...] para as elites no século XIX, a educação doméstica era amplamente aceita e reconhecida como a maneira mais adequada para que seus filhos e filhas recebessem ensinamentos. Naquela época havia nacionalmente um intenso debate a respeito de qual seria o limite, a partir da instrução e da educação, em que seria responsabilidade do Estado educar e/ou instruir as crianças, pois não bastaria aos aprendizes a obtenção de conhecimentos de Português, Música, Línguas etc. Era também preciso fazê-los adquirir princípios essenciais à convivência social (AMORIM, 2012, p.35).

A definição do que era o papel da educação doméstica e o que era papel da escola mantida pelo estado não passava por sua democratização, pois a classe social que sustentava os debates educacionais tinha um objetivo bastante claro: intelectualizar-se o máximo possível para distinguir-se da maioria da população iletrada.

Em biografias de filhos abastados da sociedade sergipana, torna-se possível perceber com clareza a importância que a educação doméstica possuiu em suas carreiras profissionais. Eles conseguiram manter o status social de suas famílias, em parte, devido às aulas particulares que recebiam no espaço de suas casas, principalmente àqueles que residiam em municípios distantes da então capital São Cristóvão. (SANTOS, 2013).

Muitos desses meninos e, mais tarde, de meninas, estudavam em casa as noções básicas de leitura, escrita e cálculos, para poderem participar de exames de admissão de escolas de ensino secundário em outros estados. Corroborando com a informação de que as famílias abastadas do século XIX contratavam professoras (es) para proporcionar aprendizagem a seus herdeiros, destaca-se a preceptora alemã Marie Lassius.

[...] havia chegado à Província de Sergipe em princípios de 1863, contratada, por uma família da elite açucareira do vale do Vaza-Barris, encabeçada por um político ascensionista de pouco mais de quarenta anos e por uma jovem senhora que acabara de debutar. Fruto do primeiro casamento do comendador havia, além de Amélia, o

pequeno Pedro Dias Dantas e Mello (185? -?), órfão ao qual a boa madrastra se apegara como se filho dela fosse e que, vez por outra, desfrutava das lições da preceptora alemã (ALBUQUERQUE, 2013, P.9).

Marie Lassius, como muitas outras preceptoras estrangeiras, viera a Sergipe com o intuito de ganhar dinheiro através do ensino doméstico. Apesar de o ordenado de um professor público na província ser em torno de 800.000 (oitocentos mil réis), por volta de 1860, era um salário bem abaixo daquele que recebiam as preceptoras. Ainda com uma bonificação, estas últimas, muitas vezes, não precisavam ter o dispêndio com habitação e alimentação (CALASANS *apud* Albuquerque, 2013, p. 61).

Vasconcelos (2005) discorre acerca do salário dos mestres domésticos em geral, e mostra que:

Para entender os valores praticados no pagamento dos mestres das Casas, de acordo com o preço anunciado nessa amostra, entre 2\$ a 3\$ por lições, 5\$ a 20\$ por mês e 1:50000\$ anuais, é necessário considerar outros valores relativos à educação no Brasil oitocentista, especialmente a partir da segunda metade do século em questão (VASCONCELOS, 2005, p.74).

Após a primeira metade dos oitocentos, é fundada uma instituição de destaque onde se matricularam os filhos da elite sergipana. O internato masculino Parthenon Sergipense, criado pelo educador Severiano Cardoso, ganhou evidência no meio social da nova capital Aracaju, por receber, com pompa, alunos endinheirados vindos de todo o Estado, porém, apenas podia matricular-se no referido colégio, **aqueles que conheciam as primeiras noções dos estudos elementares**¹⁷.

A seguir encontram-se trechos da vida escolar desses estudantes que corroboram com o explicitado acima.

Antônio Dias de Barros (1871-1928), filho de Manuel Dias de Barros Junior, foi aluno da mesma escola, mas teve uma trajetória de formação escolar bem distinta do outro Antônio. Natural de Aracaju, vivenciou a experiência da educação doméstica em um primeiro momento. Com sua mãe, Maria Prisciliana de Carvalho, aprendeu os rudimentos da língua portuguesa. Depois foi aluno das professoras Maria Damásio e Angélica Teles de Menezes, que muito provavelmente ministravam aulas em suas próprias casas (SANTOS, 2013, p.70).

Apesar de o autor não ter certeza da escolaridade de Antônio Dias de Barros anterior à sua entrada no internato Parthenon, sabe-se que para os filhos da alta sociedade sergipana, não havia outro modo de aprendizagem que não fosse com aulas particulares em âmbito doméstico. Afinal, diante dos riscos de saúde, má influência, a melhor alternativa era não misturar.

Outro aluno do Parthenon foi o laranjeirense, filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e Ignácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães, Antônio Maria Moreira Guimarães. Antes de ser aluno daquela escola, fez as primeiras letras muito provavelmente na já referida modalidade doméstica. Em 1890, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para os estudos superiores.

Todavia, não chegou a concluir este curso, pois em 1893 foi dispensado por ser considerado fisicamente incapaz para o serviço militar (SANTOS, 2013, p. 70).

Importante relatar que os meninos internos no mencionado internato, não vinham somente da capital, mas de todo o estado, como é o caso acima. Conclui-se que neste aspecto não havia distinção, pelo contrário, os grandes proprietários de terras eram os habitantes das cidades do interior.

Trajetória distinta realizou o filho de Policarpo José de Santa Rita Dantas e Maria Rosa Aranha Dantas. Nascido em 1810, em São Cristóvão, então capital da província de Sergipe d'El Rey, Manuel Ladislau Aranha Dantas, foi agraciado já perto do fim da vida, faleceu em 1875, com o título de Conselheiro do Império. Seu percurso de vida até aí começou provavelmente com uma formação escolar doméstica, bem comum à época. Em 1827 entrou na Escola Médico- Cirúrgica da Bahia e se formou cinco anos após. Poucos meses depois foi aprovado em concurso para a Cadeira de Filosofia de sua cidade natal.¹⁸

Ressalta-se que aqueles alunos que tinham a oportunidade de continuar os estudos após a educação da casa, geralmente faziam faculdade em outros estados e até em outros países e, quase sempre, as profissões de destaque desse século eram as mais procuradas além, é claro, da profissão docente. Escolhida por muitos, por ser uma profissão com poucas pessoas qualificadas para tal função.

Natural de Aracaju, onde nasceu em 1876, teve sua formação escolar iniciada na educação doméstica: aprendeu com a mãe os rudimentos da língua portuguesa. Depois, frequentou escolas de diferentes professores, nos diferentes lugares em que esteve acompanhando seu pai. Em 1883 estava no Maranhão. De lá foi para o Pará e depois Pernambuco, onde começou o curso de preparatórios. Estes foram concluídos em São Paulo em 1895. A possibilidade de cursar uma faculdade poderia lhe garantir alguma estabilidade, ainda que breve. De fato, em 1897 tornou-se aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu bacharel em 1901.¹⁹

A possibilidade de continuar os estudos em áreas de atuação conceituadas, davam a esses indivíduos, larga vantagem em relação aos seus contemporâneos, especialmente, os das classes pobres. Sua vida escolar iniciar-se com a educação doméstica, e conclui nas faculdades de destaque em outros lugares. Assim, não havia competição entre classes, mas, havia concorrência entre os mesmos pares. Quase sempre, esses garotos voltavam à Sergipe e ocupavam cargos de mando da estreita ponta da pirâmide de ocupação do trabalho social, ou ainda, na vida pública e política do

¹⁷ Grifos nossos.

¹⁸ Ibidem, p.71.

Estado. Dessa forma, a ascensão social vinculada à oportunidade educacional está na origem da oferta de educação à população bem como, em sua perpetuação.

Com as mulheres a situação era mais precarizada, pois a prioridade era a educação dos meninos. Em todo caso, àquelas que recebiam os conhecimentos mais elementares só o poderia participar se, preferencialmente, feita em casa, os senhores de engenho mais ortodoxamente patriarcais da época, principalmente, eram os que optavam por contratar os serviços de uma preceptora ou professora particular, porém, havia aqueles que preferiam enviar as filhas para colégios internatos. Para instruí-las em casa, os patriarcas anunciavam, nos jornais a necessidade de contratar pessoas para encarregar-se de tal ensino, deveriam ser senhoras que soubessem iniciar as meninas no conhecimento da gramática portuguesa, da geografia, da música, do piano; e que, também, as instrísse no conhecimento da língua francesa: não só no traduzir como no falar dessa língua (FREYRE, 1964, p.117). Muitas preceptoras estrangeiras não conheciam a língua portuguesa muito bem, mas, somente pelo fato de terem recebido uma educação europeizada, eram as preferidas dessa clientela.

4.1 A OFERTA DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA – SERGIPE (1880-1930)

Para elaborar o passado da educação doméstica em Sergipe e, mais especificamente, em sua capital Aracaju, recorreremos, a bibliografia brasileira e sergipana nos séculos XIX e XX, mas também aos impressos locais que foram definidores das asseverações e análises de todo o contexto ao qual a modalidade de ensino informal estava inserida.

Os jornais do período estudado, encontrados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), e os relatórios de inspetores do Arquivo Público do Estado, foram documentos essenciais na articulação dos dados. As páginas amareladas dos jornais do estado, contam muito mais do que se pode imaginar, basta um olhar atento e uma paciência preponderante, para que meras notícias e informações tornem-se a realidade de uma sociedade, de uma época, e de uma cultura.

Foi na incansável busca pela veracidade da pesquisa que os impressos jornalísticos mostraram ser uma ferramenta estratégica para exibir a oferta da educação doméstica à população. Os periódicos traziam estampados em suas páginas, anúncios diversos, entre eles estava aqueles em que homens e mulheres ofereciam-se para lecionar o ensino das primeiras letras e/ou habilidades e disciplinas distintas em sua própria residência ou na casa do aluno.

¹⁹ Ibidem, p.122

Historiadores de diversos setores sociais, políticos e econômicos demonstram a relevância dos jornais como elementos de abundantes fontes de pesquisa. Lição obtida na constituição do curso dessa pesquisa, mostrando que:

Os jornais se constituem como ferramenta e estratégia de inculcação de uma cultura que se possa pensar dentro de um processo civilizador no sentido de que cria necessidades antes inexistentes. Foi o caso do vidro inglês no Brasil comercializado quando da abertura dos portos. Através dos jornais espalhou-se que seria elegante ter vidros lavrado, sendo essa uma especialidade inglesa. O aumento da importação de vidros “para ler” coincidiu com uma maior produção e importação de revistas, jornais e livros, incluindo livros ingleses (FREYRE, 1977, p. 46).

O instrumento jornalístico “atua como um documento histórico que reflete e reúne uma múltipla interpretação e tratamento de fatos ocorridos na história, também escritos e organizados a partir de um determinado local e circunstância (TEIXEIRA, 2005, p.68) ”.

Talvez seja por este motivo que os mestres do ensino doméstico utilizavam como meio de divulgação os impressos, para que ficasse documentada a intenção de lecionar e de propagar a educação. Mesmo sendo evidente que eles não pensavam na possibilidade de tornar-se parte da história de uma sociedade, mas, a partir dos anúncios, sabiam que ganhariam notabilidade, e, assim como um documento pessoal e intransferível, não seriam guardados no fundo de uma gaveta e esquecidos.

Os jornais do século XIX foram utilizados pelos professores primários como ferramenta de legitimação e divulgação de seus serviços, pois estes seriam divulgados onde quer que a população ilustrada estivesse. Através da leitura em voz alta um maior número de pessoas teria conhecimento dos serviços que eles pretendiam prestar. Nesse sentido, pode-se afirmar que havia uma significativa rede de educação doméstica em Sergipe durante o século XIX, concorrendo com o atendimento dado nos colégios particulares e ultrapassando atendimento dado pela escola pública estatal (AMORIM, 2012, p. 186).

Foi durante o século XIX que a população pôde entrar em contato mais facilmente com os acontecimentos sociais, culturais, políticos, educacionais, entre outros, da população local e, mesmo, nacional. A expansão dos meios jornalísticos iria se propagar através do território brasileiro abordando as grandes aglomerações populacionais e, até as mais longínquas e pouco povoadas localidades. As maiores cidades brasileiras constituíram-se então, por meio dos jornais, em verdadeiros polos irradiadores de notícias, opiniões, cultura e ideias (TEIXEIRA, 2005, p. 69).

Após a chegada do primeiro impresso sergipano, “O Recopilador Sergipano”, fundado em 1832²⁰, a demarcação da conjuntura jornalística tornou-se representativa da população instruída. Assim, foi exatamente no Brasil oitocentista, que os jornais sergipanos passaram a afetar o cotidiano da sociedade através das notícias, notas, comentários, anúncios, etc.

Devido à pouca escolaridade da maioria da população sergipana, poucos eram aqueles que tinham acesso ao mundo letrado da imprensa escrita, ainda assim, a autoridade de sua presença, seja em forma diária, semanal, quinzenal ou mensal, transformou o modo de ver socialmente a gente da província.

Um dos principais conteúdos de alguns jornais eram os anúncios, neles gente comum divulgava eventos, fazia agradecimentos, usava para reclames, pedia emprego, contratava pessoas, divulgava festas, viagens, casamentos, enfim, o modo de vida da sociedade estava sendo retratado em algumas páginas.

Foi nos anúncios que possuíam sessão própria, estavam presente em praticamente todos os jornais do século XIX e início do XX, que as ofertas de professores particulares propensos a apresentar os seus serviços àqueles que tivessem interesse em contratá-los que, observou-se a compleição de uma prática educacional não formal incansavelmente já perpetrada há alguns séculos atrás.

Nesse sentido, os impressos de Sergipe, desenvolviam em seu conteúdo a relação entre procura e demanda de pessoal, que se pensava não ser existente até então. Através dessas trocas, tornou-se possível aprofundar-se um pouco mais no mundo educacional de uma época.

A oferta da educação doméstica nos impressos jornalísticos estabelecia em Sergipe uma era de ensino não estatal incorporado no cotidiano da sociedade durante muito tempo. Através dos anúncios foi possível constituir a prática educativa presente e já alegada pela população oitocentista e mais tarde republicana.

Em nossa pesquisa foram analisados os seguintes jornais: A Cruzada (1922- 1930); A Notícia (1896-1897); Jornal do Aracaju (1875-1890); O Horizonte (1885-1886); O Laranjeirense (1888-1889); O Republicano (1890); O Clarim (1905); O Porvir (1884-1900); Gazeta de Sergipe (1890-1920); Diário da Manhã (1911-1922) e, por fim, Correio de Aracaju (1906-1910). Todos no período estabelecido como foco principal desse estudo (1880-1930). A maioria dos anúncios de educação na casa encontrados, localizavam-se nos periódicos dos anos de 1896 a 1910.

Será exposto a seguir os manifestos de oferta serviços educacionais em domicílio encontrados e catalogados através de nossa pesquisa, voltada para a população que da leitura podia usufruir. Além disso, havia também, pais alfabetizados que desejavam contratar professoras (es) domésticas (os) e, para tal fim, expunham o que almejavam no veículo de comunicação jornalístico.

²⁰ Biblioteca Nacional (BNdigital). Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/recopilador-sergipano-noticiador-sergipense/> >

Figura 7 -Comunicado

Maria da Gloria Motta Cabral communica aos srs. paes de familia que reabrirá o seu curso particular, nesta cidade, no dia 3 de fevereiro, recebendo alumnas internas e externas, prometteudo empregar todos os esforços a fim de bem cumprir seus deveres.
Capella, 3 de dezembro de 2897.

Fonte: A Notícia, 1897.

Conforme a figura 7: “Maria da Gloria Motta Cabral comunica aos srs. pais de família que reabrirá o seu curso particular, nesta cidade, no dia 3 de fevereiro, recebendo alunas internas e externas, prometendo empregar todos os esforços afim de bem cumprir seus deveres. Capella, 3 de dezembro de 2897 (IHGSE, A Notícia, CABRAL, 4 dez. 1897, nº506).”

Anúncio utilizado pela mestra para expor aos pais a reabertura de sua aula particular, visando, tornar público a intenção de conquistar muitas matrículas. O cartaz exposto no jornal, mostra que o comunicado se destinava aos pais de moças que, segundo consta, ela oferece em condição de internato ou externato. Ao mesmo tempo se compromete em atuar da melhor forma possível para educá-las.

Figura 8 - Receber em casa

ANNUNCIOS

O capitão Francisco José de Góes, casado, morador nesta capital, tem a honra de declarar aos srs. paes de familia que recebe em sua casa, e de qual quer ponto da provincia, meninos— que pretendam frequentar as aulas do Atheneu Sergipense— por preço bem commodo e razoavel.

O annunciante—que mercê de Deus—tem sabido conduzir a sua familia pela senda do justo e do honesto— garante que com sua mulher se desvelará o mais possivel pela educação dos meninos— que forem entregues aos seus cuidados.

Alem do exposto acresce, que tendo o annunciante um filho—já bastante adiantado nas linguas portugueza e franceza—será elle um bom auxiliar que encontrarão os meninos— que receber.

Fonte: Jornal do Aracaju, 1881.

Conforme a figura 8:

“O capitão Francisco José de Góes, casado, morador nesta capital, tem a honra de declarar aos srs. pais de família que recebe em sua casa, e de qualquer ponto da província, meninos – que pretendem frequentar as aulas do Atheneu Sergipense – por preço bem comodo e razoável. O anunciado – que mercê de Deus – tem sabido conduzir a sua família pela senda do justo e do honesto – garante que com sua mulher se desvelará o mais possível pela educação dos meninos – que forem entregues aos seus cuidados. Além do exposto acresce, que tendo o anunciante um filho – já bastante adiantado nas línguas portuguesa e francesa – será ele bom auxiliar que encontrarão os meninos – que receber (IHGSE, Jornal do Aracaju, GÓES, 2 de dez.1881, nº.220).”

Receber os estudantes em casa para estudar e para morar, era permitido. De acordo com a legislação da época em que o anúncio foi publicado, havia essa possibilidade, mas, a partir da República, o mestre que lecionasse para seus próprios locatários estaria sujeito às punições estabelecidas pela legislação vigente, já que essa prática poderia ser considerada mais uma pensão do que ensino²¹. Apesar de não estar claro na oferta se o professor também leciona no ensino público, sabe-se que era muito comum o mestre acumular as funções de particular e público.

Observamos também que esse anúncio possui uma característica de curso preparatório para os exames de admissão do Atheneu Sergipense, conceituada escola de curso secundário do estado. Os alunos que cursavam o ensino primário costumavam preparar-se para provas de entrada em escolas de ensino secundário, fossem eles estatais, como o Atheneu Sergipense, ou colégios particulares. Para os membros das classes mais elevadas, esse caminho era inevitavelmente certo, mas, para os alunos provenientes das classes menos favorecidas, a adentrar em um grau maior de instrução parecia uma aspiração distante, com pequenas chances de acontecer.

Pode-se perceber também que além do curso preparatório para meninos, o professor esclarece que sua esposa irá participar com zelo da aprendizagem dos meninos e oferece os serviços de seu filho, propondo ao mesmo tempo, aulas de francês e português. Quer dizer que eventualmente, a prática da docência não se restringia a apenas um mestre, mas, em alguns casos era possível observar o envolvimento de outros componentes da família. Ademais, era imprescindível destacar os predicados que irá envolver a educação doméstica,

²¹ Art. 60. É absolutamente proibido aos Professores públicos:

§1º. Ocuparem-se ou ocuparem os alunos em misteres estranhos ao ensino durante as horas das lições.

§2º. Ensinares as matérias de suas cadeiras em particular ou fora das horas destinadas para as lições ou receberem qualquer salário dos particulares para ministrarem o ensino. Não lhes é, porém, proibido ter alunos internos, contanto que sejam do mesmo sexo, percebendo uma indenização pelos alimentos que lhes prestarem, sendo, porém, sempre o ensino transmitido em comum, e com igualdade nas aulas públicas e nas mesmas horas. Outrossim, lhes é absolutamente proibido lecionarem na mesma casa alunos de sexo diferente, qualquer que seja o motivo e o pretexto, salvo mais severa separação a juízo dos encarregados da inspeção do mesmo ensino.

afinal, a confiança que se deveria ter num acordo informal entre dois desconhecidos exigia tal conformidade.

A exigência de admissão em escolas secundaristas fazia crescer em Sergipe a oferta da educação em casa, ter um filho com um diploma de curso secundário era para muitos pais a esperança de uma vida inteira, pois, esse tipo de escola empreendia:

[...] a existência de uma rede de escolas do tipo Secundário, muitas vezes como parte das estruturas do Estado, o que incluía precisas definições legais sobre sua função, pode dificultar a percepção de grandes variações no papel real dessa forma escolar no seu contexto local. Formar a elite por meio de uma educação intensivamente humanista foi apenas parte das funções de tais escolas (SANTOS, 2013, p.66).

Algumas escolas secundárias fizeram esse papel em Sergipe. Nas últimas décadas dos oitocentos a maioria era particular, como já foi destacado anteriormente, e mesmo o Atheneu Sergipense, de ordem pública destinava-se aos filhos elite política e econômica. Uma vez capacitados pelo ensino pago, garantiam o passaporte a um nível acima do ensino primário e, conseqüentemente, encabeçava e finalizava a lista de aprovados em concursos de admissão.

Havia também, aqueles pais que preferiam que seus filhos fizessem aulas particulares apenas daquelas disciplinas que possuíam mais dificuldades de aprendizagem. Aritmética, português e francês, era as que mais apareciam estampadas como proposta de ensino doméstico nos anúncios encontrados. O estudo poderia ser meramente escolar, como um reforço ou preparatório para exame.

Figura 9 - Curso Particular



Fonte: Jornal do Aracaju, 1871.

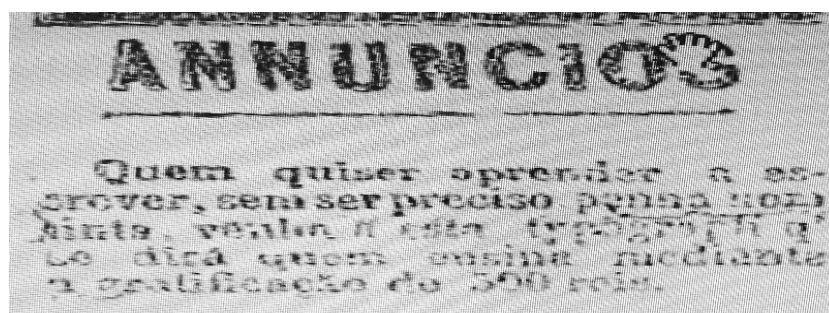
Conforme a figura 9:

“Ao respeitável público desta cidade e em particular a todos que devem seguir a marcha ascendente social, tem a honra o abaixo assignado de fazer saber que dia 15 de janeiro próximo vindouro por diante achar-se há realmente aberto à Rua do Sol o – Curso particular de geografia e francez, - do qual já se fez menção no Jornal do Aracaju, propriedade do illm. sr. dr. Manoel Luiz Azevêdo d’ Araujo. Outrossim, sendo o progresso pelo estudo uma necessidade em todas as inteligências perfectíveis, e o método sendo favorável, assim como o prêmio do trabalho mensal, é muito natural e razoável uma influência sincera (IHGSE, Jornal do Aracaju, 20 de dez. 1871, nº225). ”

Fica claro neste anúncio ofertado, que aquele que publica, define estrategicamente seu público alvo. Ao utilizar a expressão “[...] e em particular a todos que devem seguir a marcha ascendente social”, o mestre pretende demonstrar que aqueles socialmente acima da maioria é que devem estar aptos a ascender para o progresso. A separação intelectual realizada por ele e preconizada pelos diversos âmbitos sociais, é fatual e oportuna, já que, qualquer pai de família ao ler estas palavras, entenderá que o tratamento dado aos alunos desta aula particular será especialmente voltado para a manutenção de seu status social. O destaque dado ao termo “inteligências perfectíveis” utilizado pelo anunciante para referir-se às pessoas que trariam o progresso da nação através dos estudos, também visava evidenciar aos pais a importância da aprendizagem por seus ensinamentos, uma estratégia, é claro, de atração de alunos.

Aulas particulares de Geografia não costumavam aparecer nos anúncios relacionados a educação doméstica, mas, talvez alguns professores buscando inovar em relação aos demais visavam destacar suas qualidades e habilidades em lecionar determinadas disciplinas. Na educação doméstica, quanto mais diversificadas as matérias ensinadas pelo professor, maiores eram as chances de ser contratado pelas famílias [...], bem como mais vantajosa a remuneração pelos serviços (VASCONCELOS, 2004, p.112).

Figura 10 - Gratificação



Fonte: O Horizonte, 1885

Conforme a figura 10: “Quem quizer aprender a escrever, sem ser preciso pena (ininteligível) tinta, venha a esta typographia que ele dirá quem ensina mediante a gratificação de 500 reis (IHGSE, O Horizonte, 08 de ago. 1885).”

Muitos professores, não queriam expor seus endereços, por algum motivo que não se pode determinar qual era. Talvez, fossem aqueles que desejavam lecionar na casa do aluno, e, portanto, não necessitavam divulgar a indicação de moradia. Assim, pediam que os interessados o procurasse na tipografia do jornal ao qual estabelecera anúncio. Além disso, entre as ofertas de educação na casa que foram encontradas, não era comum estabelecer valores de honorários a ser recebido pelo professor. Porém, alguns desejam informar o preço a ser cobrado pelos seus honorários.

Figura 11 - Casas Particulares



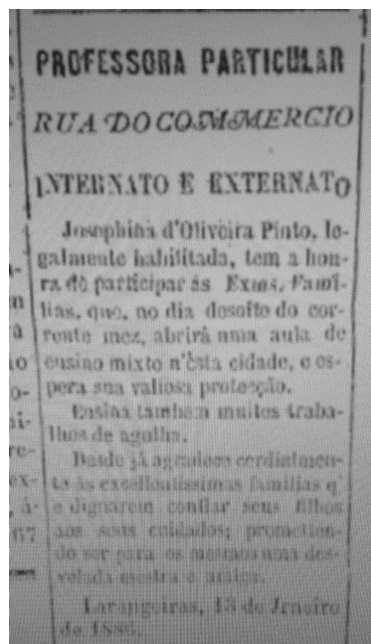
Fonte: Jornal do Aracaju, 1882.

Conforme a figura 11: “Jose Bellizario Inqueira, ensina musica vocal e instrumental, tanto em sua casa, à rua de Maroim, como em casas particulares (IHGSE, Jornal do Aracaju, JUNQUEIRA, 24 de fev.1882).”

Aulas domésticas de instrumentos musicais e canto, também eram muito populares entre os professores da casa. Essa aprendizagem fazia parte não só de uma educação racional como também de elevada estima por uma cultura correspondente aos conhecimentos escolares a ser alcançada pelos membros da sociedade burguesa da época.

Percebe-se também a disposição para a educação musical, nesta época, mais comuns na aprendizagem feminina que, para serem boas esposas deviam possuir habilidades intelectuais distintas e, socialmente aceitas na época.

Figura 12 - Professora Particular



Fonte: O Horizonte, 1886.

Conforme a figura 12:

“Josephina d’Oliveira Pinto, legalmente habilitada, tem a honra de participar às Exms Famílias, que, no dia dezoito do corrente mês, abrirá uma aula de ensino misto nesta cidade, e espera sua valiosa proteção. Ensina também muitos trabalhos de agulha. Desde já agradece cordialmente às excelentíssimas famílias que se dignarem confiar seus filhos aos seus cuidados; prometendo ser para os mesmos uma desvelada mestra e amiga (IHGSE, O Horizonte, PINTO, 07 de fev. 1886).”

O cuidado da escrita deste anúncio é primoroso. Além de prometer uma boa educação e expor as qualidades da professora, o destaque fica por conta do zelo que a educadora demonstra ter com pais e alunos. A mestra diz-se disposta também a ensinar trabalhos de agulha para meninas e, apesar de trabalhos manuais não serem o foco desse estudo, reconhecemos a importância do ensino desta habilidade às moçoilas que desejavam casar-se. Esse tipo de educação doméstica, no sentido das habilidades em cuidado da casa, também era bastante ofertado nos jornais sergipanos.

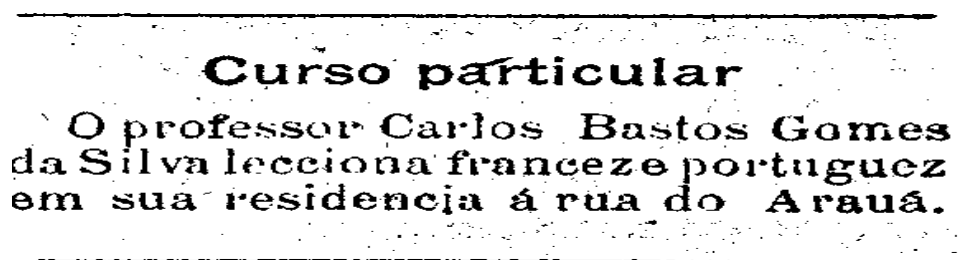
Anúncios de aulas particulares voltadas para o ensino misto no final do Império começavam a aparecer. “A expansão da educação [...] o custo de manter o ensino primário separado para meninos e meninas e a escassez de professores homens estimularam a aceitação de classes mistas para crianças menores [...] (HAHNER, 2011, p.469)”. A maioria dos anúncios não propõe aulas com meninos e meninas no mesmo ambiente. Entende-se que para a sociedade sergipana era mais vantajoso manter essa separação, afinal, a desconfiança que havia em torno dessa união ainda era muito presente (HAHNER, 2011).

Percebe-se também, a preocupação com as propostas pedagógicas mais atuais, no final do Império, os métodos empregados na aprendizagem eram o diferencial daqueles que pretendiam dispor da educação doméstica. Os professores necessitavam manter-se atualizados em relação às novas concepções educacionais para chamar a atenção dos contratantes para o seu ensino, que, pelo menos teoricamente, seria diferenciado daquele estabelecido na escola pública, algo que estes últimos, desejavam impetuosamente.

É interessante destacar que alguns mestres, além de não quererem expor seu endereço, não precisavam fazê-lo, muitos já eram velhos conhecidos da comunidade local e, apenas reforçavam anualmente que continuavam lecionando o mesmo do ano anterior. Na busca documental realizada no decorrer desse estudo, encontramos documentos com nomes de professores contratados para lecionar em aula pública que haviam exposto anteriormente seus anúncios de ensino doméstico particular nos jornais do estado. Supomos então, que muitos já conheciam os mestres e ao ter um apreço por este, podiam confiar seus filhos aos seus cuidados.

Para conquistar a confiança dos pais a ênfase na habilitação era o ponto central da maioria dos anúncios, pois, “o ofício de mestre estava, invariavelmente, relacionado à prática da virtude, esperando-se desses sujeitos postura semelhante à dos religiosos, porém com a diferença de não terem feito votos (VASCONCELOS, 2004, p.100).”

Figura 13 - Leciona

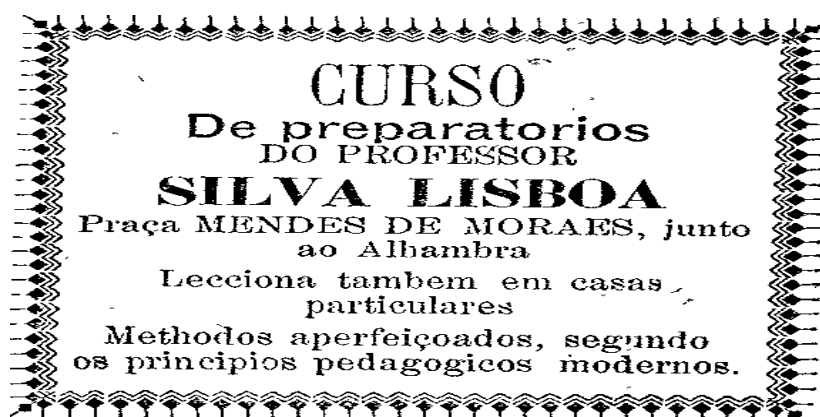


Fonte: A Notícia, 1897.

Conforme a figura 13: “O professor Carlos Bastos Gomes da Silva lecciona francês e português em sua residência à rua de Arauá (IHGSE, A Notícia, SILVA, 13 de fev. 1897).”

É possível perceber que o ensino doméstico, nesse período, havia ganhado qualidades específicas de curso particular, porém, a essência permanecia sendo a educação realizada em âmbito doméstico. Muitas disciplinas ofertadas pelos professores da casa eram as mais requisitadas em concursos de ingresso no ensino secundário, dessa forma, um reforço na aprendizagem dessas matérias era bastante procurado.

Figura 14 – Curso



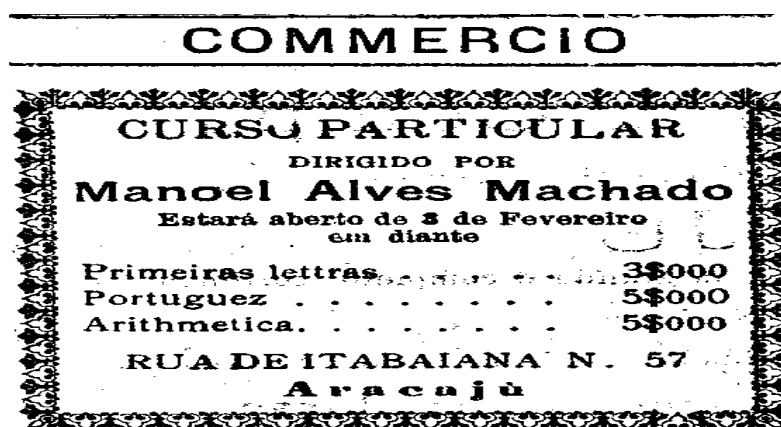
Fonte: A Notícia, 1897.

Conforme a figura 14: “Curso de preparatórios do professor Silva Lisboa. Praça Mendes de Moraes, junto ao Alhambra. Leciona também em casas particulares. Métodos aperfeiçoados, segundo os princípios pedagógicos modernos (IHGSE, A Notícia, LISBOA, 21 de jan.1897).”

O professor que expõe o anúncio acima, demonstra atuar com princípios e métodos pedagógicos modernos, o que poderia significar que ele estava utilizando novas técnicas de ensino, afinal, a República havia trazido propostas de renovação para todo o país. De acordo com Vasconcelos (2004), não havia um método padrão utilizado pelos professores domésticos, muitos decidiam qual utilizar de acordo com o que mais estava em voga na época, mas, como no ensino da casa os pais podiam opinar na educação de seus filhos, por vezes interferências eram feitas.

Muitos professores não apenas ofereciam seus serviços de ensino em sua residência, como também se propunha a lecionar na casa do aprendiz. O que poderia ser feito para aumentar o lucro deveria ser posto em prática.

Figura 15 - Comércio



Fonte: A Notícia, 1896.

Conforme a figura 15:

Curso Particular Dirigido por Manoel Alves Machado. Estará aberto de 8 de fevereiro em diante.

Primeiras Letras.....3\$000

Português.....5\$000

Aritimética.....5\$000 (IHGSE, A Notícia, MACHADO, 1 de ago.1896, n. 119).

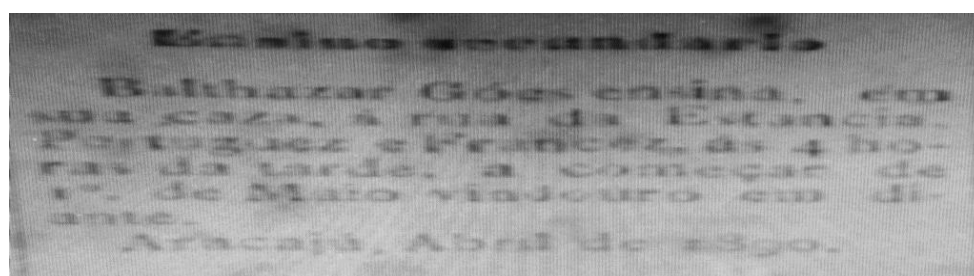
Dos anúncios encontrados, este foi um dos dois que encontramos no qual se pode perceber o preço cobrado pelo professor, assim, fica difícil mensurar os valores praticados na educação doméstica. Mas, pudemos compreender que uma das motivações para a realização dessa prática educacional era a quantia recebida. Pois, as reclamações observadas por professores públicos pela falta de pagamento eram constantes. Além do que, em alguns relatos de intelectuais da educação no estado, constatamos a referência aos baixos salários pagos aos mestres da escola estatal.

Ao que se pode deduzir das fontes, além das vantagens da educação doméstica ser praticada nas Casas, a um número reduzido de alunos, sem intermediações relativas ao pagamento, os serviços eram melhor remunerados se analisados na proporção das possibilidades de ganho, já que, na educação doméstica, os professores particulares, poderiam, por exemplo, ensinar em várias Casas. Quanto aos preceptores, além de receberem um valor maior anual, podiam residir na Casa de seus alunos, reduzindo suas despesas pessoais (VASCONCELOS, 2004, p.112).

A falta de anúncios que expunham a quantia em dinheiro cobrada pela aula particular nos diz que os que ofertavam pretendiam acertar o valor pessoalmente, mediante a quantidade de dias, aulas, horas na semana, disciplinas a serem lecionadas, número de alunos, entre outros. Provavelmente os acordos eram feitos no ato da contratação e, portanto, não havia um parâmetro que pudéssemos seguir.

Logo abaixo, mais algumas notas de oferta da educação doméstica:

Figura 16 - Ensina



Fonte: Gazeta de Sergipe, 1890

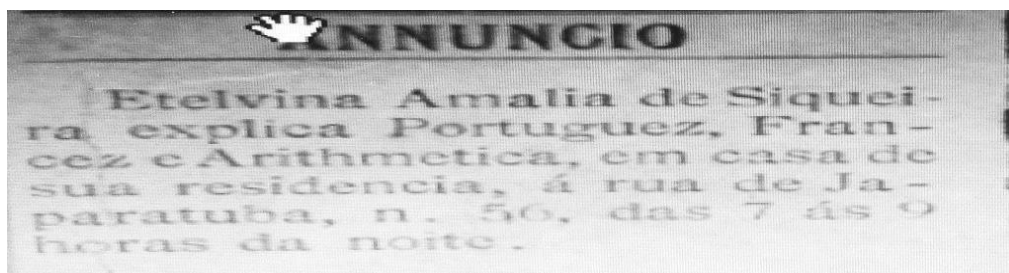
Conforme a figura 16: “Balthazar Góes ensina, em uma caza, à rua de Estância. Português e Francês, das 4 horas da tarde, vai começar de 1º de Maio vindouro em diante (IHGSE, Gazeta de Sergipe, GÓES, 06 de mai. 1890).”

Ao se dispor para lecionar matérias distintas, muitos professores estabeleciam um horário para que a aula acontecesse, pois, provavelmente havia aqueles que ensinavam diversas matérias e as “primeiras letras”. Assim, organizava-se melhor cada turma e o que se ensinava.

As aulas ou lições, nas Casas, quando se tratava de matérias ministradas por professores particulares, eram combinadas com os pais dos alunos, ocorrendo em horas e dias determinados, semanalmente. O horário atendia, também, à disponibilidade dos mestres, que, na maioria dos anúncios, já informava suas possibilidades dispondo ainda de algumas horas ou dispondo de alguns dias na semana (VASCONCELOS, 2004, p.115).

A disponibilidade de horário de ensino também, dava liberdade para os pais dos alunos realizarem em conjunto com o mestre, um plano de aula específico para o aprendiz. Nesse cenário, essas escolhas proporcionavam comodidade para ambas as partes.

Figura 17 - Explica



Fonte: O Porvir. 1900.

Conforme a figura 17: “Etelvina Amalia de Siqueira explica Português, Francês e Aritimética, em casa de sua residência, à rua de Japarutuba, n. 56, das 7 às 9 horas da noite (IHGSE, O Porvir, SIQUEIRA, 08 de abr.1900).”

Percebe-se nesse anúncio o uso do termo “explica”, muitas professoras do ensino doméstico ficaram conhecidas como “explicadoras” em alguns estados do Brasil, é o que conta Mattos (2006), ao afirmar que as no estado do Rio de Janeiro, este termo persiste, pois, trata-se de uma categoria distinta de educação doméstica, estas, apesar de ensinar em sua própria casa, possuem um vínculo estreito com a escola. Muitas, inclusive, são contratadas pela escola (particular), para subsidiar o conteúdo programático de seu estabelecimento aos alunos.

Figura 18 -Professor

Professor

Martinho de Freitas Barrêto, habilitado com título publico, para ensinar aula primária, vem declarar que contrata-se com qualquer pai de família, para qualquer logar que queiram contratar para o dito fim, podendo ser procurado na praça da matriz n. 17

Fonte: A Notícia,1890

Conforme a figura 18: Martinho de Freitas Barrêto, habilitado com título público, para ensinar aula primária, vem declarar que, contrata-se com qualquer pai de família, para qualquer logar que o queiram contratar para o dito fim, podendo ser procurado na praça da matriz n. 17 (IHGSE, A Notícia, BARRÊTO, 20 de mai.1896).

Vemos acima um exemplo perfeito de um período em que na maioria das vezes, ser um mestre particular poderia ser mais vantajoso que ser um professor público. Muitas vezes os salários a serem pagos pelo governo atrasava e a falta de espaço adequado e material escolar para o exercício da profissão, tornava dificultosa a profissão de um professor ligado ao ensino estatal. Não era raro os casos de documentos expedidos por docentes públicos ao governador do Estado solicitando o pagamento dos honorários atrasados, como foi possível localizar no Arquivo Público de Aracaju.

O anunciante se dispõe a lecionar em qualquer lugar e a fazer negócios com qualquer pai. O praticante da educação doméstica não possuía um local fixo para ensinar, o mestre até podia receber os alunos em sua residência, mas se precisasse ir até a moradia deste, não havia cerimônia, a disposição da prática educativa estava na proposta que o ensino da casa pregava: exercício da educação em ambiente particular. Além do que, como já foi mencionado neste trabalho, quanto maior o número de alunos ou de casas visitadas, mais lucro para o educador.

Figura 19 - Habilidade

ANNUNCIOS

Maria dos Prazeres de Siqueira Alves, achando-se habilitada para a escola Normal d'esta cidade resolve abrir uma aula particular na rua do Socorro, em casa bastante arejada. Aceita ensinar de ambas as sexões promettendo aos seus pais de família, que lhe confiam seus filhos, com antecedente, porquanto, está acciada a aula e cumprirá fielmente os seus deveres. Outro sim: accita também a todos os internos por contrato mensal, e ensina, gratis, aos indigentes, cujos pais obtiverem o laudo dos senhores pais, para os enviar a escola. Para mais noticias, necessario a todos, armar e ao que desejarem.

Aracaju, 24 de Março de 1886.

Maria dos Prazeres de Siqueira Alves.

Fonte: O Horizonte, 1886.

Conforme a figura 19:

Maria dos Prazeres de Siqueira Alvez, achando-se habilitada pela escola Normal desta cidade resolveu abrir uma aula particular na rua do Socorro, em casa bastante arejada. Aceita meninos de ambos os sexos; e promete aos Senhores pais de família, que lhe confiarem seus filhos, bom adiantamento, porque será assídua na aula e cumprirá fielmente os seus deveres. Outro sim: aceita também alunos internos por contrato razoável, e ensina grátis aos ingênuos, cujos pais obtiverem licença dos senhores para dar instrução a seus filhos, esse néctar precioso, necessário a todos, como o ar que respiramos (IHGSE, O Horizonte, ALVEZ, 3 de abr.1886).

Aqueles que expõem a referida nota sobre os seus serviços, enfatizam as suas habilidades enquanto mestres do ensino da casa e destacam a importância dos “saberes” para a construção dos cidadãos do futuro.

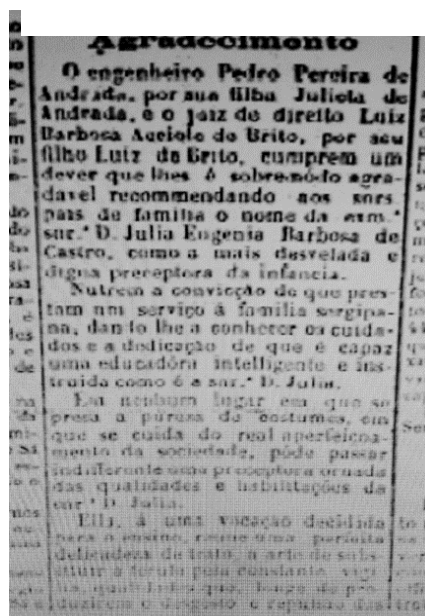
No anúncio acima, também é possível perceber, a preocupação da mestra em expor que tem formação pela Escola Normal. Era de lá que saía as mais preparadas jovens professoras de Sergipe. A uniformização do ensino e a qualificação docente era o alvo dos criadores dessa Escola, acabar com a informalidade da profissão de professor, determinava o prestígio adquirido por quem estudava nesta instituição. As moças que de lá saíam, para toda a sociedade, encontravam-se aptas a lecionar.

Apesar dos diversos anúncios de sujeitos “habilitados” a ensinar a crianças e jovens, a experiência nessa função continua a ser uma característica informada nos anúncios de professores particulares para as Casas, provavelmente pela sua valorização na escolha dos mestres (VASCONCELOS, 2004, p.76).

Habilitação esta que perpassa por uma preocupação com a sua situação moral e social, ambicionando a aquisição de confiança para o cargo pretendido.

As habilidades dos candidatos à vaga de professor de ensino doméstico eram necessárias e faziam parte do “ritual” de contratação para o emprego. Pelo que se pôde perceber, muitos daqueles que davam aulas em sua própria casa para vários alunos ao mesmo tempo, ganhavam a estima dos pais e de toda a comunidade. Observemos a seguir alguns comentários de agradecimentos expostos nas páginas dos jornais:

Figura 20 - Agradecimento



Fonte: Jornal do Aracaju, 1882.

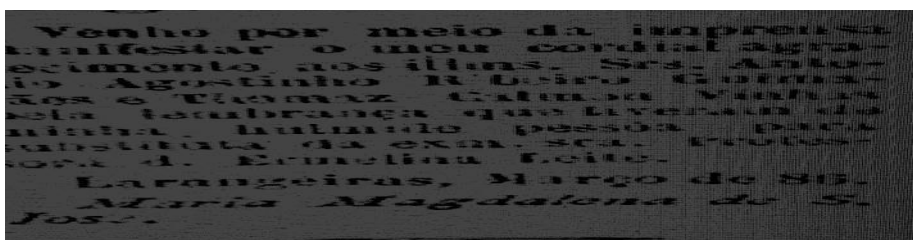
Conforme a figura 20:

“O engenheiro Pedro Pereira de Andrade, por sua filha Julieta de Andrade, e o juiz de direito Luiz Barbosa Acciolo do Brito, por seu filho Luiz do Brito, cumprem um dever que lhes é sobremodo agradável recomendado aos srs. pais de família o nome da exm^a sr^a. D. Julia Eugenia Barbosa de Castro, como a mais desvelada e digna preceptora da infância. Nutrem a convicção de que prestam um serviço a família sergipana, dando-lhe a conhecer os cuidados e a dedicação de que é capaz uma educadora inteligente e instruída como é a sar^a D. Julia. Em nenhum lugar em que se presa a pureza de costumes, em que se cuida do real aperfeiçoamento da sociedade, pode passar indiferente uma preceptora ornada das qualidades e habilitações da sar^a D. Julia (IHGSE, Jornal do Aracaju, ANDRADE, 14 de jan. 1882).”

Os agradecimentos que constam nos jornais, tendem a exaltar as qualidades da professora para a sociedade e a importância que tivera para a educação das crianças e jovens que pela sua residência passaram.

A eloquência nas palavras de agradecimento, demonstra o nível intelectual do emissor da mensagem. O termo infância, pouco utilizado neste período, evidencia o bom nível de escrita e leitura que o indivíduo possui. Numa época em que a maioria da população era analfabeta, poucos eram os que conseguiam redigir palavras em anúncios de jornal. Assim, provavelmente esta pessoa fazia parte do seletor grupo social de leitores e escritores composto por membros da elite sergipana.

Figura 21 - Cordial Agradecimento



Fonte: O Horizonte, 1886.

Conforme a figura 21: “Venho por meio da imprensa manifestar o meu cordial agradecimento aos illms. Srs. Antonio Augustinho R. Castro Guimarães e Tomaz (inteligível) lembrança que teremos de sua humilde pessoa para (inteligível) da exma. sra. professora d. Ermelina Freire (IHGSE, O Horizonte, 03 de abr. 1886).”

Deixar o agradecimento público através das páginas dos jornais visava exaltar o quão importante foi a presença de um professor para os filhos dessas pessoas e, nas entrelinhas deixava claro que o dever do Estado não estava sendo cumprido, pois, o ensino doméstico era único possuidor das características educacionais pretendidas pelos pais da classe abastada para capacitar a mocidade para o futuro.

5. A OFERTA DE ENSINO NA CASA DO MESTRE E DA FAMÍLIA DO ESTUDANTE SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO

Nas últimas décadas do Império a educação doméstica coexistia com a escola pública organizada pelo Estado, ainda que ela não oferecesse matrículas suficientes para toda população de crianças e jovens em condição etária para ocupar os seus bancos. Essas práticas educacionais, apesar de distintas, dividiam entre si a tarefa de instruir a população brasileira.

Em meados da década de 50 dos oitocentos, a educação doméstica, era caracterizada pela elite, como uma prática desorganizada que interferia significativamente no projeto centralizador que o Estado começava a preconizar. O incômodo que estes sujeitos sentiam era fundamentado na afirmativa de que o exercício do ensino da casa era superior ao número de estabelecimentos escolares dispostos pelo governo. Assim, caso não houvesse uma uniformização educacional, as chances de que o projeto de concentrar o ensino no Brasil fracassaria (FARIA FILHO, 2005).

Por outro lado, os que defendiam a educação da casa, não se sentiam confortáveis com a ideia de centralização proposto pelo Estado, afinal, para aqueles que faziam parte desse ensino, chegaria ao fim o isolamento educacional entre as elites e os menos desfavorecidos. Começava aí um debate que contribuiu para a concepção de escola na República e, ao mesmo tempo, que permitiu a continuidade da educação doméstica em Sergipe.

A partir da concepção de que cabe ao Estado tomar “as rédeas” e interferir nas práticas educacionais existentes, como uma estratégia do projeto centralizador, tais ideias encontraram opositores, principalmente, entre as elites, que julgavam essas medidas como uma afronta intervencionista ao poder que até então era exclusivamente da Casa: decidir, contratar, fiscalizar e deliberar sobre a educação de seus filhos. Enquanto o Estado Imperial lutava pela centralização e tomava medidas neste sentido, a elite dominante inaugurava o processo de resistência a essa interferência, transformando o século XIX em palco de discussões entre o Governo da Casa e o Governo do Estado, as quais, têm como tema central, a definição das relações que deveriam se estabelecer entre essas duas esferas de poder (VASCONCELOS, 2004, p. 268).

De acordo com essa mesma autora a resistência daqueles que defendiam a educação doméstica, era da continuidade da autonomia sobre a educação de seus filhos. A interferência pretendida pelo governo, nas atribuições do ensino da casa passava não apenas pela contínua fiscalização de suas ações, mas também pelas políticas educacionais que o Estado pretendia instituir em todo o território brasileiro. “No entanto, as relações estabelecidas entre estas duas esferas, não eram de oposição, mas de delimitação dos espaços e da atuação de ambos os poderes: o privado e o público (Ibidem, p.269).”

A adoção de uma possível intermediação do Estado na educação que ocorria nas casas fazia parte de um processo de unidade da instrução na sociedade brasileira. Para o governo, não era somente garantir que a educação da população estivesse de acordo com as normas instituídas anteriormente, e sim, mostrar que o Estado era capaz de manter a ordem entre os dois campos de domínio, ou seja, manter a integridade da política imperial, ainda que para isso fosse necessário desenvolver um projeto educacional que comportasse todas as classes sociais.

Em Sergipe, o ano de 1858 é marcado pela criação da lei provincial²² criada pelo administrador da província Dr. João Dabney d'Avellar Brotero. No conjunto de leis proposto por ele, é possível identificar as medidas de inspeção pretendidas pelo Estado, no sentido de acompanhar de perto as práticas educacionais presentes em território sergipano. Nas disposições dessas resoluções acerca da fiscalização, observamos os seguintes artigos:

Art. 1º. O Governo da Província fica autorizado a reformar o Sistema da Inspeção da Instrução Pública e Particular da Província, expedindo Regulamentos sobre as seguintes bases:

§1º. À Inspeção e Governo da Instrução em toda Província compete: 1º. Ao Presidente da mesma.

2º. A um Inspetor Geral de Instrução Pública.

3º. A Inspetores de Distrito, um em cada Comarca.

4º. A Conselhos Literários que existirão, um em cada Comarca. 5º. Aos Subinspetores, um em cada lugar onde houver escolas.

§ 2º. São sujeitos à Inspeção e Governo:

1º. As aulas e estabelecimentos que se ocuparem do Ensino Primário e Secundário públicos ou particulares para um e outro sexo.

2º. Os Lyceus e Seminários instituídos por Leis Provinciais para ambos os sexos; salvo se se regerem por Lei Orgânica Especial.

3º. Os colégios e casas de educação para ambos os sexos²³.

§3º. O Inspetor Geral será o Chefe da Repartição do Ensino Público e o intermediário de toda a correspondência com o Governo; será nomeado pelo Presidente da Província e conservado enquanto convier ao Serviço Público. Suas atribuições serão definidas em Regulamento pelo mesmo Governo, devendo compreender essencialmente as seguintes:

1º. Inspeccionar, instruir, e dirigir a todos os empregados da Instrução Pública, assim como aos estabelecimentos particulares de instrução.

2º. Prestar ao Governo todas as informações que lhe forem determinadas em virtude do Regulamento, ordem ou despacho.

3º. Conceder licenças aos empregados da Instrução até 15 dias.

4º. Julgar, guardadas as fórmulas dadas pelo Regulamento, as faltas praticadas pelo

²² Até 1850 a responsabilidade de avaliar, fiscalizar e administrar punições aos professores (quando necessário) era competente as Câmaras municipais e aos Juizes de Paz de acordo com a lei de 05 de março de 1835. Que previa em seus art. 26 e 27 a transmissão de informações sobre a frequência dos alunos ao Juiz de Paz e a realização de avaliação dos discentes, ao final de cada ano letivo, diante da Câmara Municipal (FRANCO, 1880, p.137-141).

²³ Grifo nosso

professores e impor-lhes as penas de repreensão, multa até 30\$000 réis, suspensão e demissão nos casos, e pela forma designada na Lei número 508 de 16 de junho deste ano.

§4º. Os Inspectores de Distrito serão escolhidos entre as pessoas de reconhecida ilustração. Suas atribuições serão definidas pelo Regulamento, devendo compreender essencialmente as seguintes:

1º. Inspeccionar, instruir e dirigir todos os empregados da Instrução Pública, assim como aos estabelecimentos particulares de instrução do seu Distrito.

2º. Prestar ao Inspetor Geral todas as informações, esclarecimentos e mapas que lhes forem determinados pelo Regulamento, ou por ordem ou despacho do mesmo Inspetor (SERGIPE, 1858, págs. 27 e 34).

A inspetoria em Sergipe, determinava de uma vez por todas, que as práticas de ensino presentes no então Brasil Império, seriam observadas de perto, para garantir que respeitasse a educação uniforme que o Estado pretendia.

As pessoas escolhidas para a inspeção tornaram-se empregados públicos e eram escolhidos mediante “reconhecida ilustração”, ou seja, eram sujeitos reconhecidos intelectualmente ou que possuíam uma estreita relação com algum membro do governo sergipano. Dessa forma, não havendo um critério a ser seguido na escolha dos agentes fiscalizadores, a Inspetoria Geral da Instrução, de início, não atinge a credibilidade desejada. E no que tange à educação doméstica, Vasconcelos (2004), afirma que não houve uma investigação mais sistemática nessas casas de ensino, pois, a supremacia da classe social predominantemente assídua dessa prática constituía-se num obstáculo durante o processo de observação pelos inspetores.

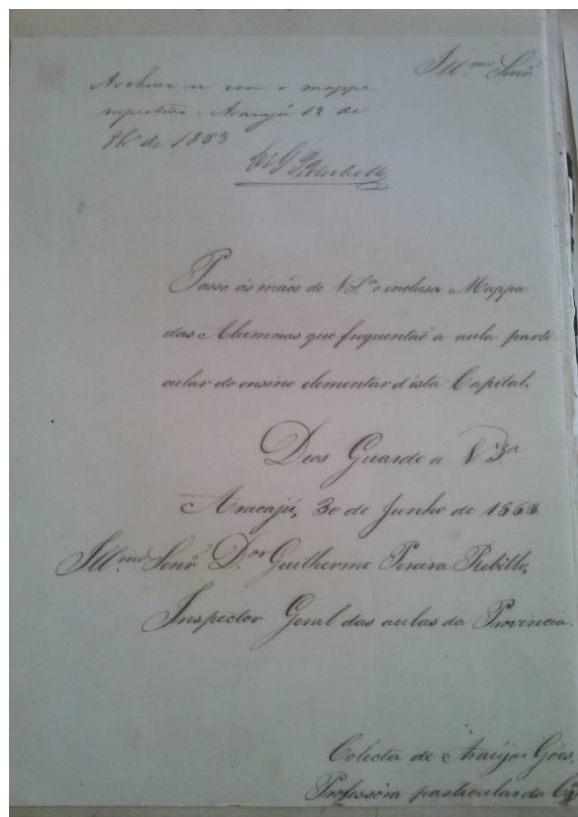
As próprias condições estruturais de tal órgão colaboravam em sua descrença como agente fiscalizador. Mesmo assim, pressionada por alguns setores da sociedade, entre eles, políticos, jornalistas e professores públicos, a inspetoria vai, pouco a pouco, ocupando os espaços previstos para sua atuação, porém, sempre demonstrando reservas à interferência direta na educação da Casa, estabelecendo-se relações que parecem respeitar a posição das elites quanto aos ensinamentos de seus filhos (VASCONCELOS, 2004, p.272).

Além de muitos agentes preferirem não intervir na busca pela delimitação do espaço daqueles que defendiam a liberdade de ensino, e conseqüentemente a educação doméstica, era difícil conseguir identificar as casas em que acontecia essa prática educacional. Mesmo a província de Sergipe sendo pequena, o trabalho de explorar locais particulares em que acontecia a instrução e a informalidade com o qual era praticada, transformava essa função num trabalho árduo, e impossível de ser acabado.

Entre os documentos presentes no Arquivo Público de Aracaju, encontra-se relatórios dos inspetores da instrução do estado, a maioria dos que foram observados por nós, são de casas de ensino público²⁴, já que quase todas as escolas regidas pelo Estado não possuíam prédio próprio

para tal fim. Porém, encontramos registros de inspeção em casas de aulas particulares, como o exemplo exposto abaixo:

Figura 22 - Inspeção



Fonte: Arquivo Público, 1863.

Conforme a figura 22: “Passo às mãos de V.S.ª o incluso mapa as alunas que frequentam a aula particular do ensino elementar desta capital. Deos guarde a V.S.ª. Aracaju, 30 de junho de 1863. Ilmo Sr. Dr. Guilherme Pereira Rebelo. Inspector Geral das aulas da província. Colecta de Araújo Góes. Professora Particular da Capital (SERGIPE, Mapa de frequência, GÓES, 1863).”

As aulas particulares realizadas no interior das casas do aluno ou do professor, deveriam sofrer a intercessão do agente fiscalizador do Estado, na tentativa de trazer para si a responsabilidade da organização do ensino. Para tal fim, aqueles que lecionavam deveriam buscar

²⁴ Torna se indispensável relatar que ao longo desse trabalho estamos tratando do ensino em casa não só como um prédio, mas sim a uma moradia familiar seja do (a) mestre, seja da família do estudante. No caso dos relatórios dos inspetores, trata-se da imóvel casa, mas adaptado para a instituição escola. Situação bastante precária em função do pouco investimento na construção de prédios escolares específicos para o fim.

autorização junto ao governo da província facilitando, assim, o trabalho do inspetor. Contudo, muitos mestres não faziam a declaração da existência dessa prática, e ainda havia casos em que a educação doméstica não possuía requisitos para ocupar a lista de estabelecimento de instrução, ficando de fora da vistoria praticada pelos inspetores. Nesse aspecto vale problematizar os esforços de conceituar o melhor possível as práticas de ensino no espaço doméstico, visto que, ao mesmo tempo em que o estado imperial e, depois, republicano, não podia fazer vistas grossas à sua existência, também se via vencido de acompanhar as numerosas práticas de ensino doméstico realizadas pelas mais diferentes qualificações de professores e professoras. Vimos nos anúncios da seção anterior que os professores e professoras primavam por exaltar suas qualificações morais e profissionais, mas e aqueles (as) pessoas que só por saber ler e escrever se sentiam na condição de ensinar em suas casas? Portanto, podemos admitir que foram realizadas sistematizações por parte do estado para fiscalizar o ensino doméstico, no entanto, a prática parece ter se alastrado que também fugiu de seu controle passando, assim, a uma prática bastante informal. Nesse sentido e muito provavelmente, o trabalho de garimpo do historiador da educação será sempre incompleto, pois tais realidades deixaram vestígios na memória coletiva, o qual exigirá outros caminhos investigativos que aqui não foram percorridos. Por ora, as fontes documentais nos informam que...

Art. 144. As aulas ou casas de educação particular que atualmente existem podem continuar independentemente de solicitarem novas licenças, ficando, todavia, sujeitos à inspeção e penas do presente Regulamento.

Art. 145. Não serão sujeitas à inspeção nem às obrigações deste Capítulo, aquelas senhoras que, vivendo no seio de suas famílias, tomarem alunas para lhes ensinar os primeiros rudimentos de educação, salvo se por anúncios derem ao seu ensino o caráter de um estabelecimento de instrução (SERGIPE, 1858, págs. 52 e 57).

Uma característica da educação doméstica do século XIX, pode ser observada nos artigos acima. Primeiro, o próprio estado admite a possibilidade da existência do ensino em casa particular sem o seu consentimento e, de certa forma, livrando de sua fiscalização, pois apesar de dizer que estavam sujeitos à fiscalização, como poderão ser cobrados de algo que fico por sua conta e risco? Porém, muitas senhoras, professoras públicas, ou não, costumavam reunir crianças que viviam no entorno de sua residência, para ensinar-lhes o básico da instrução. É claro que, apenas as que os pais podiam cobrir as despesas dessa aprendizagem frequentavam o tal espaço de educação. Vale destacar que são senhoras que vivem no seio familiar, o que nos permite inferir que a condição dessa mestra deveria sempre ter o respaldo da estrutura familiar.

Mas, segundo esse mesmo artigo (145), caso houvesse o anúncio dessa aula em algum periódico, o que era mais comum, a casa perdia o caráter informal e tinha que seguir as regras impostas na legislação como se fosse qualquer estabelecimento de educação. Nesse caso, também

podemos inferir que o que coletamos nos anúncios de jornais é apenas uma pequena amostra da realidade da educação doméstica do estado de Sergipe.

Dessa forma, o poder local buscava formalizar de vez a educação doméstica, garantindo-lhes os mesmos princípios educacionais presentes nas escolas estatais. Então, ao limitar a sua participação no cenário que estava por vir, via-se cada vez mais encurralada e destinada a aceitar sua nova condição.

Convivendo com a escola formal desde a instituição dessa, a educação doméstica concebia, até então, com clareza, qual era a sua função e a quem se destinava na Casa, baseada na convenção social existente. A partir dos projetos centralizadores do Estado, a educação doméstica começa a sofrer pressões para limitar seu âmbito de atuação e vê crescer os movimentos pela escolarização da população (VASCONCELOS, 2004, p.277).

Apesar de as mudanças no ensino da casa terem sido gradualmente incorporadas, a resistência perante às normas que o Estado instaurou não impediram que essa prática crescesse, afinal, as tentativas de organização da educação no Brasil eram sempre frustradas, já que para a política dominante, não havia benefícios em sua extinção.

Para Vasconcelos (2004), a intenção de delimitar o território das práticas educacionais e colocá-las sob o amparo do governo, estava galgada na expectativa do Estado tomar as rédeas do que acontecia dentro dessas instituições, de olho nas conquistas político-econômicas que podia conseguir com essas aquisições.

[...] na perspectiva política, a escola pública estatal emerge como afirmação do Governo do Estado sobre o Governo da Casa, mudando o conteúdo e o método de ensino, porém, a essência permanece a mesma, ampliando-se, em termos de acesso, apenas aquilo que não ameaçava o lugar dos privilegiados (Ibidem, p.274).

Objetivando a fiscalização das práticas de educação presentes no período imperial, o Estado propunha leis de regularização e ordem, como o primeiro passo para a centralização do ensino no país. Ora, sabe-se que essa organização somente aconteceu verdadeiramente com o advento da República e a instauração do novo modelo de escolarização da “ordem e do progresso”.

Neste sentido, o governo de Sergipe conceitua detalhadamente as práticas de educação que acontecem na província, para tornar bem claro a quem se destina os fundamentos da legislação assentada e, definindo assim, até onde irá alcançar. O recorte abaixo é da lei instituída por Francisco Jose Cardozo Junior, então presidente da província sergipana, que aperfeiçoou a lei proposta por Dr. João Dabney d’Avellar Brotero e impôs à sociedade na década de 1870.

Art. 5º. A Instrução Pública ou Particular será sempre dada na conformação das instituições do país, sendo aquela sob a imediata direção do Governo e esta simplesmente por ele inspecionada.

Art. 6º. A Instrução será difundida:

1º. Por Escolas Públicas e Particulares de Instrução Primária;

2º. Por Aulas Avulsas Públicas de Instrução Secundária;

3º. Por um Estabelecimento Oficial da mesma instrução;

4º. por aulas particulares ²⁵ (SERGIPE, 1870, s/p).

Destaca-se entre a descrição das instituições educacionais presentes no estado, a educação doméstica no item 4º. Observamos que ela está em uma categoria separada dos demais estabelecimentos de instrução. Não é um colégio particular, nem público e também não é um Estabelecimento Oficial da mesma instrução. Portanto, sendo uma prática já consagrada em Sergipe, recebe um lugar no Regulamento Orgânico da Instrução da Província de Sergipe.

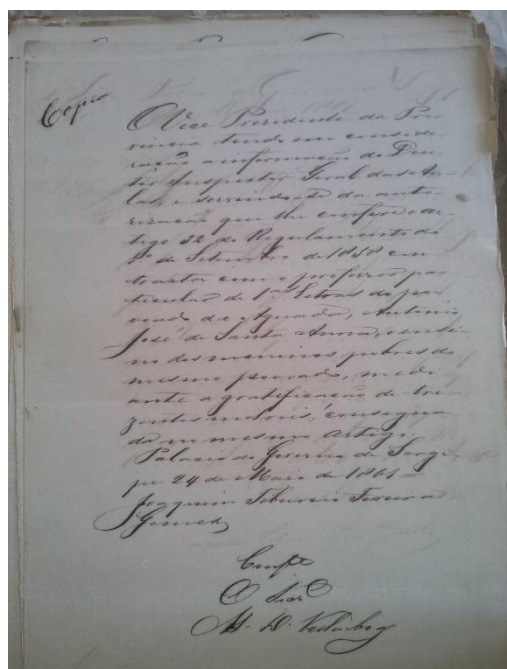
A interferência do Estado na educação doméstica vai pouco a pouco, não apenas afirmando-a ainda mais, acaba por também promover outros debates educacionais, que imbuídos de ordem centralizadora, estendia-se rumo a um novo século, com novas diretrizes e velhas resoluções dissolutas.

A questão da submissão da Casa ao Estado, porém, é um movimento lento, com avanços e recuos, que não pode ser simplificado, pois apesar dos artigos publicados nos periódicos do final da década de 80 de Oitocentos apontarem para a ascendência do Estado não só sobre a Casa, mas sobre todas as instituições que pretendiam ser educativas, a população e as elites, de maneira geral, não abrem mão de seus professores particulares e preceptores imediatamente, [...] demonstrando que as ideias levavam algum tempo para se tornarem ações, principalmente em um país como o Brasil de Oitocentos, em cujo momento histórico, várias transformações se anunciavam (VASCONCELOS, 2004, p. 295).

Em meio à disputa pela livre instrução, os professores públicos, privados e da casa, desempenhavam papel fundamental no julgamento dos inspetores da província sergipana. Muitos avaliadores escreviam em seus relatórios, não somente a precariedade em que muitas vezes o ambiente de ensino se encontrava, se fosse este o caso, como também teciam comentários sobre os métodos utilizados pelos professores nas aulas e o contorno sobre o qual a aprendizagem acontecia. Alguns professores públicos inclusive, eram destituídos de seus cargos, caso o presidente da província acatasse uma recomendação do inspetor. Encontramos aliás, documentos em que um professor particular podia receber remuneração do governo para lecionar onde não houvesse estabelecimento de instrução ou alguém hábil para assumir a cadeira de uma instituição já existente.

²⁵ Grifo nosso.

Figura 23 – Contratação



Fonte: Arquivo Público, 1858

Conforme a figura 23:

“O vice-presidente da província tendo em consideração a informação do doutor inspetor geral das aulas e servindo-se da autorização que lhe confere o artigo 32 do regulamento de 1 de setembro de 1858 contratou com o professor particular de 1^{as}. letras do povoado de Aguada, Antônio José de Santa Anna, o ensino dos meninos pobres do mesmo povoado, mediante a gratificação de trezentos mil réis, consignada no mesmo artigo (SERGIPE, Contratação, GOMES, 1858).”

Nesse documento oficial é possível notar que o vice-presidente da província autoriza a permuta de um professor particular, possivelmente que leciona aula doméstica privada, para o ensino de meninos num povoado. Apesar de não estar claro no texto, entende-se que se ele irá prestar serviço para o Estado, pois era comum a contratação provisória de professores particulares para ensinar em cadeira pública. Com o tempo, a cadeira acabava tornando-se pública e o mestre acabava por se tornar um funcionário público, temporariamente ou indefinidamente.

Aos professores, também, cabia um papel principal. Como agentes do Estado, eles deveriam diferenciar-se daqueles que se ocupavam da educação doméstica e constituírem-se num quadro especializado e diferenciado. Para isso, são estabelecidas diversas regras, que davam a direção dessa atividade, sendo que o princípio de todas era que o professor, sob a responsabilidade do Governo do Estado, não mais podendo contar com a vigilância da Casa, deveria ser fiscalizado para que cumprisse com os deveres estatuídos. O desafio, com relação aos

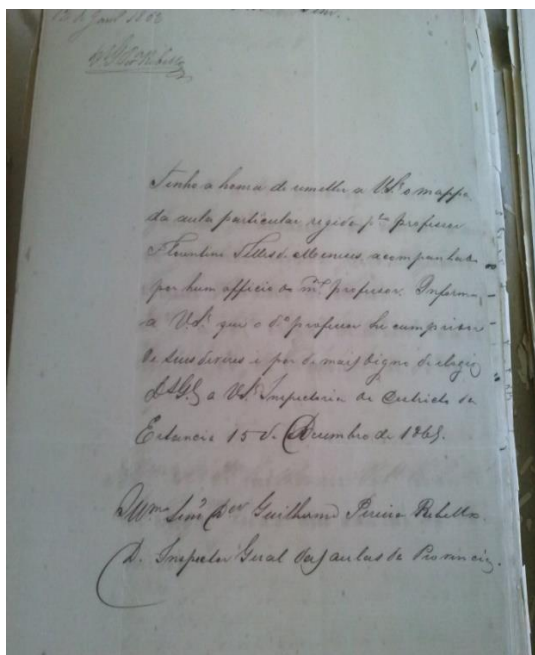
professores, não se fazia apenas na fiscalização, mas partia da própria carência existente de pessoas dispostas ao exercício dessa atividade sob o Governo do Estado (VASCONCELOS, 2004, p.271).

Sob pena de atraso de salário e ambiente insalubre, muitos professores não queriam deixar o ensino particular e ocupar uma cadeira pública, mas, de acordo Vasconcelos (2004), a intervenção do Estado na educação doméstica, estava composta por intenções que visavam também a intromissão da liberdade da profissão docente nesta prática educacional, pois, já que a lei impunha que um professor público não podia dar aulas particulares, muitos preferiam somente por esta última, pelos benefícios recebidos nesta função.

Todavia a pressão que partia de diversos setores da sociedade pelo ensino livre, baseada na idéia de que “ensina quem quer ensinar, o que quer ensinar, como quer ensinar e onde quer ensinar”, assegurava, à Casa e a seus mestres, a continuidade de seus espaços de educação. Entretanto, a discussão da “obrigatoriedade do ensino e liberdade no ensino” despertou questões e trouxe à tona as deficiências dos sistemas educacionais existentes, deficiências essas que não mais podiam ser simplesmente deixadas de lado (Ibidem, p.294).

Apesar das discussões sobre quem, como, quando e onde acontecer o ensino, a inspeção às casas em que aconteciam aulas particulares continua. Além de enviar o mapa de frequência dos alunos que frequentavam a educação doméstica, os inspetores continuavam a prestar atenção aos métodos de ensino que o mestre detentor da aula apresentava. Diante do que observava, podia tecer elogios ou deferir duras críticas.

Figura 24 - Mapa de aula



Fonte: Arquivo Público, 1868.

Conforme a figura 5: “Tenho a honra de remeter a VS^a o mapa da aula particular regida pelo professor, acompanhada por um ofício do mesmo professor informando que o professor e cumpridor de seus deveres e por demais digno de elogios (SERGIPE, Mapa de aula, REBELLO, 1868).”

Essas deficiências ficavam cada vez mais óbvias e, eis que ainda na lei estabelecida por Francisco Jose Cardozo Junior (1870) sobre a instrução pública e particular primária e secundária, há um acréscimo no Art. 52. A fiscalização ao espaço de educação em que professores lecionem em particular os próprios parentes ou membros da família de outrem, desde que o objetivo desse ensino seja discreto e do conhecimento apenas das pessoas envolvidas.

Art. 52. Não serão sujeitos à inspeção, nem às obrigações deste Capítulo aqueles professores que ensinarem em família, muito embora formem os seus alunos de membros de outras famílias sendo contratados previa e exclusivamente para o ensino delas, e não dando um caráter público por anúncios ou convite de qualquer forma à sua aula. Neste caso, porém, cumpre ao chefe da família que há contratado o Professor, e em cuja casa houver lugar a aula, remeter anualmente à Diretoria Geral da Instrução Pública até o dia 8 de dezembro de cada ano um mapa dos alunos que se educarem na escola doméstica e do seu estado de adiantamento, sob pena de multa de 30 a 60\$000 (SERGIPE, 1870, s/p)

O recuo que o Estado dá na interferência da educação doméstica, parece refletir as tentativas frustradas de organização do ensino. A lei que funda a inspetoria da instrução em Sergipe, não contava com os inúmeros percalços que alcançaria. Não apenas de impasses entre os que apoiavam o ensino da casa, como a igreja e as famílias dos envolvidos, pessoas de uma classe com alto poder aquisitivo, mas também enfrentavam problemas no cumprimento e execução de cada artigo e parágrafo instituído. Ora, é claro que as leis foram feitas para serem cumpridas, no entanto, será mesmo que o mapa de alunos junto com o nível em que os aprendizes encontravam-se ao final do ano letivo, era entregue pelos pais dos alunos que frequentavam as aulas particulares? Se não havia conhecimento dessas aulas, como haveria multa?

Fazer valer a legislação em um período em que a precariedade de inúmeros serviços se fazia presente era das tarefas mais difíceis. Em 1871, um ano após a resolução ter sido homologada pelo presidente da província Francisco José Cardozo Junior, houve nas páginas do jornal Diário de Aracaju, a cobrança por parte do secretário da Instrução Pública, Severiano Cardozo, que o mapa de frequência dos alunos que frequentavam as aulas particulares sem caráter público fosse entregue. No anúncio, o secretário lembrava aos mestres particulares o que havia sido estabelecido e que na falta do mapa até a data acordada, uma aplicação de multa seria feita, como fora determinado.

Figura 25 - Instrução Pública

Instrução pública.

De ordem do illustrissimo sr. dr. director geral da instrucção da provincia, chamo a attenção de todos os srs. professores do ensino primario elementar, primario superior e secundario distribuido pelas cadeiras avulsas para as disposições dos §§ 3.º, 4.º e 5.º do art. 150 do regulamento de 24 de outubro do anno passado, e recomendo-lhes a imprescindivel remessa, no tempo competente, dos orçamentos, relatorios, mappas e relações à que são pelos mesmos obrigados, sob sua immediata responsabilidade.

Outrosim, convido, de ordem do mesmo illustrissimo sr. dr. director geral, os srs. professores particulares da instrucção primaria e secundaria ao cumprimento do quanto a seu respeito dispõe o § 1.º art. 4.º do regulamento citado, enviando até o 1.º de dezembro proximo o mappa indicado n'aquelle §; e aviso-lhes que, no caso de infracção de semelhante dever, ser-lhes-ha imposta a multa que marca o art. 44 do regulamento já citado.

O illustrissimo sr. dr. director geral à quem incumbe a apresentação da estatística da instrucção da provincia, não a podendo confeccionar sem os dados que lhe devem de ser fornecidos pelos funcionarios da mesma, de todos espera o cumprimento fiel do quanto ha determinado pelo presente edital.

Secretaria da directoria da instrucção publica de Sergipe, aos 27 de outubro de 1871.

O secretario,
Sicoriana Cardoso.

Fonte: Jornal do Aracaju, 1871

Conforme a figura 25:

“Da ordem do ilustríssimo sr. dr. director geral da instrução da província, chamo a atenção de todos os srs. professores do ensino primário elementar, primário superior secundário distribuído pelas cadeiras avulsas para as disposições dos §3º, 4º e 5º do art. 152 do regulamento de 24 de outubro do anno passado, e recomendo-lhes a imprescindível remessa, no tempo competente, dos orçamentos, relatórios, mapas e relações à que são pelos mes mos obr i gados, so b sua i medi at a r esponsabi l i dade . Outrosim, convido, de ordem do mesmo ilustríssimo sr. dr. director geral, os srs. professores particulares da instrução primária e secundária ao cumprimento do quanto a seu respeito dispõe o §1º art. 4º. do regulamento citado, enviando até o dia 1º de dezembro próximo o mapa indicado naquele; e aviso-lhes que, no caso de infração de semelhante dever, ser-lhe-há imposta a multa que marca o art.44 do regulamento já citado. O ilustríssimo sr. dr. diretor geral a quem incumbe a apresentação da estatística da instrução da província, não a podendo confeccionar sem os dados que lhe devem de ser fornecidos pelos funcionários da mesma, de todos espera o cumprimento fiel do quanto há determinado pelo presente edital (IHGSE, Jornal do Aracaju, 1871).”

No mês de abril do ano seguinte (1872), o relatório foi exposto nas páginas do jornal Diário de Aracaju:

Figura 26 - Escolas

ESCOLAS PRIMARIAS PARTICULARES E FAMILIARES

Dos mappas remetidos á esta directoria consta a existencia de 19 escolas primarias particulares, e 7 familiares ou domesticas.

Creio que existem ainda outras, principalmente da segunda especie, cujos mantenedores ignorando a disposiçao do art. 52 do regulamento da instrucção, não me hão remettido os seus mappas.

Informar-me-hei melhor para lhes applicar a respectiva multa.

Fiz, devo dizê-lo á V. Exc., tudo quanto em mim coube para organizar a melhor estatistica do ensino particular; mas, parece-me, não fui plenamente satisfeito nos meus esforços.

A matricula e frequencia d'essas aulas vão indicadas adiante.

Tratando do ensino particular, não posso recusar-me á manifestação de uma dura verdade: a escola particular primaria avanta-se, em geral, á escola publica primaria na provincia.

A certeza da retribuição aqui, sem dependencia do credito que se possa conquistar o professor, e a incerteza d'essa retribuição ali, seguindo ella a proporção do credito que se adquire o instituidor, pelos seus esforços, são a causa da differença. O que é incontestavel é que na escola particular ha mais esforço, e que se todos podessem pagar o mestre, a escola publica em muitas localidades ficaria deserta. A pobreza, e somente a pobreza, em uma provincia em que falecem os recursos, é a causa unica da conservação das cifras das matrículas nas aulas publicas de certas localidades, ao lado das aulas particulares cuidadosamente regidas.

Fonte: Jornal do Aracaju, 1872

Conforme a figura 26:

“Dos mapas remetidos à esta diretoria consta a existência de 19 escolas primárias particulares e 7 familiares ou domésticas. Creio que existem ainda outras, principalmente da segunda espécie, cujos mantenedores ignorando a disposição do art. 52 do regulamento da instrução, não me hão remetido os seus mapas. Informar-me-hei melhor para lhes aplicar a respectiva multa. Fiz, devo dizê-lo à V. Exc. tendo quanto em mim coube para organizar a melhor estatística do ensino particular; mas, parece-me, não fui plenamente satisfeito nos meus esforços. A matrícula e frequência dessas aulas vão indicadas adiante. Tratando do ensino particular, não posso recusar-me à manifestação de uma dura verdade; a escola particular primaria avanta-se, em geral, à escola publica primaria na provincia. A certeza da retribuição aqui, sem dependência do crédito que se possa conquistar o professor, e a incerteza dessa retribuição ali, seguindo ela a proporção do crédito que se adquire o constituidor, pelos seus esforços, são a causa da diferença. O que é incontestável é que na escola particular há mais esforço, e que se todos pudessem pagar o mestre, a escola pública em muitas localidades ficaria deserta. A pobreza, e somente a pobreza, em uma província em que falecem os recursos, é a causa única da conservação das cifras das matrículas nas aulas públicas de certas localidades, ao lado das aulas particulares cuidadosamente redigidas. Tratando do ensino particular, não posso recusar-me à manifestação de uma dura verdade; a escola particular primaria avanta-se, em geral, à escola publica primaria na provincia (IHGSE, Jornal do Aracaju, 1872). (IHGSE, Jornal do Aracaju, 1872).”

Percebe-se que a intenção do presidente da província até era de tentar organizar o ensino no estado, exigindo documentos comprobatórios de funcionamento de cada estabelecimento de ensino sob pena de multa. Ele desejava fazer um relatório de todas as instituições de ensino que havia em Sergipe em 1870-1871, numa arriscada jogada para controlar a educação aqui aplicada.

A frustração do diretor da Instrução Pública fica evidente no decorrer do texto, a iniciativa de distinguir as práticas de educação realizadas no estado não pôde ser concluída. A dificuldade em mapear, principalmente as aulas avulsas particulares, era um empecilho na direção do objetivo do Estado no Brasil Imperial, de regular a educação que acontecia em âmbito doméstico.

O objetivo último no processo de construção do Império do Brasil não era substituir o Governo da Casa por meio da centralização, mas estar em contato permanente com ele, romper seu isolacionismo para poder vigiá-lo e dirigi-lo, através de uma rede administrativa formada por diversos agentes (MATTOS, 1994 apud VASCONCELOS, 2004, p.272).

Segundo o próprio direito da Instrução Pública, as aulas particulares, e nelas estão inclusas a educação doméstica realizada pelas famílias e professores avulsos, bem como as escolas privadas, destacavam-se em relação ao ensino público. Então, aumentava cada vez mais, a ambição em controlar esses espaços educacionais e agregá-los aos estatais, extinguindo as claras evidências de superioridade instrucional de iniciativa da classe privilegiada.

Ao apresentar o quadro de matrículas daquele ano (1872), o diretor é enfático ao expor que o problema da baixa frequência dos alunos é a inabilidade de instruir dos professores. Ele propõe que estes frequentem uma escola normal para aperfeiçoar seu método de ensino, e mostra que em outros países a capacitação dos mestres é fator primordial para supremacia da educação. Fator em que as aulas particulares se sobressaíam, já que a realização das aulas dessa natureza era acompanhada de perto pelos exigentes pais e, financiadores dos alunos.

[...] Assim, Manoel Luiz informou que havia as aulas públicas e contratadas que atendiam alunos: do sexo masculino – 2.396 e do feminino – 1.460, totalizando 3.856; **aulas particulares familiares e domésticas conhecidas: sexo masculino – 326 e feminino – 140 = 466²⁶**; aulas do ensino superior: Estância – 52 e Laranjeiras – 30, total 82; aula de primeiras letras da companhia de aprendizes marinheiros – 69 alunos; aula do curso noturno (Atheneu) – 44 alunos, 81 matriculados; aula noturna Engenho Novo -15 alunos (RELATÓRIO: matrícula e frequência das aulas primárias, Jornal do Aracaju, Sergipe, ano 3, n. 258, 6 abril 1872, p. 1 in AMORIM, 2012, p. 91)

Diante da realidade de que o ensino particular e doméstico possuía melhores resultados que o público, o retrocesso do Estado no processo de inspeção à esfera privada e familiar acontece.

²⁶ Grifo nosso

É certo que as constantes mudanças presidenciais da província sergipana não colaboram com a continuidade de um projeto voltado para a melhoria da educação no estado e, neste sentido, muitas vezes as leis instituídas sofrem alterações.

Assim, o regulamento em 1874, estabelece que:

Art. 2º. É livre a instrução particular de qualquer grau, sem outras exigências com relação às escolas particulares, mais do que as informações necessárias à estatística e à inspeção ordinária feita anualmente no tocante à moralidade e à profissão de um ensino subversivo da ordem pública, e com relação às escolas estabelecidas no seio das famílias mais do que as informações para a estatística (SERGIPE, 1875, págs. 24 e 25).

Com essa modificação, a fiscalização da educação doméstica e outras esferas privadas estava suspensa. É justamente nos anos que sucedem as últimas décadas oitocentista, que o ensino da casa irá se firmar definitivamente. O número de anúncios de aulas particulares e instrução primárias nas páginas dos jornais, cresce consideravelmente.

A aceitação da interferência do Estado na educação é, no entanto, um movimento lento e dialético, que ora avança e ora recua, fazendo com que as formas de educação doméstica e de educação escolar permaneçam concomitantes, às vezes, sob tensão, outras vezes absolutamente demarcadas, durante todo o Brasil Imperial, em movimentos refletidos nas concepções de educação e instrução [...] (VASCONCELOS, 2004, p. 275).

O recuo do Estado para com as questões que debatiam acerca do ensino doméstico particular, é justamente uma oscilação entre as percepções que o novo governante de Sergipe tinha. Ao pregar a liberdade das práticas educacionais, o então presidente da província Cipriano de Almeida Sebrão (1875-1876), buscava mostrar através de seus atos regulamentais, aquilo que pretendia com a Instrução Pública do estado.

A finalidade deste governo pode ser percebida pelas ações não somente em relação a brandura da lei para a educação doméstica e as escolas particulares, mas também, pelas palavras ditas pelo presidente da província nos relatórios oficiais apresentados na Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe.

O trecho de um desses discursos, sobre a Instrução do estado revela que:

Figura 27 - Fontes da Instrução

Em relação ás mais populosas, ás mais extensas e ás mais ricas Províncias do Imperio, Sergipe é a Província que tem mais escholâs, que conta mais alumnos, e que com elles gasta mais de sua mesquinha receita. Há sede de saber no povo, e os poderes provinciaes não pensam de estancar as fontes da instrução; ao contrario sem olhar á sacrificios trabalham afanosos em abrir novas fontes para regeneração do povo ignorante.

Escolas publicas e escholâs particulares para um e outro sexo, escholâs diarias, nocturnas, para creanças, para adultos e até para escravos; as ha tambem de iniciativa individual, e outras sustentadas por sociedades, umas e outras de ensino gratuito; tal é o lisonjeiro aspecto da instrução nos centros mais populosos da provincia.

Fonte: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>

Conforme a figura 27:

Em relação as mais populosas, as mais extensas e as mais ricas Províncias do Império, Sergipe é a Província que tem mais escolas, que conta mais alunos, e que com eles gastam mais de sua mesquinha receita. Há sede de saber no povo, e os poderes provinciais não pensam de estancar as fontes da instrução; ao contrário sem olhar a sacrificios trabalham afanosos em abrir novas fontes para regeneração do povo ignorante. Escolas públicas e escolas particulares para um e outro sexo, escolas diárias, noturnas, para crianças, para adultos e até para escravos; há também as de iniciativa individual, e outras sustentadas por sociedades, umas e outras de ensino gratuito; tal é o lisonjeiro aspecto da instução nos centros mais populosos da província (SERGIPE, Relatório, SEBRÃO, 1876, p. 6).

Interessante o modo de pensar do presidente, por ser a província com maior número de escolas, segundo ele, será que os níveis de alfabetismo entre a população não deveriam também serem os melhores? Nesta fala não está em pauta o enorme número de faltas, a precariedade dos locais de ensino (falta de higiene, espaço, mobiliário e material), e a desqualificação dos agentes de ensino.

Realmente, durante as pesquisas documentais relacionadas a quantidade de escolas no estado, percebe-se o quão grande eram esses números, e o quanto eram variadas também, porém, somente a estatística não pode definir a situação da instrução de um local. Muitas outras variáveis necessitam serem colocadas em questão. Sem mencionar os dados ocultos da presença da educação doméstica em todo o território, ou seja, não se pode mensurar a qualidade da educação pela quantidade.

A dificuldade em administrar a variedade de estabelecimentos de ensino presentes em Sergipe, abre possibilidade para que novas instituições sejam abertas. Ao mesmo tempo em que pretende fiscalizar todas elas, o governo provincial se vê diante do obstáculo tomado por essa enorme abundância e, claro, sai em desvantagem, principalmente no crescimento acelerado de casas e prédios de instrução particular.

O Estado na tentativa de organizar o ensino, não cria somente expectativas através de seus governantes, encontra também dois embates importantes que impedem essa realização: família e igreja.

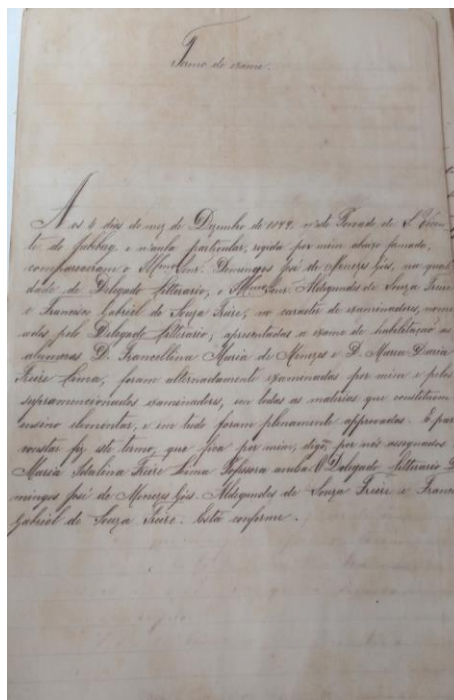
Conseqüentemente, tal discussão vai encaminhar uma separação entre educação e instrução. Se, para a educação doméstica, educar significava estabelecer princípios morais, desenvolver, formar e instruir os sujeitos, a partir dos conhecimentos acumulados pela humanidade, preparando-os para os seus devidos papéis sociais, da escola formal, a Casa esperava apenas o cumprimento do aspecto relacionado à instrução, conservando-se os demais no espaço doméstico e para os quais ficariam incumbidos os próprios familiares (VASCONCELOS, 2004, p. 278).

De acordo com Vasconcelos (2004), havia defensores das inúmeras vertentes acerca deste assunto: casa e Estado, todavia o debate central comumente acentrava entre a família. Para os que defendiam a importância da educação sob os olhos atentos dos familiares, o ensino podia ser melhor aproveitado se fosse realizada no seio caseiro, normalmente feita por um parente. Os argumentos eram variados, porém, os aspectos relacionados aos princípios morais eram os mais proclamados.

Em Sergipe, havia famílias que em âmbito doméstico, realizavam aulas para parentes, e não raras as vezes, abriam as aulas para a comunidade. Nas pequenas vilas das províncias as notícias espalhavam-se rapidamente, então se alguém ficava sabendo que havia uma pessoa habilitada para tomar lição, e a escola mais próxima era distante, ou inexistente, é certo que as crianças iriam frequentar esse local. Certamente por meio de um valor estipulado.

O termo de exame abaixo pode ser um exemplo dessa educação doméstica em seio familiar. Percebe-se que a maioria dos envolvidos na aula particular, possuem o mesmo sobrenome. Estamos conscientes de que pode haver uma coincidência neste sentido, mas, tratando-se de uma época em que o patriarcalismo imperava, deve-se desconfiar das casualidades.

Figura 28 - Exame



Fonte: Arquivo Público, 1879.

Conforme a figura 28:

Aos 4 dias do mês de dezembro de 1879, n'este Povoado de S. Vicente de Jabibery e na aula particular, regida por mim abaixo firmada, compareceram o Ilmo Senr. Domingos José de Menezes Góes, na qualidade de Delegado Literário, o Ilmo Senr. Aldegundes de Souza Freire e Francisco Gabriel de Souza Freire, no caráter de examinadores, nomeados pelo Delegado Literário; apresentadas ao exame de habilitação as alunas D. Francellina Maria de Menezes e D. Maria Daria Freire Lima, foram alternadamente examinadas por mim e pelos supramencionados examinadores, em todas as matérias que constituem o ensino elementar, e em tudo foram plenamente aprovadas. E para constar fiz este termo que fica por mim, digo, por nós assignados. Maria Idalina Freire Lima professora avulsa [...] (SERGIPE, Termo de Exame, LIMA, 1879).

Percebe-se que ao relatar os presentes na realização do exame, há indícios de haver parentesco entre professores e alunos. Essa é uma característica da educação da casa: aula particular realizada por professora avulsa, e poucos alunos frequentando.

Após a realização de diversos atos regulamentais na legislação da Instrução Pública sergipana no Império, com o intuito de organizar o ensino e definir todos os âmbitos educacionais presentes na província, a concretização de avanços significativos nesta direção não foi conquistada. Contudo, aqueles que administravam a Instrução Pública de várias províncias do Brasil, vinham sofrendo pressão para que a escolarização da população ganhasse contornos definitivos e com qualidade.

Com o advento da República (1889), a sociedade sergipana, assim como a de todo o país, ansiava por mudanças determinantes, principalmente educacionais. Vejamos o que a primeira legislação de Sergipe para o ensino Primário, Secundário e Normal abordava, acerca da instrução particular (1890):

Art. 331. Enquanto não for obrigatória a frequência das escolas públicas, é livre a todo brasileiro ou estrangeiro ensinar particularmente quaisquer matérias independente de provas de habilitação.²⁷

Art. 332. Nas localidades onde se instalar a obrigatoriedade do ensino, cessará logo a liberdade concedida pelo Artigo antecedente, devendo o Preceptor mostrar-se habilitado, segundo este Regulamento, perante a Diretoria Geral, nas matérias que se propuser a ensinar.

Art. 333. Num ou noutro caso, serão obrigados os Professores ou Diretores de Casas de Educação às condições seguintes:

- a) Comunicar à Diretoria Geral diretamente ou por intermédio de seus Delegados, a data da abertura do estabelecimento, os nomes dos Professores, o programa e o método do ensino;
- b) Franquear às autoridades competentes a inspeção do estabelecimento a fim de observarem o método adotado e verificarem se são preenchidas as condições de higiene e moralidade;
- c) Remeter ao Diretor Geral ou aos seus Delegados mapas trimestrais da frequência das diferentes aulas, e no fim do ano letivo uma relação dos aprovados em cadamatéria.

Art. 334. Infringida alguma das disposições precedentes, serão os Professores ou Diretores de Casas de Educação avisados pelas autoridades do ensino incorrendo na multa de 40\$ a 50\$ os que reincidirem. Destas multas haverá recurso voluntário para o Governo do Estado.

Art. 335. Sendo insuficiente a pena do Artigo precedente, ou havendo ofensa à moral, será o delinquente submetido a processo disciplinar perante o Conselho da Instrução que poderá impor nova multa até cem mil réis, no primeiro caso, e mandar fechar perpetuamente o estabelecimento no segundo.

Art. 336. Das provas de habilitação exigidas pelo Artigo são dispensados:

- a) Os Alunos-Mestres diplomados, segundo este Regulamento até três anos contados da data do diploma ou do último exercício do magistério;
- b) Os Professores Primários jubilados;
- c) Os Professores do Ensino Secundário quanto às matérias que ensinarem como – funcionários públicos (SERGIPE, 1890, págs. 81, 137, 138 e 147).

O ensino não obrigatório em algumas localidades, dava margem para a continuidade da educação doméstica. O ensino particular continuava destacando-se no cenário sergipano, mesmo com o grande número de escolas públicas no estado. A família que escolhia a educação doméstica para seus filhos, acreditava estar fazendo o melhor para eles, dando uma instrução de qualidade e livre dos males que a massa podia trazer.

Mesmo com as normas a serem seguidas pelos estabelecimentos privados domésticos, ou não, e o prosseguimento da aplicação de multas em caso de descumprimento da lei, esse tipo de ensino acendia mais e mais.

²⁷ Grifo nosso

Legislação do ensino particular em (1897):

Art. 1º. No Estado de Sergipe é completamente livre aos particulares o Ensino Primário e Secundário, observadas, rigorosamente, as condições de moralidade e higiene.

§1º. Para exercer o magistério particular bastará que o aspirante prove não ter sofrido condenação por crime infamante.

§2º. Para dirigir estabelecimento particular de educação exigir-se-á do proponente essa mesma prova, com o certificado das boas condições higiênicas do edifício, ministrado pela autoridade competente.

§3º. Iniciados os respectivos trabalhos os Diretores desses estabelecimentos serão obrigados a franqueá-los à visita das autoridades do ensino e a remeter à Diretoria Geral mapas semestrais, declarando neles o número dos alunos matriculados, sua frequência, com os quais os programas e livros adotados e os nomes dos Professores.

§4º. Na parte referente ao ensino, a inspeção dos estabelecimentos particulares limitar-se-á a verificar se são cumpridas as disposições regulamentares que dizem respeito à moral e à saúde dos alunos.

§5º. É inteiramente livre e fica isento de qualquer inspeção oficial o ensino que, sob a vigilância dos pais ou de quem fizer as suas vezes, for dado no seio das famílias (SERGIPE, 1897, págs.227 e228).

Nitidamente, algumas mudanças aconteceram entre um regulamento e o outro. Apesar de o ensino particular continuar sendo livre, a rigorosidade para a sua autorização pretende frear a proliferação desse tipo de estabelecimento no estado. Nesse aspecto, destaca-se o atestado de boa higiene dos locais de aprendizagem, prática que vai tornando-se comum no início da República.

Já o ensino realizado em âmbito doméstico e sob os cuidados da família permanece livre das obrigações perante a lei. Entendemos que os governantes pensavam que não havia ninguém mais apto a decidir acerca da educação dos jovens estudantes que os próprios parentes, e por este motivo, decidiam por não interferir nessa prática educativa.

Em livros de matrículas dos anos de 1900 e 1901, podemos ver a frequência nas aulas particulares.

Figura 29 - Ensino Primário

Ensino primario da aula particular nesta capital			
Aluno	Idade	Frequencia	Linha adoptada
...

1900	
Nome da professora	Observações
Maria Antônia F. de Aguiar	...

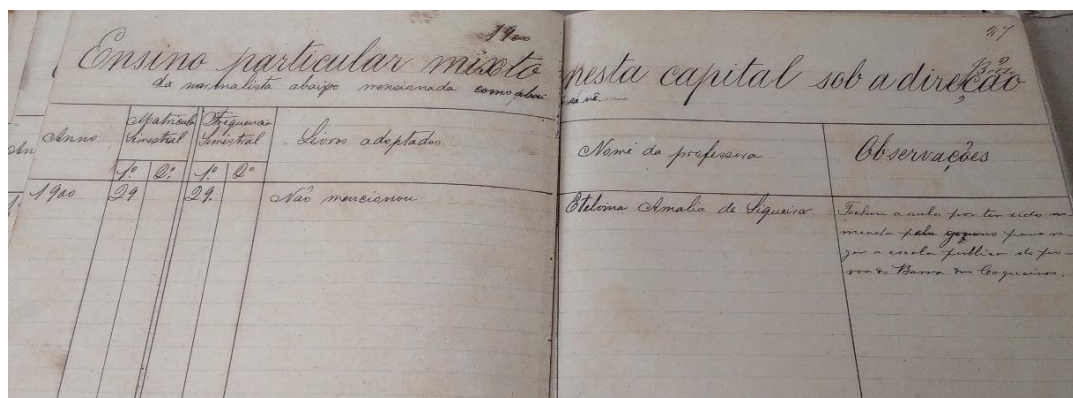
Fonte: Arquivo Público, 1900

Conforme a figura 29: “Ensino Primario da aula particular nesta capital regida pela professora abaixo mencionada do ensino mixto. (SERGIPE, Livro de Frequência, NOGUEIRA, 1900)”

Como podemos observar, no ano de 1900 nesta aula a matrícula foi de 30 alunos. Ano seguinte constavam 29 alunos inscritos. Chamamos atenção para o grande número de alunos matriculados e com frequência também elevada, o que era incomum no ensino público.

Vejamos outra folha de matrícula:

Figura 30 - Ensino Misto



Ensino particular misto				nesta capital sob a direção	
da normalista abaixo mencionada como abase nê*					
Aluno	Matrícula	Frequência	Nome adaptado	Nome da professora	Observações
	1º	2º			
1900	29	29	Não mencionado	Etelvina Amalia de Siqueira	Fechou a aula por ter sido nomeada pelo governo para reger a escola pública da cidade na Barra dos Coqueiros.

Fonte: Arquivo Público, 1900

Conforme a figura 30: “Ensino particular misto nesta capital sob direção da normalista abaixo mencionada como abase nê* (Ininteligível). Etelvina Amalia de Siqueira. Observações: Fechou a aula por ter sido nomeada pelo governo para reger a escola pública da cidade na Barra dos Coqueiros (SERGIPE, Livro de frequência, SIQUEIRA, 1900).”

A professora Etelvina, dona da aula particular, possuía em 1900, matrícula de 29 alunos. Porém, abandonou o ensino doméstico para lecionar na escola pública a convite do governo de Sergipe. Essa preceptora anunciava também nas páginas dos jornais a educação que realizava em casa. Como já foi citado anteriormente, era comum professores particulares receberem oferta para trabalhar na Instrução Pública.

Gostaríamos de mais uma vez declarar que agimos com cautela na distinção da educação doméstica e suas variáveis, pois, trabalhamos com o conceito de aulas particulares realizadas na casa do mestre ou do educando ou no seio familiar. Todavia, entendemos que a educação doméstica no século XIX, principalmente, podia constituir-se em diversos domínios, já que na falta de prédios próprios para o ensino, tanto público quanto particular, a maioria das aulas acontecia nas casas dos professores, em casas alugadas por estes, ou pelo governo. Cremos que o recorte da legislação exposto neste texto, no qual as práticas educacionais presentes no estado são distintas, se mostre convenientemente determinante neste sentido.

Dito isso, percebemos no decorrer da pesquisa documental, o quanto essa distinção é levada a sério nos documentos encontrados. Identificamos que a nomenclatura presente no conjunto de leis

para o ensino de Sergipe é utilizada para definir de que tipo de instituição, estabelecimento, ou prática educacional se trata. Percebe-se nas imagens acima a terminologia “aula particular”, porém, em nenhum momento confundimos esta prática notadamente doméstica privada, com escola particular, pois, no topo de cada folha havia a identificação do que se tratava o exercício de aprendizagem.

Vejamos um exemplo dessa diferença:

Figura 31 - Colégio de Estância



Fonte: Arquivo Público, 1900.

Conforme a figura 31: “Ensino particular no colégio da cidade de Estância regido pela professora abaixo mencionada do sexo feminino (SERGIPE, Livro de Frequência, ANDRADE, 1900).”

É bem verdade que a escola particular, definitivamente havia conquistado seu lugar entre as instituições de educação sergipana. Em meados do início dos novecentos do século XX, a maior parte dos documentos e anúncios em jornais, era de colégios particulares. Por essa razão, a legislação do ensino particular sofre mais uma alteração em (1912):

Art. 74. É livre a qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro no Estado domiciliado, o Ensino Primário ou Secundário, independente de provas de habilitação profissional, sujeitando-se, porém, as seguintes cláusulas:

1º. Comunicar à Diretoria da Instrução Pública a data em que tenha de instalar a escola ou instituto, acompanhando a comunicação, a lista do pessoal docente e documento que provem serem todos vacinados e não sofrerem moléstia contagiosa, assim como estarem isentos de crime infame;

2º. Fazer em Português o ensino de todas as disciplinas;

3º. Franquear sua sala ou estabelecimento à visita e inspeção das autoridades da instrução e da higiene, as quais devem exigir sejam satisfeitas as condições pedagógicas, morais e higiênicas indispensáveis aos institutos dessa natureza;

4º. Só aceitar discípulos que se achem em condições iguais às daqueles que se matriculem nas escolas públicas;²⁸

5º. Enviar à Diretoria da Instrução Pública, mensalmente um boletim da frequência, conduta e aproveitamento dos alunos, lançando em cadernetas a média da conduta

²⁸ Grifo nosso

e do aproveitamento, seguindo em tudo o modelo das cadernetas e boletins admitidos para a Instrução Pública. Nos Colégios, os Diretores enviarão um mapa do movimento de todas as aulas de seu estabelecimento, relativamente a cada mês.

Art. 75. Os Diretores e encarregados do ensino particular que não cumprirem as disposições do Artigo antecedente e outras delas decorrentes, serão multados, depois de prevenidos de suas faltas, pela Diretoria da Instrução Pública na quantia de Rs. 100\$000 a 200\$000, na primeira infração, em Rs 200\$000 a 400\$000 na segunda infração, e na terceira serão forçados a fechar o estabelecimento durante um ano. E não podem, no decurso desse tempo, com o mesmo nome, nem sob a mesma direção e corpo docente, instalar outro estabelecimento ou aula, em nenhuma localidade do Estado.

§Único. Essas multas serão cobradas executivamente, à requisição do Diretor da Instrução ou seus Delegados, pela repartição fiscal do lugar onde funcionar o estabelecimento e serão recolhidos ao Fundo Escolar.

Art. 76. Está fora de qualquer contingência o ensino paternal ou dado aos da família; se, porém, forem admitidos indivíduos estranhos, cai o ensino sob as mesmas injunções.

Art. 77. Os Professores particulares ou Diretores de colégios cujos discípulos primários tiverem feito o exame definitivo perante a comissão nomeada e presidida pelo Diretor da Instrução Pública ou Delegados seus, poderão solicitar, para seus alunos, da Diretoria o diploma de habilitação de que tratam esta Lei e seu Regulamento, uma vez que apresentem para documentar a Petição, o próprio termo de exames assinado pela Comissão Examinadora e reconhecidas as firmas por oficial público competente (SERGIPE, 1912, págs. 60, 63 e 64).

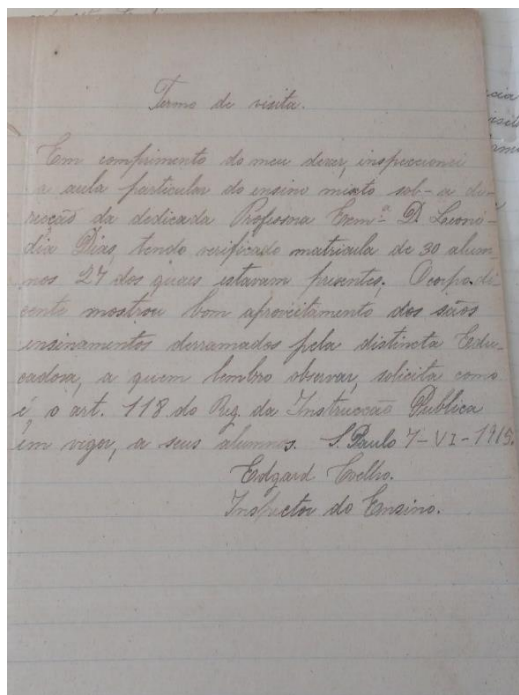
Já no 1º parágrafo observamos uma mudança significativa na oferta de ensino particular. No século XIX, a lei proibia estrangeiros da realização do exame de habilitação para professor, uma tentativa de frear a preferência que muitos pais tinham com os mestres de outros países.

A partir desse novo regulamento, os estrangeiros não precisavam mais oferecer seus serviços de instrução em âmbito doméstico, poderiam assumir vaga em escola particular sem necessitar apresentar exame de habilitação. Estaria o Estado dando um enorme passo para suprimir as práticas educacionais de aulas particulares avulsas, já que estas costumavam angariar muitos alunos da escola pública?

Outro ponto importante a ser mencionado é a intencionalidade do 4º parágrafo, sobre os estabelecimentos de ensino particular admitirem apenas sujeitos que estejam em igual condição com aqueles da escola pública. Seria não aceitar crianças da classe mais elevada? Não sabemos ao certo o que essa prerrogativa desejava, porém, pensamos que nesta legislação específica, o Estado tenta aproximar o ensino da casa com a educação estatal.

Nesta mesma década dos noventa, percebemos que os termos de visita realizados pelos inspetores da Instrução Pública de Sergipe nos estabelecimentos de aulas particulares ficam mais escassos, contudo, sempre que aparecem, tendem a ser compostos por elogios, tanto à casa onde acontece à aula, quanto à professora que a rege.

Figura 32 - Aula



Fonte: Arquivo Público, 1919

Conforme a figura 32:

Em cumprimento do meu dever, inspecionei a aula particular do ensino misto sob a direção da dedicada Professora Exmª D. Leonidia Dias, tendo verificado matrícula de 30 alunos, 24 dos quais estavam presentes; o corpo discente mostrou bom aproveitamento dos seus ensinamentos derramados pela distinta Educadora, a quem lembro de observar, solicita como é o art. 118 do Regimento da Instrução Pública em vigor, a seus alunos (SERGIPE, Termo de visita, COELHO, 1919).

Em 1915, o ensino da casa havia declinado bastante, porém ainda persistia. Com a nova configuração educacional do país, a instrução passa a ser realizada em prédios projetados exclusivamente para este fim. Todavia, a fragilidade interna permanece a mesma. Professores desqualificados e falta de material adequado à aprendizagem.

Apenas a campanha higienista de asseio e vacinação vai aos poucos sendo cumprida. Além disso, com a criação de prédios imponentes estrategicamente instalados nos centros urbanos da capital (1911), e municípios mais populosos, organização de disciplinas e incentivo à “brasilidade”, os membros da elite vão aos poucos creditando a educação de seus pequenos às instituições públicas.

Mesmo assim, muitos ainda desejavam um ensino diferenciado dos demais e, desconfiados das promessas do Estado, preferiam manter os filhos em escolas particulares, ou ainda permanecer

com as aulas particulares domésticas. A aula da professora visitada, possuía uma matrícula de 30 alunos, isso na segunda década dos noventa e, de acordo com os elogios proferidos pelo inspetor, o funcionamento dessa classe é organizada e a professora muito qualificada. Assim, sua prática educacional permanece firme e bem requisitada.

A intenção do Estado neste período, era a de esquecer as práticas educacionais do Império, por esta razão, a educação da casa era algo que deveria ser deixado no passado, e modernização escolar proposta pelo governo incentivava a sociedade a fazê-lo. Mas a adoção do novo paradigma de escolarização em Sergipe, sendo uma reprodução do modelo “original” paulista, não se adequou perfeitamente em nosso território. Então, continuava-se a copiar projetos de outros lugares, ao invés de criar os próprios.

Sobre a implantação dos grupos escolares, um aspecto que merece destaque é o de que, apesar dos esforços despendidos, a disseminação deste tipo de escola esteve longe de ser total – ou próxima disso – no território brasileiro. No primeiro período republicano, antigas formas e práticas de escolarização, herdadas dos oitocentos, como as escolas isoladas e multisseriadas, e a educação familiar e doméstica, mantiveram-se como presença incômoda, mas funcional e majoritária, em várias localidades do país. Também as escolas reunidas, que adquiriram uma configuração mais complexa que as de tipo anterior, mas mantendo o modelo multisseriado, representaram outra opção encaminhada em vários estados brasileiros, na impossibilidade, muitas vezes observada, em função dos gastos elevados, por exemplo, de adesão aos grupos escolares (SHUELER e MAGALDI, 2008, p.45- 46).

Em Sergipe, por exemplo, havia apenas dois grupos escolares instalados na capital na década de 1915, então o modelo educacional mais praticado neste ano era o de escolas isoladas:

Figura 33 - Quadro Demonstrativo

Quadro demonstrativo das escolas isoladas

CADEIRAS				Total das cadeiras	Matricula	Frequencia
LOCALIDADES	SEXOS		Ensino			
	Masculino	Feminino				
			Mixto			
Capital . . .	5	6	2	13	509	294
Cidades . . .	32	31	1	64	2.846	2.347
Villas . . .	19	20	2	41	1.588	1.336
Povoados . .	6	6	91	103	3.797	1.835
Total . . .	62	63	96	221	8.740	5.812

Fonte: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>, 1915.

Verifica-se que matrícula na escola estatal crescia, bem como a frequência, porém, a configuração dada a escola pública do século XIX estava em processo de mudança, e a implantação de mais grupos escolares.

Como já foi exposto anteriormente, o número de colégios particulares também aumentava, contudo, e apesar da legislação há muito tempo determinar que os estabelecimentos de ensino privado enviassem a comprovação de sua existência, o governo estava impossibilitado de criar uma estatística fidedigna para esta categoria de ensino, já que muitos não correspondiam ao quesito imposto pelo Estado. É possível perceber isso na mensagem à Assembleia do então presidente de Sergipe, Manuel P. de Oliveira Valladão.

Figura 34 - Frequência

A frequência actual das escolas particulares eleva-se a 2.151 alumnos : quer o numero de escolas quer o da frequência attingiria a algarismo muito mais alto se todos os municípios enviassem em tempo as informações solicitadas para a organização da estatística.

Fonte: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>

Conforme a figura 34: “A frequência atual das escolas particulares eleva-se a 2.151 alunos: quer o número de escolas que o da frequência atingiria a algarismo muito mais alto se todos os municípios enviassem em tempo as informações solicitadas para a organização da estatística (SERGIPE, Mensagem, VALADÃO, 1915, p. 19). ”

Ressaltamos através das falas dos presidentes das províncias na segunda meta do Império e início da República, o quanto a tarefa de mapear as práticas educacionais particulares em Sergipe era algo difícil de realizar. Por este motivo a educação doméstica no estado nunca pode ser catalogada, se os esforços neste sentido sempre foram em vão. E ainda o é, pois, a característica que ela adquiriu em território sergipano na atualidade, também não o permite fazê-lo.

Em 1919, a legislação que orienta o ensino particular é modificada mais uma vez. O presidente sergipano Pereira Lobo, resolve pôr um fim na impossibilidade de organizar as práticas educacionais no estado e toma medidas enérgicas neste sentido:

Art. 1º. Nenhum Colégio, Escola ou Instituto de Ensino Particular poderá funcionar no Estado sem licença da Diretoria da Instrução e pagamento do imposto devido.

Art. 2º. Fica marcado o prazo de três meses a contar da publicação desta Lei para que **as Casas de Ensino**²⁹ já existentes deem cumprimento às disposições do Artigo precedente.

Parágrafo Único. Aos transgressores dos Artigos antecedentes será imposta a multa de trezentos mil réis (300\$000) a quinhentos mil réis (500\$00) pelo Diretor da Instrução, cobrada executivamente na forma da Legislação em vigor.

²⁹ Grifo nosso

Art. 3º. O Professor que incidir na proibição do Artigo 36, letra f, e do Artigo 40 do Decreto n. 630 de 24 de abril de 1916, fica sujeito à perda dos respectivos vencimentos durante quinze (15) a trinta (30) dias.

Parágrafo Único. No caso de reincidência será o Professor suspenso até três meses e processado disciplinarmente na forma do Regulamento em vigor.

Art. 4º. O Professor que designado para Examinador, não atender à designação sem justa causa, perderá em cada dia que faltar, os vencimentos respectivos.

Art. 5º. A Inspeção Escolar se fará por autorização da Diretoria da Instrução que indicará ao Inspetor dentro do seu Distrito as Escolas a serem inspecionadas e o prazo dentro do qual terminará a inspeção.

§1º. Os Termos de Visitas lavrados pelos Inspetores nas Escolas designadas serão remetidos à Diretoria da Instrução para os fins determinados em Lei.

§2º. O Inspetor que, designado para inspeção não a fizer no prazo marcado pela Diretoria da Instrução, perderá os vencimentos relativos aos dias que faltar.

§3º. Em caso de reincidência será suspenso de suas funções até três meses pelo Presidente do Estado.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário (SERGIPE, 1919, págs. 25 e 26).

O Estado tentava mais uma vez, dessa vez em definitivo, ter o controle do ensino particular em Sergipe. A imposição por multas, fechamento do estabelecimento e impedimento de exercer a profissão, nos inquieta no sentido de refletirmos a respeito da motivação para essa medida. Estaria o governo realmente tentando organizar a instrução privada, ou apenas sentindo-se ameaçado pelo grande número de instituições particulares presentes no território sergipano?

Não que a legalidade do ensino não deva existir, pelo contrário, ela era fundamental para o processo de escolarização que se pretendia no início do século XX, porém, questionamos a forma com a qual ela era realizada, ou não era!

Em 1924, a legislação que define o ensino particular em Sergipe, é desenhada nos contornos parecidos com as que a seguem, então determinamos que foi aquela que regulamentou decididamente as práticas educacionais particulares no estado.

Art. 1º. A Instrução neste Estado é pública e particular.

§1º. É pública a instrução ministrada nos grupos, escolas, cursos e estabelecimentos mantidos pelo Estado e pelo Município.

§2º. É particular a ministrada, assim em escolas, colégios, cursos ou estabelecimentos, criados e mantidos por indivíduos ou associações privadas, de caráter civil ou religioso, como a que for praticada no seio das famílias.

Art. 2º. Quanto a seus graus, é a Instrução:

- a) Primária;
- b) Secundária;
- c) Profissional ou Normal.

Art. 258. O ensino de qualquer grau pode ser ministrado por particulares ou associações de caráter civil ou religioso (Artigo 1º. §2º.), ficando sujeito à fiscalização das autoridades da Instrução no que concerne à higiene, moralidade e estatística (SERGIPE, 1924, págs. 6, 40 e 42).

Apesar de haver passado muito tempo após a primeira lei que estabelecia a obrigatoriedade do ensino particular em enviar anualmente o mapa de frequência à Diretoria da Instrução Pública do

Estado, sob pena de multa e fechamento do estabelecimento de ensino, reclamações sobre o não cumprimento dessa prática era bastante comum. De acordo com Oliveira (2004) em 1924, era muito frequente as práticas oligárquicas, as menções daqueles que detinham aula privada em Sergipe revelam não somente a troca de favores já existente entre os cargos de função pública, mas também, dos que mantinham seu estabelecimento de ensino protegido sob a égide do favorecimento político. Nesta permuta, as aulas particulares existiam e persistiam, do jeito que queriam, enquanto a fiscalização fechava os olhos.

Art. 259. Para que possa funcionar no Estado qualquer escola ou estabelecimento de ensino particular, é indispensável:

1º. Que o Diretor, Professor ou pessoa dele encarregada, requeira licença ao Diretor Geral da Instrução juntando os seguintes documentos:

- a) Atestados ou títulos que provem a capacidade moral e técnica do Diretor e dos Professores. Esse atestado referente à capacidade moral e técnica do Diretor e dos Professores será firmado pelo Presidente ou Diretor de associações que mantenham escolas; por pessoas diplomadas pelos Cursos Secundários ou Superiores do Estado ou da República; por autoridades judiciárias; por autoridades federais, estaduais ou municipais; e, finalmente, quando se tratar de estabelecimentos religiosos, por autoridade ou ministros das respectivas agremiações;
- b) Planta ou descrição exata do prédio em que haja de funcionar a escola, instruída com relatório do Inspetor Sanitário Escolar sobre as condições higiênico-pedagógicas.

2º. que o responsável pela escola ou estabelecimento de ensino se comprometa a confiar a Professores brasileiros o ensino de Português, Geografia, História do Brasil e especialmente de Sergipe.

3º. que tais matérias nas Escolas Primárias sejam ensinadas três vezes por semana. No mínimo, devendo cada aula durar nunca menos de quarenta minutos (SERGIPE, 1924, págs. 6, 40 e 42).

A legislação, que já não funcionava para os estabelecimentos estatais, estabelecia normas aos particulares normas que dificilmente eram cumpridas, e, mesmo após todo o esforço do governo do estado em organizar o ensino público e particular em território sergipano, mesmo que houvesse intenções camufladas neste objetivo, a educação doméstica em Sergipe nunca deixou de existir. As bancas, que hoje estão espalhadas por várias localidades da capital e do interior, bem como os modelos educacionais suprimidos no Império.

Nunca houve verdadeiramente uma centralização. As tentativas de coerção, fizeram muito bem a maquiagem que a população gostaria de ver. Mesmo após o movimento escola novista na década de 30 e a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) na década de 60, o Estado conseguiu ter controle sobre a educação doméstica.

Tais modelos de escolas podem ser encontrados ainda hoje, nas periferias urbanas, nas áreas rurais, no interior, disseminadas no vasto território. Quanto à educação familiar e doméstica, por meio de formas diversas daquelas do passado, ainda se expressa em nossos dias, em diferentes ambientes sociais (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p.46).

A educação doméstica após a década de 30 e atualmente, pode ser encontrada em todo o estado. A banca e, seu sucessor, o reforço escolar, possuem ainda, características educacionais que moldaram a escolarização de toda uma sociedade. Sua sobrevivência se deve aos enlaces políticos e sociais que ditaram o modo de vida de uma população carente em iniciativas públicas escolares. Contudo, as transformações sofridas pelo ensino da casa ao longo do tempo, demonstram o quanto um tipo de instrução é capaz de resistir às mudanças de toda uma nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação doméstica enquanto uma prática educativa voltada para a elite no Brasil imperial e republicano, exerceu o papel de instruir membros da sociedade sergipana num contexto educacional fragilizado por iniciativas de cunho político. Logo, garantiu um lugar no rol de estratégias utilizadas pela população brasileira para a superação das ações direcionadas na contramão da escolarização.

No final do século XIX e início do XX, as tentativas de organização da Instrução Pública em Sergipe, tornou-se um desafio para os envolvidos diretamente nos assuntos educacionais, e as leis, regulamentos, resoluções que desse movimento emergiram, transformaram-se em instrumentos norteadores da ação do governo.

A preocupação com a Instrução Pública demonstrava que o projeto modernizador pregado pelos supostos interessados no desenvolvimento da nação deveria fomentar e incentivar as mudanças de uma era para outra. Enquanto esses atos iam lentamente sendo postos em prática, a Instrução Privada ditava o ritmo do ensino em território sergipano.

Assim, a legitimidade conferida ao domínio da educação na casa e o seu papel perante a sociedade, imprimiram tentativas de solucionar as questões pertinentes à correção das incompetências relacionadas desde muito tempo ao clientelismo político e dependente da população menos favorecida.

Ao recorrermos ao passado para explicar as representações estampadas no panorama educacional de Sergipe, mesmo que essa busca tenha ido um pouco longe, a proposta sempre foi a de inserir a educação doméstica na conjuntura modernizadora que movia a sociedade no período exposto nesse estudo, e assim, demonstrar o jogo político que tecia os problemas educacionais parcialmente, ou nada resolvidos desse país.

Os planos de escolarização de toda a população traçados em Sergipe induziram a resistência da educação doméstica. Dessa forma, a disputa entre a escola pública e o ensino da casa não pode ser mensurada através de modelos educativos impostos de “cima”, mas, deve ser entendida por aqueles que fizeram parte da demanda social ali estabelecida. O tipo de relação que se formou no centro dessa alteração, diverge em natureza política e pedagógica, porém, considera a banca, uma reafirmação das concepções sociais que separam os indivíduos em grupos. Portanto, a elite, camada da sociedade que aproveitou absolutamente, todos os preceitos dessa prática de instrução, fez com que ela permanecesse.

Percebemos que a incorporação de Sergipe ao rol das cidades urbanizadas, no começo do século XX, bem como o desenvolvimento da economia e das práticas de higiene, veio acompanhada de todo um contexto político e social impossível de ser dissociado da educação. A instauração da República, por mais que tenha sido, em nossa opinião, deficiente, proporcionou no menor estado do Brasil, as condições ideais para a cidadania e para a modernização (mesmo que tenha sido sob poucos aspectos). E, é exatamente nessa configuração emancipatória de uma sociedade, que destacamos os motivos que fizeram com que uma das mais antigas práticas educacionais do mundo, continuasse sendo utilizada no dia a dia da população sergipana.

Mesmo após a interferência do Estado, depois de discussões de intelectuais da educação, e posterior à implementação de um novo regime político, a educação doméstica prosseguiu. Enquanto no Brasil, o ensino renovava-se, e os resquícios dessa prática iam esvaindo-se, em Sergipe ela parecia firmar-se ainda mais, e somente posteriormente às primeiras décadas da República, ela será imbuída de novos preceitos e sob a nomenclatura de banca, prosseguirá.

Torna-se imprescindível destacar que em Sergipe, mesmo após os sucessivos atos realizados pelo governo da instrução pública nas primeiras décadas da República, as condições de funcionamento do ensino elementar continuavam precárias. As modificações na legislação educacional, não contribuíam para a melhoria do atendimento educacional da sociedade. Além disso, o exercício das trocas políticas favorecia o não cumprimento das leis e a instabilidade do setor educacional só aumentava, assim, a insuficiência da instrução pública sempre estaria relacionada à continuidade ou ao surgimento de iniciativas particulares no âmbito da educação.

É desse movimento que emergem uma infinidade de ações educacionais: cursos, reforços, escolas privadas, etc. E, a banca sobrevive, em meio a esses exemplos, vestígio da educação doméstica que, entre aulas particulares em domicílio, constituiu-se num estável alicerce do ensino.

A educação da casa do século XIX, agora, em meados do XXI, não mais é um instrumento de escolarização exclusivo das elites, o surgimento de inúmeros meios de ensino, fez declinar o prestígio dessa prática. Contudo, sua oferta e procura pareceu aumentar, e, apesar de não termos dados empíricos que comprovem essa afirmação, basta um passeio pelas ruas de Aracaju, e de seus municípios, ou uma conversa com os moradores dos bairros do estado, para notar que a ação educativa antes de cunho formal, pelo menos no que diz respeito à participação na legislação da Instrução Pública, agora age na informalidade, e nem sempre possui publicidade de seu funcionamento. Dessa forma, continua espalhando-se através da popular *boca em boca*, e, garantindo há mais de três séculos, a aprendizagem da sociedade sergipana.

REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Os anos 1920 e os novos caminhos da educação. **Revista HISTEDBR** [On-line], Campinas, n.19, p. 111-116, set. 2005 - ISSN: 1676-2584. <disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis19/art08_19.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2017.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros **Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XII**. Salvador, 2013. 193 f. Tese (Doutorado em História). UFBA.

ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: Alencastro, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional**. v.2, p.291-335. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

ALMEIDA, M. A. de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Sol, 1998.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889): história e legislação**. São Paulo/Brasília. EDUC-INEP, 1989. (Tradução de Antônio Crizzoti).

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. São Cristóvão, 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Educação). PPGED, UFS.

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, nº113, p. 51-64, jul/2001. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_1/tcc/texto_2_pesquisa_em_educacao_buscando_rigor_e_qualidade.pdf>. Acesso em 24 de março de 2017.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Ed. Renovada – FDT, São Paulo, 2001

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a reforma de implantação dos grupos escolares em Sergipe. **Revista HISTEDBR** [On-line] Campinas, n.37, p. 134-150, mar.2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/art10_37.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2017.

AZEVEDO, M., **Entroncamentos e entrechoques: vivendo a fé em um mundo plural**. São Paulo: Loyola, 1991.

BASTOS, Maria Helena Camara. A educação como espetáculo. In: STEPHANOU, M.;

BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil – Vol. II: Século XIX**. Petrópolis, RJ: 2014, p. 45-55.

BRETAS, Silvana Aparecida. **Ensina-se banca. A oferta e a prática da educação doméstica em Sergipe (1880 a 1960)**. Relatório de pesquisa jul-2014 a jul-2015.

CALASANS, José. **O ensino público em Aracaju (1830-1871)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 20, p. 96-120, 1949/1951.

CARDOSO, C. F. S. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa de. Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnâncias. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras:1990.

CASTANHA, André P. Educação elementar no século XIX: uma leitura dos clássicos da história da educação. v. 6, n.º.1, 2006. **Revista Brasileira de História da Educação**. Disponível em:<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/046.pdf>.> Acesso em 19 de janeiro de 2017.

CHRIST, Maria Vicelle Ruviaro. **O ensino domiciliar no Brasil: Estado, escola e família**. Curitiba, 2015, 145f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Tuiuti do Paraná. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2016/02/O-ENSINO-DOMICILIAR-NO-BRASIL-ESTADO-ESCOLA-E-FAMILIA.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar - Colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950)**. Bahia, 2012, 323 f. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13349/1/TESE%20Educar%20para%20internar.%20Col%C3%A9gios-Internatos%20no%20Brasil%20%281840-1950%29.pdf>>. Acesso em 23 de julho de 2017.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DIAS, Manuel Nunes. Expansão europeia e descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. Difel, 1984.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Org.) **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Aracaju: Banese, 1991.

DUARTE, Nestor. O Estado e a ordem senhorial. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro- sociológico do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

FAORO, R. **A república inacabada**. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Vol. I, Ed. Globo, São Paulo, 1964.

FREYRE, Gilberto. Tensões sociais na formação do Brasil moderno. In: FERNANDES, Florestan (org). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista de Estudos Femininos**. [online]. 2011, vol.19, n.2, p.467-474. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200010>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26. edição.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Top Books, 2006. 4ª ed. LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História da mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo :Contexto, 2008. p. 443-481.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 14. ed. São Paulo: Difel, 1984.

NORONHA, M. O. **História da educação**: Sobre as origens do pensamento utilitarista no Ensino Superior brasileiro. Campinas: Alínea, 1998.

NOVAIS, F. A. & SEVCENKO N. **História da vida privada no Brasil**: República da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Dilma Maria. Ensino primário em Sergipe na Primeira República. **Revista HISTEDBR**[online] disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos.../Dilma_Maria_Oliveira_artigo.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2016.

OLIVEIRA, Vivianne Souza de. SILVA, Rosália de Fátima. O entusiasmo pela educação” na Primeira República: uma perspectiva de progresso político -social no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação** [online]. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0212.pdf> >. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 8. ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 126-145.

QUANTO VALE ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Roteiro: Eduardo Benaim, Newton Cannito e Sergio Bianchi. Rio de Janeiro: Agravo Produções Ciematográficas, Riofilme, 2005. 1 DVD (104 minutos).

SANTOS, Eliane Natiane dos; AMORIM, Simone Silveira; DIAS, Tatiane de Carvalho. **O fazer docente através dos jornais (XIX) e do Facebook (XXI)**: primeiras aproximações. Comunicação apresentada no 7º SIMEDUC. 14 a 16 de setembro de 2016 – UNIT, AracajuSE.

SANTOS, Vera Maria dos; AMORIM, Simone Silveira. **O lugar do feminino no ensino de primeiras letras no século XVIII e XIX**. Disponível em: <sbhe.org.br/novo/.../O%20LUGAR%20DO%20FEMININO%20NO%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

SANTOS, Vera Maria dos. **A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos**. São Cristóvão, 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Educação). PPGED, UFS.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**. São Cristóvão, 2013. 130 f. Tese (Doutorado em Educação). PPGED, UFS.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil – Vol. II: Século XIX**. Petrópolis, RJ: 2014, p. 45-55.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista brasileira de História da Educação**. vol.19 n. São Paulo, 1999[online]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102018819900010004> Acesso em 13 de maio 2017.

SERGIPE. Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Cypriano D' Almeida Sebrão passou a administração da província ao Exm. Snr. Presidente Dr. João Ferreira de Araújo Pinto, 24 de fevereiro de 1876, apresentado perante a Assembleia Legislativa Provincial da Província de Sergipe, [Aracaju] Typ. do Jornal do Aracaju [n/d].

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, F. A. & SEVCENKO N. **História da vida privada no Brasil**: República da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A elite setecentista instruída em Sergipe Del Rey (1725-1800)**. São Cristóvão, 2013. 380 f. Tese (Doutorado em Educação). PPGED, UFS.

SIQUEIRA, Luís. **De La Salle a Lancaster**: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875). São Cristóvão, 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação). PPGED, UFS.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil – Vol. I: Século XVI-XVIII**. Petrópolis, RJ: 2004.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. **A escola da República: Os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

TEIXEIRA, Nísio. Jornais. In: CAMPELLO, Bernardete; CALDEIRA, Paulo da Terra Caldeira. **Introdução as fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres: A educação no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p.41-71.

VILLELA, Heloisa de O.S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Martha;

WEHLING, A. A incorporação do Brasil ao mundo moderno. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil – Vol. I: Século XVI-XVII**. Petrópolis, RJ: 2004, p. 45-55.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F. A. & SEVCENKO N. **História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A casa e os seus mestres: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos**. 2004. 2 v.; 336f. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4624@1>. Acesso em 12 de maio de 2017.

_____. A educação doméstica no Brasil de oitocentos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.28, n.14, p.24-41, jan./jun.2007[online]. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4463>>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

_____. **Histórias e memórias da educação no Brasil – Vol. II: Século XIX**. Petrópolis, RJ:2004.

_____. Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de setembro de 1915, por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura, pelo Presidente do Estado, General Manuel P. de Oliveira Valladão. [Aracaju] Typ. do Jornal do Aracaju[n/d].

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de setembro de 1911, na instalação da 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura, pelo Presidente do Estado, Exm. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória. [Aracaju] Typ. do Jornal do Aracaju[n/d].

_____. Relatório com que o Exm. Snr. Dr. José Martins Fontes, 1º vice-presidente, abriu a 1ª sessão da 22ª Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, no dia 1º de março de 1878. [Aracaju] Typ. do Jornal do Aracaju[n/d].

_____. Fala com que o Exm. Sr. Presidente da Província abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura na Assembleia Legislativa da província de Sergipe, Typ. de Silveira, 1838.

_____. Mapa de frequência apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Guilherme Pereira Rebelo, em 30 de junho de 1863, pelo Inspetor de Ensino Araújo Góes. Visitou a aula particular. Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. Contratação de professor particular para o município de Aguada ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, em 1 de setembro de 1858, pelo Inspetor de Ensino Joaquim Tiburcio Ferreira Gomes. Informou a contratação. Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. Mapa de aula particular apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, em 15 de setembro de 1868, pelo Inspetor de Ensino Guilherme Pereira Rebelo. Visitou a aula particular e deferiu elogios ao professor. Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. Exame de habilitação apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, em 4 de dezembro de 1879, pela professora avulsa Maria Idalina Freire Lima. Informou a aprovação de suas alunas no exame de habilitação Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. Livro de frequência apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, em 1900, regida pela professora Marcionilla Fontes Nogueira. Expôs o número de matrículas de sua aula particular. Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. Livro de frequência apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, em 1900, regida pela professora Etelvina Amalia de Siqueira. Expôs o número de matrículas de sua aula particular. Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. Livro de frequência apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, em 1900, colégio particular sob a responsabilidade da professora Celecina Laudelina de Andrade. Expôs o número de matrículas de seu colégio particular. Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. Termo de inspeção apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, 7 de junho de 1915, pelo Inspetor de Ensino Edgard Coelho. Inspeccionou a aula particular. Fundo E 6volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Os ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Universidade Editora, 1977.

_____. **Teoria y Praxis**. Trad. Salvador Mas Torres e Carlos Moya Espi. Madrid: Tecnos, 1987.

_____. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 13.ed. São Paulo: Globo, 1998.

_____. **A questão nacional: a modernização**. Estudos avançados. São Paulo, IEA/USP, 6 (14), 1992, p.7-22.

JORNAIS SERGIPANOS

A Cruzada

A Cruzada. 13 de abril de 1924, n. 16, p.2.

O Horizonte

O Horizonte. Laranjeiras, 08 de agosto de 1885, n. 24, s/p. O Horizonte, Laranjeiras, 07 de fevereiro de 1886, n.18,s/p.

O Horizonte, Laranjeiras, 3 de abril de 1886, n.20, s/p. O Horizonte, Laranjeiras, 03 de abril de 1886, n.20, s/p.

A Notícia

A Notícia, 20 de maio de 1896, n.116, s/p. A Notícia, 05 de janeiro de 1897, n.495,s/p.

A Notícia, 15 de dezembro de 1897, n.506, s/p. A Notícia, 1 de agosto de 1896, n. 119,s/p.

A Notícia, 21 de janeiro de 1897, n.495, s/p.

A Notícia, 13 de fevereiro de 1897, n. 496, s/p. A Notícia, 4 dezembro de 1897, nº 506, s/p.

Jornal do Aracaju

Jornal do Aracaju, 2 de dezembro de 1881, n. 220, s/p. Jornal do Aracaju, 20 de dezembro de 1881, n. 225, s/p. Jornal do Aracaju, 24 de fevereiro de 1882, n. 229, s/p. Jornal do Aracaju, 14 de janeiro de 1882, n. 227, s/p.

Correio de Aracaju

Correio de Aracaju, 18 de novembro de 1906.

Diário da Manhã

Diário da Manhã, 29 de maio de 1917, n. 1784, p.2.

Gazeta de Sergipe

Gazeta de Sergipe, 06 de maio de 1890.

O Porvir

O Porvir, 08 de abril de 1900.

LEIS

SERGIPE (Estado). Lei n. 508 de 16 de Junho de 1858. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1853 a 1858. Typ. Provincial. No Largo do Palacio. S/d. (pag. 27e 34).

_____. Lei n. 519 de 22 de Junho de 1858. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1853 a 1858. Typ. Provincial. No Largo do Palacio. S/d. (pag. 52 a 57).

_____. Regulamento de 1º. de Setembro de 1858. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1853 a 1858. Typ. Provincial. No Largo doPalacio. S/d. (Anexos).

_____.Regulamento Orgânico da Instrução da Província de Sergipe de 24 de Outubro de 1870.Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1866 a 1875. Typ. Provincial. S/d.(Anexos).

_____.Resolução de 20 de Abril de 1875.Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1875. Typ. Provincial. S/d. (pag. 24 e25).

_____. Decreto de 14 de Março de 1890.Compilação das leis, decretos e regulamentos do estado de Sergipe do início da República ao ano de 1892 pelos exms. srs professor Bricio Cardoso e desembargador Benilde Roméro. I volume (governo provisório). Aracajú: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1899. (Pag. 81, 137, 138 e147).

_____. Decreto n. 45 de 19 de Janeiro de 1893. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1890 a 1895. Typ. Provincial. S/d. (pag. 493, 541 e 542).

_____. Decreto n 231 de 9 de Julho de 1897. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1896 a 1899. Typ. Provincial. S/d. (pag. 227 e228).

_____. Decreto n. 571 de 19 de Outubro de 1912.COLLECÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1912. ARACAJÚ: TYP. do<<O Estado de Sergipe>>, 1914. (pag. 60, 63 e64).

_____.Lei n. 605 de 24 de Setembro de 1912.COLLECÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1912. ARACAJÚ: TYP. do<<O Estado de Sergipe>>, 1914. (pag. 3, 24 -26).

_____. Lei n. 663 de 28 de Julho de 1914. COLLECÇÃO DE LEIS E DECRETOSDE 1914. ARACAJÚ: TYP. do Estado de Sergipe, 1916. (pag. 4, 25, 26 e 46).

_____. Decreto n. 587 de 9 de Janeiro de 1915. COLLECÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1915. ARACAJÚ: IMPRENSA OFFICIAL, 1917. (pag. 137,189 e 205)

_____. Decreto n. 630 de 24 de Abril de 1916. COLLECÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1916. ARACAJÚ: IMPRENSA OFFICIAL, 1918. (pag. 200,254 e 291)

_____. Lei n. 786 de 5 de Novembro de 1919. LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SERGIPE DE 1919. ARACAJU: IMPRENSA OFFICIAL. S/d. (pag. 25 e 26)

_____. Decreto n. 724 de 20 de Outubro de 1921. LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SERGIPE DE 1921 e 1922. ARACAJU: IMPRENSA OFFICIAL,1928.(pag.48, 90 - 92 e 136)

_____. Decreto n. 867 de 11 de Março de 1924. LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SERGIPE DE 1924. ARACAJÚ. IMPRENSA OFFICIAL. S/d. (pag. 6, 40 -42)